



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

SUPLEMENTO AO N. 3

TERÇA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1943

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

Gabinete do Sr. Ministro

Ante-projeto da Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho

Despacho:

Atendendo ao que solicita o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na Exposição de Motivos n. 89, de 9 de novembro de 1942:

a) autorizo a publicação no *Diário Oficial*, devendo ser submetido à minha consideração, até 15 de fevereiro próximo futuro, do projeto definitivo de decreto-lei de consolidação das Leis do Trabalho;

b) designo uma comissão composta de dois representantes do Ministério da Fazenda, dois do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dois do Departamento Administrativo do Serviço Público, para dar redação final ao projeto de Consolidação das Leis de Previdência, devendo essa comissão ultimar seus trabalhos, por forma a que a referida Consolidação me seja submetida na mesma data mencionada no item anterior. Aos ministros da Fazenda e do Trabalho e ao presidente do D.A.S.P. cabe designar os seus representantes na comissão, para o que o Ministério do Trabalho lhes fará a necessária solicitação;

c) para constituírem a comissão incumbida de dar parecer sobre o projeto do Código da Propriedade Industrial, nomeio os srs. Francisco Antonio Coelho, João da Gama Cerqueira, Osear Saraiva, Godofredo Maciel, José Candido Lima Ferreira, Clovis da Costa Rodrigues e Antonio Manhães;

d) louvo os autores dos projetos de Consolidação das Leis do Trabalho, de Consolidação das Leis de Previdência e do Código da Propriedade Industrial pelos bons serviços prestados e autorizo o ministro do Trabalho a transmitir-lhes, em meu nome, esse louvor.

Em 10 de novembro de 1942. — G. VARGAS.

Cumpra-se — 18-11-42 — *Marcondes Filho*.

Portaria n. 881, de 3 de dezembro de 1942

O ministro de Estado.

Considerando que a 29 de janeiro de 1942, pela portaria SC 791, instituiu a comissão para o fim de elaborar o ante-projeto da Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho e de Previdência Social;

Considerando que, posteriormente, para facilidade dos trabalhos, desmembrou-se essa comissão em duas outras, para elaborar, separadamente, os projetos relativos às leis;

Considerando que os membros da comissão das Leis de Proteção ao Trabalho, Luiz Augusto do Rego Monteiro, Oscar Saraiva, Arnaldo Lopes Sussekind, Dorval de Lacerda e José de Segadas Vianna, apresentaram a 5 de novembro do corrente ano o respectivo ante-projeto;

Considerando que na elaboração desse trabalho, a comissão atendeu-se à legislação vigente e às sugestões espontaneamente enviadas, ajustando a matéria a consolidar aos preceitos constitucionais e à doutrina desses decorrentes, e que as alterações que se tornaram por este motivo indispensáveis foram levadas à prévia aprovação do senhor Presidente da República;

Considerando que a portaria supra-mencionada estabeleceu a publicação do ante-projeto afim de que este Ministério recebesse sugestões dos interessados;

Considerando que, tendo em vista a orientação adotada pela comissão no trabalho já realizado, as sugestões deverão se referir apenas ao aspecto formal do ante-projeto, sobretudo por se tratar de Consolidação;

Considerando que o Senhor Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos que acompanhou o ante-projeto, determinou que o projeto definitivo do decreto-lei da Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho deverá ser submetido à assinatura de Sua Excelência até 15 de fevereiro de 1943, e que autorizou sua publicação no *Diário Oficial*,

Resolve:

a) publicar o ante-projeto de Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho no *Diário Oficial*, afim de que possam ser encaminhadas as sugestões até 31 de janeiro de 1943;

b) designar os membros acima referidos, da comissão que elaborou o ante-projeto, para examinar os referidos e redigir o projeto definitivo de modo que o mesmo possa ser apresentado ao Senhor Presidente da República a 15 de fevereiro de 1943. — *Alexandre Marcondes Filho*.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

Senhor Presidente.

Tornada realidade em nosso país somente após 1930. — e com o Governo de Vossa Excelência —, as normas legais de proteção ao trabalho assumiram proporções de relevo no quadro jurídico brasileiro, não só por motivo da capacidade política do Poder Público, — antepondo aos problemas os meios que os solucionassem —, como porque o Estado, até pouco mais de um decênio passado, encontrava-se em débito com a massa trabalhadora no seu dever de ampará-la juridicamente.

Dez anos de constante elaboração legislativa que demonstra a preocupação de Vossa Excelência com o bem-estar das classes produtoras, assegurando-lhes direitos e impondo-lhes os justos deveres, tornavam-se necessária uma organização sistemática das normas legais, mediante a consolidação dos princípios vigentes.

Essa operação de consolidar as leis de proteção ao trabalho, se não se deveria ter realizado antes, — porque ainda se processavam as etapas da estratificação legal atendendo ao imperativo de irradiação da nova ordem jurídica, tinha neste momento sua hora exata pela coincidência não só da maturação do Direito Social em nosso país pela época privilegiada da História, que vive o nosso povo sob o sábio regime instituído por Vossa Excelência.

Durante esses doze anos, que podem ser contados como de uma nova era para nosso povo, teve o Brasil um surto de progresso industrial jamais realizado por qualquer outra nação em tão curto lapso de tempo; mas se em outros países o desenvolvimento industrial provocou reivindicações proletárias, muitas vezes sangrentas, no Brasil tal fenômeno não perturbou o ritmo da vida nacional. E isso se deve, senhor Presidente, não só ao sentimento cristão de empregados e empregadores, visando todos o bem-estar social, mas especialmente à constante vigilância do Governo, à clarividência do Chefe da Nação, que compreendeu as necessidades do capital e do trabalho e sempre as atendeu com antecipação.

Na verdade, senhor Presidente, vasta, multiforme, atingindo todos os setores e prevendo as principais situações, fatos ou problemas a serem tutelados pelo Estado, a legislação social brasileira se apresenta com um complexo de normas que disciplinam, que acompanham o cidadão, individualmente, desde que ele se prepara para o exercício de uma profissão, desde a aquisição da qualidade legal de trabalhador com a identificação profissional, durante todo o tempo em que trabalha, até o dia em que, pela invalidez ou pela velhice, tem o justo repouso que lhe assegura o Estado através as instituições de previdência social. Nessa legislação encontram-se as conquistas mais avançadas dos trabalhadores, desde os dispositivos sobre férias, proteção de salários, nacionalização do trabalho e disciplina e higiene deste, regime de prevenção e de indenização de acidentes do trabalho, à solução jurisdicional dos dissídios, etc.

Organizando e disciplinando os trabalhadores, a legislação brasileira vigente estabelece a constituição das categorias econômicas e profissionais e o regime sindical conducente da dinâmica social, regula os contratos coletivos e sua extensão a todos os trabalhadores de uma mesma categoria.

Restavam, entretanto, alguns capítulos a serem completados, e, sobretudo, se não era aconselhada ainda a etapa final, a mais alta expressão do Direito — a Codificação — parecia oportuna, entretanto, a consolidação do complexo legal vigente.

Com essa finalidade, pela portaria SCm 791, de 29 de janeiro de 1942, designei, para estruturar a Consolidação, uma comissão integrada por membros do corpo técnico deste Ministério, e composta dos Srs. Arnaldo Lopes Sussekind, Dorval de Lacerda, Geraldo Augusto de Faria Batista, Helvécio Xavier Lopes, João Lyra Madeira, José Bezerra de Freitas, José de Segadas Viana, Leonel de Rezende Alvim, Luiz Augusto de Rego Monteiro e Oscar Saraiva, sob minha presidência. Para melhor objetivação de seus deveres, essa comissão subdividiu-se em duas, uma de estudo das Leis de Proteção ao Trabalho e outra das Leis de Previdência Social.

Após cerca de dez meses de contínuo e dedicado labor, a Comissão de Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho e Previdência Social apresenta os resultados de seus estudos.

Não é a Consolidação, exclusivamente, a reunião sistematizada de leis esparsas. Ponderou a comissão a definição dos rumos políticos traçados pela Constituição de 10 de novembro de 1937, a ela subordinando as leis consolidadas. Ainda em cumprimento aos preceitos constitucionais foram preenchidas algumas lacunas e excluídos dispositivos que com aqueles colidiam.

Assim, no enunciamento das proposições fundamentais, foi fixado o campo de aplicação da Consolidação que, por coordenar normas vigentes, não compreendeu os empregados domésticos e, salvo algumas exceções, os trabalhadores diretamente ligados à agricultura e à pecuária, assim como colocou fora de sua ação jurídica os servidores do Estado, das entidades paraestatais e os das empresas de propriedade da União, quando por esta ou pelos Estados administradas.

Cuidando da identificação do trabalhador a Consolidação adotou, como norma, a obrigatoriedade da carteira profissional, indispensável para a existência do cadastro profissional, cuja utilidade seria supérfluo ressaltar nas ocasiões de mobilização de mão de obra.

Nos dispositivos sobre duração e condições de trabalho, restringiu-se a comissão a pequenas alterações da redação, acentuando o espírito de amparo ao trabalhador, sem restringir direitos estabelecidos.

Quanto ao trabalho da mulher foi feita uma correção da maior valia. O decreto-lei n. 2.548, de 31 de agosto de 1940, autorizava a redução do salário mínimo dos trabalhadores adultos do sexo feminino e dos menores, quando lhes fossem, respectivamente, satisfeitas as prescrições legais de higiene do trabalho e de ensino profissional.

Como bem acentuou a comissão, em seu minucioso relatório, "semelhante texto representa uma anomalia estranhamente implantada no plano coerente e elevado da nossa legislação social. Não só porque contém uma contradição conceptual inadmissível, uma vez que não há sentido lógico na fixação de um termo abaixo do mínimo, como também porque representa um espírito adverso à política do Presidente Vargas, cujo timbre predominante é a predileção pela assistência à mulher e à criança".

Além de violar princípios de ordem pública, considerando benéfico o que é dever do empregador, — a criação de boas condições higiênicas para o trabalho —, aqueles preceitos vão de encontro à Convenção Internacional da qual o Brasil é signatário.

O regime de férias foi estendido aos trabalhadores rurais, num passo a mais para a integração dessa numerosa e laboriosa classe no campo de proteção do Direito Social, como tem Vossa Excelência determinado no programa de amparo ao trabalhador.

Nas normas de nacionalização do trabalho foram integralmente mantidas as disposições vigentes, reforçando-se, apenas, o sistema de acordo com as regras da experiência.

O capítulo de proteção ao trabalho da mulher seguiu as diretrizes do texto elaborado anteriormente pelo Departamento Nacional do Trabalho e aprovado pela extinta Comissão de Revisão de Leis.

O título em que se consolidaram os preceitos do Contrato Individual do Trabalho, sem criar ou reduzir encargos, foi, na verdade, como acentua a comissão "uma apurada revelação formal de condições inerentes ao emprego, no nosso Direito do Trabalho, e uma disciplinada recapitulação das correspondentes normas contratuais vigentes".

Relativamente ao Contrato Coletivo do Trabalho foi bem fixada a doutrina constitucional que estabelece sua realização entre entidades sindicais.

Finalmente, senhor Presidente, a estrutura da Justiça do Trabalho permaneceu íntegra e apenas foram introduzidas pequenas alterações nos textos legais para corrigir imperfeições comprovadas pela experiência.

Conforta-me, senhor Presidente, a satisfação de poder entregar a Vossa Excelência essa obra que merece ser qualificada de grandiosa, justamente quando transcorre o quinquênio do Estado Nacional, cuja estrutura permitiu, sem delongas inúteis de discussões interminas, fosse completada a Consolidação em lapso de tempo relativamente curto.

Falando à Nação, em memorável discurso definindo a posição do Brasil em face do conflito internacional, Vossa Excelência afirmou com precisão e clarividência: "As consequências da luta em que nos empenhamos e que decidirá dos destinos do mundo não podem causar-nos apreensões. Os privilégios de casta, os preconceitos raciais, as desigualdades de fortuna, as opressões de classes, os ódios mesquinhos, todos os valores aparentemente inconciliáveis da civilização contemporânea hão de fundir-se nesse incêndio de vastas proporções em holocausto ao surto duma nova era."

Estou certo, senhor Presidente, que a obra ora apresentada, e realizada com o objetivo de prestar útil colaboração ao Governo de Vossa Excelência, será apontada, aos povos que sobreviverem ao cataclisma bélico que assola todos os continentes, como um exemplo de que, graças à superior visão de um Chefe de Estado, as mais altas conquistas sociais são atingidas num clima de paz, de cooperação de classes, de amor à humanidade, de acendrado sentido de justiça, sem convulsões e sem reivindicacões violentas, porque um bom Governo prevê os problemas e provê as soluções, antes que aqueles se apresentem como realidade, e estas se tornem difíceis.

Ressaltando, senhor Presidente, a ação edificada da comissão, a competência de seus membros, seu espírito de colaboração com a obra do Estado Nacional, reitero a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e subida consideração.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1942. — Alexandre Marcondes Filho.

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Ao Exmo. Sr. Dr. Alexandre Marcondes Filho, M.D. ministro de Estado, dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Exmo. Sr. ministro,

A comissão designada por V. Ex. para elaborar a Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho tem a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência a conclusão dos seus estudos e de apresentar o ante-projeto que, sobre tão transcendente iniciativa, organizou.

Com o maior empenho e nítida consciência da responsabilidade, foram conduzidos os esforços e preocupações tendentes à composição, harmônica e sistemática, da obra que hoje submetemos à alta consideração de V. Ex.

Plenamente identificada com o progresso jurídico que se vem operando no plano da Justiça Social, sob a clarividente orientação do senhor Presidente Getúlio Vargas; há longo tempo familiarizados os seus membros com o conhecimento das situações concretas que se tem produzido mediante o renovador influxo das instituições políticas instauradas pelo Estado Nacional; fácil foi à comissão discernir a linha mestra que, prodigiosamente, vem imprimindo uma impressionante unidade à nossa legislação social, durante os doze anos de sua contínua promulgação.

De posse do pensamento interior, da *ratio legis*, que animou as nossas leis de proteção ao trabalhador; à luz dessa inteligência unificadora que tem sido o excepcional espírito de Justiça e de solidariedade cristã, do providencial Chefe da Nação, traduzido em fórmulas de equilíbrio político, promotoras da compensação entre as desigualdades sociais, é que foi possível estabelecer as coordenadas do programa cometido.

A comissão teve, assim, sempre presente à sua reflexão o significado profundo, histórico e cultural, do empreendimento legislativo que lhe era confiado.

A grandiosa operação de consolidar leis, em um determinado campo do Direito, corresponde, efetivamente, a épocas privilegiadas da história. Coincide, quase sempre, essa providência com os tempos de apogeu, em que a revelação jurídica atinge a sua plenitude. São esses períodos precedidos de uma longa fase de expansão legislativa, durante a qual, gradativamente, se evidenciam aspectos essenciais e novos de convivência social que, sob a influência de uma contemporânea concepção da existência humana, reclamam a regulação da norma jurídica.

O sucessivo e empírico tratamento de casos concretos ou particulares, adquirindo extensão e generalidade, desprende em breve a fórmula pura de um preceito, cuja universalização lhe confere um caráter de permanência ou estabilidade dentro do quadro positivo das regras de coexistência de um povo.

A cobertura jurídica de todas essas hipóteses denota, outrossim, uma etapa vivida de um ciclo cultural.

A dispersão das leis impõe, por outro lado, em determinada oportunidade, por um imperativo de técnica, o seu reexame e compilação.

E' o momento, então, de erigir o sistema legal de uma nação, destacando os respectivos valores permanentes e gerais.

Tal a expressão sociológica do fenômeno jurídico da consolidação das leis.

A verificação dessas circunstâncias entre nós vem provar uma dupla verdade: que se realizou no Brasil um opulento desdobra-

mento de decretos, na órbita da protecção ao trabalho, cuja amplitude e integração estão a exigir a sua coordenação sistemática; e que, também, estamos vivendo uma hora magna da nossa evolução social havendo chegado ao momento em que, superando a fase polémica de implantação dos novos institutos de Direito, incorporamos definitivamente ao regime, pelo acerto da experiência, as proclamações de uma nova ordem jurídico-política.

Nenhum processo mais sábio de fixação ou de construção jurídica do que o que transita, da lei que disciplina a questão particular, para a regra uniforme das situações gerais; que evolue, da coleção das leis, para a sua consolidação, culminando na consubstanciação erudita e orgânica dos Códigos.

Assim tem percorrido a humanidade os degraus do seu aperfeiçoamento jurídico; tal a progressão que levou aos textos de Gregório, de Hermógenes e do Imperador Teodósio e ao *Codex repetitae profectionis* do grande Justiniano, na áurea estruturação do Direito Romano; assim, também, depois das "novelas" e das "glosas", resultou o breviário de Alarico e a síntese do "Fuego Jusgo"; por tal forma é que se constituíram as "capitulares" dos Francos e as "ordenações" lusas; essas as veredas que nos conduziram aos Códigos Civis modernos.

Hoje em dia, os esforços consumados no solucionamento da questão social indicam já a individualização de algumas instituições jurídicas cuja aceitação universal oferece um indicativo de sua estratificação histórico-política.

Em alguns países da velha Europa, da Espanha à extrema Rússia, já se compilaram e recompilaram códigos de trabalho.

Na América, o Chile e o México, a Bolívia e a Venezuela, todos, interessante é notar, depois de 1930, promulgaram os seus Códigos de Trabalho, cuja expressão por demais ampla, já ficou em parte contestada pela fatal promulgação de leis posteriores, o que evidencia não se poder, desde já, estabilizar em um corpo imovel preceitos de um Direito *in fieri* em uma civilização, fortemente em mudança, provando, tal asserção a superioridade técnica de uma Consolidação dessas leis.

Uma glória rara cabe, todavia, ao Presidente Vargas: nenhum dos grandes codificadores participou do prévio processo de disseminação das leis, pois viveram apenas o período da maturidade jurídica; ao contrário do lúcido e feliz Chefe do Estado: criou ele próprio todo o nosso complexo Direito Social e assiste agora o triunfo de sua obra consolidada.

Compreendida a magnitude da missão que nos foi imposta, facilitada embora pela maior coerência do desenvolvimento legislativo, não resta salientear que consolidar não é, exclusivamente, somar leis esparsas. Urge colimar o nexo lógico e capitular, com exatidão, os temas. A seleção dos textos deve obedecer à inteligência intrínseca que fixa a interpretação e o sentido integral do conjunto.

Houve, igualmente, que ponderar a definição de rumos políticos, trazida pela Constituição de 10 de novembro e a ela subordinar, como a um postulado dedutivo, as leis que a precederam.

Em cumprimento, ainda, da Constituição preencheram-se algumas lacunas da nossa legislação social, dando-se, aliás, apenas, natural desenvolvimento do que se continha em raiz na própria lei, como no caso do título concernente ao "contrato individual do trabalho" que é um mero desdobramento da lei n. 62, de 5 de junho de 1935, ou em relação ao capítulo de Higiene e Segurança do Trabalho que resulta de conceitos preestabelecidos — sobre atividades insalubres, higienização de locais, segurança nos métodos de trabalho e notificação das doenças profissionais — e difundidos em várias leis.

Essa, portanto, a razão suficiente para que se justifique a redação do art. 1.º do projeto de decreto-lei, que conjuntamente oferecemos a V. Ex., mediante o qual será aprovada a Consolidação das Leis de Protecção ao Trabalho, "com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente".

O critério de permanência da norma jurídica consagrada, a que acima nos referimos, levou-nos, por outro lado, a excluir da Consolidação sem prejuízo, entretanto, de sua vigência, as disposições legais transitórias ou de emergência.

Nenhum órgão, todavia, foi criado, nem quaisquer direitos limitados, tendo sido grande, também o escrúpulo da comissão em examinar, ponderar e aproveitar, tanto quanto possível, as sugestões que, em número superior a uma centena, lhe foram encaminhadas.

A ordem que presidiu a distribuição da matéria na Consolidação encontra seu fundamento não só no princípio didático e lógico da exposição em grau da complexidade crescente como também no espírito super-contratual ou institucionalista que caracteriza o Direito Social.

Por tal forma, aos ditames gerais e de grande eficácia hermenéutica, contidos na Introdução, segue-se o importante e amplo título englobando os preceitos que se resolverem serem compreendidos como integrantes das "normas institucionais" de protecção ao trabalho.

Não que seja desconhecido o caráter igualmente institucional do contrato individual, ou do contrato coletivo de trabalho, bem como da instituição sindical.

E' que as denominadas "normas institucionais" constituem os valores constantes da legislação de protecção ao trabalho, enquanto a estrutura do contrato de trabalho — individual ou coletivo — comporta elementos variáveis de ajuste, em complemento dos imperativos constantes.

Os valores constantes derivam, exclusiva e imperativamente, da lei ao passo que os dados variáveis, que se inscrevem nos contratos, dependem do acordo de vontades.

Os primeiros compõem um verdadeiro estatuto de Direitos, que se impõe na lavratura dos contratos, ao passo que estes, como a organização sindical — não obstante as várias regras ou garantias que, por necessidade de clareza ficaram incluídas nos respectivos títulos e capítulos — constituem, na letra da lei antes de sua aplicação viva, mais um instrumento ou um regime formal e uma estrutura do que uma declaração substancial de princípios.

A precedência das "normas" sobre os "contratos" acentuou, portanto, que a ordem estatutária ou a concepção contratualista, e isso porque a liberdade contratual pressupõe a igualdade dos contratantes enquanto que o Direito Social reconhece, como um fator real, a situação desfavorável do trabalhador e promove a sua protecção legal.

Destinados a dar força executória ao regime estabelecido e a dirimir os dissídios que em sua aplicação se verificarem, sucedem-se, no elenco das matérias tratadas na Consolidação, os títulos referentes ao Processo das Multas Administrativas, à Justiça do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho e ao Processo Judiciário do Trabalho, de acordo, aliás, com a lógica e a nossa tradição que indicam a precedência do Direito Substantivo sobre o Processual e de Organização Judiciária.

Além de serem enunciadas as proposições fundamentais do Direito de Trabalho, entre as quais a que define o emprego, a que estabelece o conceito de tempo de serviço e a que proclama o caráter de ordem pública da legislação, fixou-se na introdução o campo de aplicação da Consolidação, a qual, justamente por derivar de uma coordenação das normas vigentes, não compreendeu os empregados domésticos e, salvo exceções, os trabalhadores diretamente ligados à agricultura e à pecuária, tendo sido igualmente colocados à margem de sua ação jurídica os servidores do Estado e de entidades paraestatais e os empregados das empresas de propriedade da União Federal, quando por esta ou pelos Estados administradas.

No caso do serviço doméstico, a impraticabilidade do decreto-lei n. 3.078, de 27 de fevereiro de 1941 foi um manifesto impedimento à sua pronta regulamentação, permanecendo sem valia os seus dispositivos.

A vida familiar apresenta aspectos de nenhuma similaridade com as atividades econômicas em geral, nem mesmo com as de beneficência. Estender-lhe o plano de uma legislação feita e adequada a outras condições pessoais e ambientes seria forçar a realidade das coisas. Uma lei especial em que se favorecessem os benefícios da previdência social, talvez seria o melhor passo inicial de amparo a essa humilde e preciosa classe de trabalhadores.

Quanto às atividades rurais, e não compreendidas estas entre as que pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações se classificam como industriais ou comerciais — entendeu parte da comissão, apesar de cerceada pelo propósito de consolidar, que a aplicação atual das leis sobre acidentes do trabalho e salário mínimo aos trabalhadores agrícolas legitimava, de acordo com a genérica protecção ditada pela Constituição, a mais ampla protecção dessa grande massa de obreiros.

Prevaleceu, todavia, o voto de que se prosseguisse, gradativamente, a incorporação dos trabalhadores dos campos ao regime do Direito Social, concedendo-se-lhes o direito às férias, além de lhes serem tornadas extensivas as garantias para a celebração de contrato individual de trabalho e o direito, que já o Código Civil estabelecera, ao "aviso prévio".

No concernente à exclusão dos empregados das empresas de propriedade da União, a comissão revelou o seu espírito de fidelidade ao processo de consolidar, mesmo quando em contrário ao seu unânime ponto de vista, como nessa questão, em que lhe parecia que as atividades econômicas do Estado se equiparam às iniciativas de natureza privada, em face da mesma essência objetiva dos empreendimentos industriais ou da gestão de interesses, levados a efeito pelos particulares ou pelo Poder Público, sem falar, ainda, no prejuízo que o Estado determina tal exclusão ante a correlata proibição de sindicalização das suas empresas e consequente abstenção das respectivas representações no Conselho da Economia Nacional.

A grande operação de consolidar exigiu, como era presumível, o maior engenho de técnica na arquitetura do título das Normas Institucionais. Nele estariam compreendidos, em sua quase totalidade, os numerosos diplomas legais sucessivamente editados em prol da protecção do trabalho. Os vários textos e suas posteriores alterações ou suplementações, todo o amplo quadro das instituições jurídicas que tutelam a vida profissional e as filigranas do jogo de concordância das leis constituíram os sutis obstáculos propostos à comissão.

Não houve, em consequência, somente o esforço de armar o novo painel legal pela concatenação lógica dos decretos. Relevou, sobretudo, a prudência da dedução exata. A nova Constituição interferira em meio da construção política iniciada pelo Presidente, como um imperativo vital para a superação da crise dos antagonismos partidários que dilaceravam a Pátria. O seu esquema de princípios representava já uma acentuada evolução sobre a obra primorosamente lançada há sete anos.

Cumpria, evidentemente, agora que se tratava de consolidar todo o corpo de nossas leis sociais trabalhistas, submeter o conjunto ao mesmo critério da Constituição oriunda da visão renovadora do senhor Getúlio Vargas.

Entre outras adaptações de que se beneficiaram as instituições consolidadas salientamos a obrigatoriedade da carteira profissional. Era, aliás, uma decorrência espontânea do recente decreto-lei nú-

mero 4.785, de 5 de outubro de 1942 que criara o cadastro profissional dos trabalhadores. O funcionamento desse cadastro — de tão proveitosos resultados não só frente ao estado de guerra para o qual será um poderoso elemento de mobilização, como também nos períodos normais de produção civil de cujo recrutamento de mão de obra é básico — depende, entretanto, para a verdade dos seus índices, da obrigatoriedade da carteira profissional.

A referida e recente alteração do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, que regulou inicialmente a carteira profissional, instituindo a gratuidade da emissão desse título a favor dos desempregados e dos que percebam salário não superior ao mínimo, autorizava a adoção de exigência do respectivo uso obrigatório.

Nem se compreenderia, na atualidade de nossa política social, que um documento essencial à proteção do trabalhador fosse relegado à inoperância de uma franquia liberal. Documento de qualificação civil e de habilitação profissional do trabalhador, é a mencionada carteira também o título originário para a colocação, para a inscrição sindical e ainda o instrumento prático do contrato individual de trabalho.

Na coordenação das disposições relativas à duração do trabalho, a tarefa foi facilitada pela modernidade da lei geral sobre a matéria. Houve, todavia, de se ressaltar que as isenções de horário não excluem o cumprimento do preceito constitucional do repouso semanal. Nesse mesmo capítulo firmou-se a regra, corroborada pela experiência, de que só se autoriza a redução de limite mínimo de uma hora para repouso quando, ao lado dos recursos convenientes e aprovados de refeitório, não estiverem os respectivos empregados sobrecarregados pelo regime de trabalho prorrogado, o que, aliás, corresponde plenamente às aspirações industriais, tornando possível o sistema de duas turmas de empregados, com a duração máxima de oito horas, cada uma, durante as 17 horas do período diurno, isto é, entre as 5 da manhã e às 22 horas da noite. Com tão justo critério de proteção ao trabalho e de racionalização das atividades industriais é que se permitiu a comissão alterar o decreto-lei n. 2.505, de 19 de agosto de 1940.

A consolidação das regulamentações especiais sobre duração e condições de trabalho obedeceu a um triplice processo:

a) certos dispositivos ficaram explicitamente atendidos ou foram transportados para o capítulo da identificação profissional, como o da obrigatoriedade de carteira profissional para os empregados em hotéis e similares e nas indústrias de panificação (decretos ns. 24.696, de 12 de julho de 1934, e 23.104, de 19 de agosto de 1933) e o do antigo privilégio, instituído no decreto n. 24.483, de 27 de junho de 1934, da emissão da carteira profissional dos oficiais barbeiros depender de prova da habilitação profissional expedida pela escola mantida pelo respectivo sindicato;

b) todos os preceitos referentes à higiene e segurança do trabalho foram refundidos e colocados em um capítulo próprio;

c) finalmente, as normas estritamente de duração e condições do trabalho foram consolidadas segundo a regra, preestabelecida no art. 25 do decreto-lei n. 2.308, de 13 de julho de 1940, pela qual prevaleceriam os regulamentos especiais com as reduções de horário neles constantes e no que não lhe contrariassem os princípios gerais.

Assim, sob este último aspecto, e com clara preocupação de fazer persistir o regime mais favorável adquirido por determinadas categorias de trabalhadores em face das condições peculiares da prestação dos respectivos serviços, foram coordenados os preceitos especiais pertinentes aos bancários; aos empregados nos serviços de telegrafia submarina e radiotelegrafia; aos músicos profissionais; aos operadores cinematográficos; aos trabalhadores no serviço ferroviário; às equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, da navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca; aos empregados na indústria frigorífica.

No mesmo capítulo especial, ficaram incluídas, igualmente, as normas concernentes aos trabalhos nos serviços de estiva e nos de capatazia dos portos, merecendo a regulamentação desses trabalhadores que lhe fossem ajustadas as reivindicações serenamente pleiteadas pelos respectivos sindicatos desta Capital e de Santos e correspondentes à melhoria da remuneração noturna e em dias feriados como uma justa compensação à sua extenuante função sem os benefícios do salário mínimo ou das férias, dado o caráter rodiziário e semi-autônomo em que os mesmos operam.

Constituem, ainda, objeto desse amplo e complexo capítulo as normas de trabalho dos jornalistas profissionais; dos professores e dos químicos.

Uma ou outra alteração no texto dos correspondentes decretos visou evidenciar melhor a formulação dos princípios legais, corrigir pequenas incoerências, acentuando o espírito de amparo ao trabalhador que paira sobre a nossa legislação social, não restringindo, portanto, direitos pre-estabelecidos.

O mesmo cuidado foi objetivado na concatenação da múltipla legislação relativa ao salário mínimo, às férias, à nacionalização do trabalho.

No capítulo relativo ao salário mínimo, além de haverem sido polidos, com a cooperação do próprio autor dessa legislação, alguns dos seus artigos, apelou a comissão para o que lhe pareceu um pleonismo, necessário contudo, para por um termo à polémica que se vinha estabelecendo, nos Tribunais de Trabalho, sobre a confusão entre salário e gorjeta, conforme aludiremos mais adiante, ao tratarmos do conceito de remuneração, no capítulo reservado ao Contrato Individual de Trabalho.

Afim de excluir, desde logo, qualquer margem de dúvida a uma definição que, de longa data, a doutrina já estabilizou o respectivo conteúdo, especificou-se, o que talvez seria dispensável se não fora o desentendimento reinante, ser o salário mínimo, como contraprestação de serviços que é, pago diretamente pelo empregador.

Uma correção de maior valia foi, entretanto, a que se deu com a omissão proposital do decreto-lei n. 2.548, de 31 de agosto de 1940, pelo qual se facultou a redução do salário mínimo dos trabalhadores adultos do sexo feminino e o dos menores quando lhes fossem, respectivamente, satisfeitas as prescrições legais de higiene do trabalho e de ensino profissional.

Semelhante texto representa uma anomalia estranhamente implantada no plano coerente e elevado da nossa legislação social. Não só porque contém uma contradição conceptual inadmissível, uma vez que não há sentido lógico na fixação de um termo abaixo do mínimo, como também porque representa um espírito adverso à política do Presidente Vargas, cujo timbre predominante é a predileção pela assistência à mulher e à criança.

O preceito relativo à redução do salário mínimo dos menores caiu em face do regime estatuído para a subministração do ensino de aprendizagem nas fábricas, com a criação do S.E.N.A.I. pelo decreto-lei n. 1.048, de 22 de janeiro de 1942. A comissão eliminou-o da Consolidação, assim como o que estabelecia condições inferiores de salário mínimo para as mulheres, este, então em aguda oposição ao espírito da Constituição e em choque com a antiga e até agora vigente declaração do art. 1.º do decreto n. 21.417-A, de 17 de maio de 1932 que consagrava o princípio cristão da igualdade de condições morais preconizado pelo inciso 7 do art. 127 do Tratado de Versailes: "sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde salário igual".

Nem se invoque o onus gravante dos empregadores, que a proteção à mulher provoca. Pois que seria uma violação a princípios de ordem pública, quais os contidos nas medidas de assistência ao trabalho das mulheres e à higienização em geral dos estabelecimentos. Princípios, cumpre fixar, que não derivaram de um excesso altruístico da legislação de proteção ao trabalho — não constituindo, portanto, o seu cumprimento um favor dos empregadores a este Ministério e muito menos às suas pobres empregadas — mas que remontam aos códigos elementares de saúde pública como condição *sine qua non* para a autorização da abertura de qualquer estabelecimento fabril.

O regime de férias ganhou na Consolidação a sua aplicação a todas as classes de trabalhadores, inclusive os rurais, de acordo com os desejos do senhor Presidente da República.

Suprimiu-se, por outro lado, a injustificável restrição consignada no art. 2.º do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1931 e relativa à limitação desse benefício aos que apenas trabalhassem para um só empregador, o que vinha pesar desfavoravelmente sobre numerosos empregados que consagram um esforço marginal de sua jornada, a outros serviços, em busca de melhoria de condições.

Foi, igualmente, consolidada neste capítulo, a regra — já incorporada ao nosso Direito pelo decreto n. 3.222, de 3 de novembro de 1938 — da exclusão dos feriados do conjunto geral das férias que assim só serão constituídos de dias úteis, segundo a Convenção Internacional concernente às férias anuais remuneradas firmada em Genebra a 18 de julho de 1936 e promulgada pelo Governo Brasileiro mediante o decreto acima citado.

A legislação sobre nacionalização de trabalho, sendo de data recente e representando já uma correção sobre iniciativa anterior, foi integralmente mantida, reforçando-se, apenas, o seu sistema de acordo com as sugestões da experiência e atendendo aos reclamos das nossas elites intelectuais e dirigentes, no sentido de que os cargos de chefia somente fossem reservados a estrangeiros quando, requerida em fundadas razões, fosse permitida pela autoridade competente em matéria de trabalho. Sem tolher o concurso útil da colaboração estrangeira, reserva, todavia, tal preceito, a merecida preferência a que fazem jus os nossos brilhantes técnicos provindos dos altos estudos universitários.

As normas atinentes à nacionalização da marinha mercante beneficiaram-se, também, da providência adotada pelo art. 149 da Constituição que fixou a proporção obrigatória de dois terços de brasileiros natos na tripulação dos navios, cujo comando, por sua vez, só a essa categoria de brasileiros é entregue.

A Higiene e a Segurança do Trabalho foram alvo de uma especial consideração para a adequada expressão dos seus princípios que decorrem por via de especificação de conceitos precogitados na legislação sobre duração e condições de trabalho e nos decretos de fixação do salário mínimo.

Como dissemos anteriormente, a aparente lacuna de legislação, abrangendo as matérias concernentes a esse importante capítulo do Direito Social, derivava da sua implícita admissão nas referidas disposições sobre indústrias insalubres.

Explicitar as normas contidas nessas disposições e generalizar as medidas já instituídas para algumas categorias de trabalhadores, como em relação aos empregados na indústria frigorífica e na indústria da panificação, consolidando-as com as leis sobre refeitórios e notificação das doenças profissionais — tal o pensamento que norteou a formação do sintético e valioso capítulo de proteção sanitária ao trabalhador, de que se enriqueceu a Consolidação.

A técnica de sua composição exigiu a audiência dos especialistas, falando, sobre o mesmo, os elementos mais classificados, deste Ministério, nessa ordem de problemas, quer os do Departamento Nacional do Trabalho, como um dos expoentes do Instituto Nacional de Tecnologia, que elaborou o ante-projeto respectivo e ditou os *standards* de iluminação, de conforto térmico e de orientação dos edifícios de acordo com as suas pesquisas originais para o Brasil.

O capítulo versando os fundamentos da política de proteção ao trabalho da mulher foi inteiramente novo. Resultou essa exigência de haver sido superado, pelas Convenções Internacionais ratificadas e promulgadas pelo nosso Governo e principalmente pela Constituição de 10 de novembro, do Presidente Vargas, o antigo decreto, já citado, de n. 21.417-A, de 17 de maio de 1932, de iniciativa, como todo o nosso corpo de Leis Sociais, do benemérito Presidente da República.

Foi, então, inteiramente aproveitado o projeto originado do texto apresentado pelo Departamento Nacional do Trabalho, homologado pela extinta Comissão de Revisão de Leis, e elaborado em cumprimento à portaria ministerial n. SCin. 255, de 5 de março de 1940, atualmente às vésperas de ser submetido ao Chefe do Governo.

Esse capítulo é, portanto, ainda um eco da magnífica oração da Vigília do Natal, do ano de 1939, na qual o senhor Getúlio Vargas fazia à Nação um comovido apelo em prol do maior amparo à maternidade e à infância, pois sob a emoção dessa advertência é que foi redigido o seu ante-projeto, visando, também, atualizar a lei de proteção ao trabalho das mulheres, em consonância com os princípios constitucionais vigentes.

O que se sobreleva nesse capítulo — de acordo, aliás, com o critério já seguido na lei de menores em vigor (decreto-lei n. 3.616, de 13 de setembro de 1941) originada dos estudos promovidos na mesma ocasião e pelos mesmos objetivos — é a extensão de sua eficácia a todas as atividades, com restrição apenas à agricultura, contrariamente à lei anterior cujo campo de aplicação se limitava à indústria e ao comércio, embora a interpretação sempre atribuísse a essas expressões um caráter mais genérico.

Merecem, outrossim, destaque algumas medidas inovadoras mas em estrita correspondência com os imperativos da defesa da raça. Tais são as que se referem à ratificação da declaração de igualdade de salário para trabalho igual sem distinção de sexo; ao conceito de trabalho de igual valor; à proibição da prorrogação do trabalho sem que para tal efeito haja autorização constante do atestado médico, inscrito na própria carteira profissional; às restritas permissões de trabalho noturno — tornando explícito o resultado da Convenção Internacional promulgada pelo decreto n. 1.396, de 19 de janeiro de 1937 — em se tratando de mulheres maiores de 21 anos, nas empresas de telefonia e radiotelegrafia ou radiotelegrafia, nos serviços de enfermagem ou, ainda, nas casas de diversões e hotéis ou similares, sendo que, neste caso, para combater definitivamente a vil exploração das chamadas *garçonettes*, além da fixação obrigatória dos salários por parte dos empregadores, tornou-se obrigatória a prova de bons antecedentes e de capacidade física e mental.

Solução de grandes repercussões foi dada ao problema das creches em harmonia com as conclusões da Conferência de Havana, de 1939, a que assistiu como chefe da Delegação Brasileira, o presidente da comissão elaboradora do ante-projeto, na qualidade de diretor do Departamento Nacional do Trabalho. Recomendara, efetivamente, o aludido certame que aqueles recintos "deberan estar situados en los centros de poblacion importante de tal manera que evite el transporte de los niños a largas distancias, teniendo en cuenta las conveniencias de la madre y del niño".

Passou então a creche nos estabelecimentos industriais, por não aconselhada em face das razões supra, a ser exclusivamente um recurso necessário, mas excepcional, quando não houvesse a conveniente instituição daqueles abrigos infantis nos centros residenciais.

Encarando desde logo a possibilidade da objetivação dessa idéia, foram ouvidos, em tempo, os presidentes dos Institutos de Previdência Social que concordaram com a indicação, enquadrando-a no programa da construção dos conjuntos residenciais de mais de cem casas.

O financiamento, por essas instituições, da organização de análogos estabelecimentos, de proteção à maternidade e à infância, por empregadores ou entidades particulares idôneas foi previsto igualmente, assim como para estimular, mais ainda, tais iniciativas, quando partirem dos empregadores, criou-se o diploma de benemerência.

A proteção prática e decisiva à maternidade concretizou-se, realmente, com a estipulação da obrigação, determinada pelo art. 137, letra l, da Constituição quanto ao repouso antes e depois do parto sem prejuízo de salário, cujos períodos foram fixados, respectivamente, em seis semanas, de acordo com a Convenção de Washington, promulgada pelo Brasil mediante o decreto n. 423, de 12 de novembro de 1935.

Assim, foi contemplada, na Consolidação uma das magnas questões para a sobrevivência do Brasil como povo.

Tal, também, o mesmo pensamento característico do capítulo relativo aos menores, em que se aproveitou, com mínimas adaptações, o diploma legal vigente.

O título em que se consolidaram os preceitos adequados ao Contrato Individual do Trabalho constitui, como dissemos de início, menos uma criação absoluta — não tendo sido estabelecidos novos encargos nem limitados direitos — do que uma apurada revelação formal de condições inerentes ao emprego, no nosso Direito do Trabalho, e uma disciplinada recapitulação das correspondentes normas substantivas vigentes.

Assinala-se, imediatamente, no exame desse título, a compreensão e lúcida definição que, do Contrato Individual de Trabalho, foi enunciada.

Superando as controvérsias entre contratualistas e anti-contratualistas, que tem sido a mais brilhante e talvez a menos fecunda das cogitações doutrinárias entre os clássicos italianos, a moderna corrente filosófica da França e o germânico autoritarismo de empresa, de vez que a legislação social é, por definição, de ordem pública — o enunciado proposto encaustou-se em toda a riqueza da complexidade social. A referência ao acordo liberta o trabalho privado da idéia do aliciamento forçado. A alusão à relação de emprego situa o ajuste de trabalho no realismo espontâneo, subordinando-o ao institucionalismo jurídico-social que fornece o conceito de empregado. Os processos — tácito ou expresso — da configuração do contrato individual do trabalho coadunam-se com o anti-praxismo do moderno Direito Social.

Duas questões, a nosso ver também brilhantemente resolvidas, foram as relativas à equívoca instituição da *marchandage* e à incompreendida posição jurídica da gorgeta.

Quanto à primeira foi condicionada aos seus verdadeiros termos na forma pela qual se fixou a responsabilidade do sub-empregado pelas obrigações derivadas dos contratos de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos seus empregados, o direito de reclamação contra o empregado por inadimplemento daquelas obrigações na hipótese da insolvabilidade do primeiro, tendo ficado, outrossim, ressalvada ação regressiva do empregado contra o sub-empregado e a retenção de importâncias a este devidas, para garantia das obrigações previstas.

Sobre a segunda das questões acima apontadas, tornou-se bem evidente que o salário é devido e pago diretamente pelo empregador como contraprestação do serviço do empregado, não se incluindo, obviamente, no conceito de salário as gorgetas que são arbitrárias recompensas atribuídas por terceiros aos seus eventuais e atenciosos servidores.

As gorgetas são computadas, realmente — e daí provem todo o equívoco atualmente existente — no que se compreende sob a denominação de remuneração do empregado, isto é, a totalidade dos proventos auferidos em razão do emprego. A remuneração, então, é que deve servir de base para o cálculo das contribuições destinadas às instituições de seguro social, considerando-se essa importância, na estimativa das indenizações nos casos previstos de rescisão de contrato de trabalho.

A força maior, liberadora dos contratos, foi outra tese convenientemente formulada de acordo com o melhor conceito dessa circunstância.

Dois dados informam esse conceito: o de corresponder, tal motivo, a um acontecimento inevitável e o de afetar essencialmente a situação econômica e financeira da empresa.

Verificada essa dupla condição será, ainda, ressalvado ao empregado o direito a uma indenização, reduzida entretanto, como de justiça.

Tais alguns dos pontos culminantes novos desse título, onde foram conjugados e melhorados em sua formulação os preceitos de amparo do trabalhador consignados quer no Código Civil, quer na lei n. 62, de 5 de junho de 1935.

Em seguimento à tutela das relações individuais de trabalho, tem pleno cabimento a formação da estrutura jurídico-política da revelação dos interesses coletivos ou de categoria, estrutura essa que se constitui pela organização sindical.

Destinada a instituição sindical a restabelecer socialmente a igualdade entre as expressões do capital organizado e as do trabalho profissional, desniveladas, com detrimento do trabalho, quando individualmente consideradas — justifica-se plenamente a inclusão desse problema entre os assuntos tratados por uma Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho.

A compilação realizada no título IV abrangeu toda a complexa legislação promulgada a partir do decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939, limitando-se as alterações efetuadas a simples retoques de redação, para uma nomenclatura uniformizada e rigorosamente técnica, e de redistribuição da matéria em ordem sistemática.

Aprimorou-se, por fundadas e compreensíveis razões, o regime de controle da gestão financeira dos sindicatos, dado o vulto assumido pelo imposto sindical e o maior zelo que se requer para a social destinação desse tributo.

Estabeleceu-se, também, no Banco do Brasil, a unificação dos recolhimentos e depósitos das importâncias relativas a esse imposto, admitindo-se, entretanto, que, nas localidades onde não houvesse agência desse estabelecimento bancário, fosse essa contribuição obrigatória paga aos coletores federais.

Incluíram-se, outrossim, no quadro das atividades e profissões, as poucas especificações ou individualizações de categorias que situações concretas inspiraram à Comissão do Enquadramento Sindical.

Sendo o Contrato Coletivo de Trabalho o instrumento apto a compor as relações de trabalho entre as categorias econômicas e profissionais, pressupondo, em consequência, a formação da estrutura sindical, ocupa-se, no título V, a Consolidação, das linhas jurídicas desse dinâmico e poderoso instituto.

Contratual, apenas na forma, tem por essência ou finalidade, essa criação do Direito Social, a regulamentação superior da profissão em sentido lato.

Esse realmente o seu caráter e daí a feliz definição de "convênio normativo" que lhe atribuiu a Consolidação.

Regulamento dos interesses gerais da profissão, tão significativo convênio somente poderia ser realizado entre instituições sindicais. Tal, aliás, o privilégio deferido ao sindicato pelo art. 138 da Constituição e reafirmado na atual lei sindical (art. 3.º do decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939).

Não poderia, em conclusão, permanecer de pé o regime estabelecido para as "convenções coletivas de trabalho" no decreto n. 21.761, de 23 de agosto de 1932.

A Constituição, fixando a boa doutrina, determinava a reforma fundamental desse antigo texto, que foi a nossa primeira lei sobre a matéria. Assim refletindo, a comissão promoveu a revisão dessa lei.

Destinado tal convênio a fixar condições gerais de trabalho e não a contratar a prestação de determinados serviços, a comissão situou o Contrato Coletivo de Trabalho em sua devida classificação jurídica, não incidindo no erro de conceituar por tal forma os contratos de equipe que nada mais são que um conjunto de contratos individuais de trabalho e que um renomado autor italiano denominou — em vez de coletivos — "cumulativos". (Carnelutti — Teoria del Regolamento Collettivo).

Não se invoque ser tal interpretação exclusivamente procedente da conhecida e citada orientação italiana, porque os maiores juristas franceses e a sua última lei, de 24 de junho de 1936, consagram, nesse país o caráter "geral, abstrato e permanente" desses acordos. (Arnion — L'Evolution des conventions collectives de travail").

Dividiu-se a comissão, diante de tais premissas, em levar às suas lógicas conclusões o regime desses contratos.

Não se chegando a um acordo, em fase da imprecisa expressão do art. 138 da Constituição, não prevaleceu o ponto de vista da automática extensão, às respectivas categorias, dos contratos coletivos de trabalho celebrados pelos correspondentes sindicatos representativos, depois de homologados tais atos pelo Ministério do Trabalho.

Restabeleceu-se, todavia, que a extensão desses convênios seria de competência da autoridade político-administrativa e não da Justiça do Trabalho, cuja intervenção, estabelecida na respectiva lei orgânica, só se pode admitir, em verdade, na hipótese do dissídio coletivo.

Ordenou-se, também, no grande esforço de sistematizar a nossa legislação, o Processo das Multas Administrativas, corporificando-se na Consolidação, além dos decretos dispoendo sobre a matéria, as substanciais instruções disciplinadoras da fiscalização do cumprimento da legislação de proteção ao trabalho e que constituiram objeto da portaria ministerial n. 850, de 20 de agosto de 1942, com o elevado intuito de revestir da maior seriedade o controle da aplicação de um regime de tão premente exigência social.

A estrutura da Justiça do Trabalho permaneceu íntegra e as pequenas alterações introduzidas visaram conformar certas imperfeições ao sistema geral estatuído.

Foi assim que, em correspondência a um dos princípios essenciais desse sistema judiciário especial que é o da concentração do processo, se outorgou às juntas e juizes de Direito, ou sejam os órgãos da 1.ª instância, a competência para não só processarem mas também julgarem os inquéritos administrativos contra empregados garantidos com estabilidade.

E' fora de dúvida que a oralidade e a concentração do processo exigem que este seja concluído na mesma audiência ou em audiências sucessivas, de tal modo que se não dissipem os valores, profundamente elucidativos, decorrentes da presteza com que são colhidos os elementos de prova. Ora, cindir a instrução do processo e o seu julgamento é romper com um corolário da concentração processual qual seja o da identidade do juiz, identidade mesmo física da pessoa dos magistrados, para que seja o julgamento proferido por quem maior conhecimento real possua do processo.

Em conformidade também com o sentido ativo de proteção social, é que se conferiu preferência para o julgamento dos processos em que se cogitar de pagamento de salários, dispoendo-se, coerentemente, que em feitos complexos a matéria de salário fosse objeto de destaque para julgamento prévio, prosseguindo-se posteriormente, no exame dos restantes objetivos.

Duas outras grandes melhorias, inseridas na organização da Justiça do Trabalho, foram a do recurso extraordinário por violação expressa de Direito e a criação do instituto do Prejulgado. Ambas, pela tradição e repercussões as mais benéficas na vida e no progresso do Direito, hão de produzir um novo influxo da revelação jurídica da justiça social por via jurisprudencial.

A autonomia ou o nível superior do Ministério Público conferido às Procuradorias do Conselho Nacional do Trabalho, quer a da Justiça como a da Previdência Social, colocou esses órgãos na sua exata posição dinâmica e criadora.

A alta atribuição, que lhe foi reservada, de requerer o estabelecimento do prejulgado confirma a nova e promissora expressão com que se apresentará o Ministério Público do Trabalho, como elemento de controle da legalidade e de promotor da jurisprudência construtora do Direito.

São esses, Exmo. Sr. ministro, alguns dos lineamentos mais marcantes da grande obra que temos a subida honra de apresentar a V. Excia.

Recapitulámos e condensámos doze anos de palpitante elaboração jurídica em um dos cenários mais vivos e candentes da sociedade humana.

Atingimos, finalmente, a uma grande etapa da nossa formação social.

As várias culminâncias da Política Social, implantada pelo preclaro Presidente, solidarizaram-se agora em um planalto, de onde poderão ser lançadas novas perspectivas e erigidos novos monumentos.

Tal realmente o significado da Consolidação: a coordenação de altitudes e a ascensão para um mundo melhor em prosseguimento da grande aspiração da alma humana, em busca da plenitude da Justiça e da Verdade.

O sumo pensamento cristão que a todos nos aproxima na grandiosa obra do Presidente Vargas, pensamento esse que segundo a visão milenar e profética é o encontro da Misericórdia e da Verdade, da Justiça e da Paz, há de iluminar esses rumos grandiosos e infinitos.

Na hora trágica que vivemos será esta obra certamente um Código de Paz Social. E quando em tempos de perplexidade e de procura de luz, que hão de sobrevir à catástrofe que nos assola, será ainda este livro que auxiliará a reconstrução da civilização.

Hoje, e amanhã mais do que nunca, o *misereor super turbam*, há de ser o pensamento salvador.

A disseminação do bem e da justiça será a última oportunidade de salvação da nossa civilização.

"Et c'est en faisant vraiment et réellement confiance a ce peuple, qui donne massivement son travail et sa peine et au besoin son sang, qu'on peut espérer voir sortir des ruines une reconstruction authentique; c'est dans la communion avec la peuple que la civilisation a sa dernière chance". (Maritain — Les Droits de l'Homme).

Queira, Exmo. Sr. ministro, receber os nossos renovados protestos da mais alta consideração e especial estima.

Em 5 de novembro de 1942. — Luiz Augusto de Rego Monteiro. — José de Segadas Vianna. — Dorval Lacerda. — Arnaldo Lopes Sassekind. — Oscar Saraiva.

DECRETO-LEI N. DE DE DE 194

Aprova a Consolidação das Leis de Proteção do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis de Proteção do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, de de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

Consolidação das leis de proteção do trabalho

TITULO I

Introdução

TITULO II

Das Normas Institucionais

CAPITULO I

Da Identificação Profissional

CAPITULO II

Das Disposições Gerais sobre Duração do Trabalho

CAPITULO III

Das Disposições Especiais sobre Duração e Condições do Trabalho

CAPITULO IV

Do Salário Mínimo

CAPITULO V

Das Férias

CAPITULO VI

Da Nacionalização do Trabalho

CAPITULO VII

Da Higiene e Segurança do Trabalho

CAPITULO VIII

Da Proteção do Trabalho das Mulheres

CAPITULO IX

Da Proteção do Trabalho dos Menores

| |
|---|
| TITULO III |
| Do Contrato Individual de Trabalho |
| CAPITULO I |
| Disposições Gerais |
| CAPITULO II |
| Da Remuneração |
| CAPITULO III |
| Da Alteração |
| CAPITULO IV |
| Da Suspensão e da Interrupção |
| CAPITULO V |
| Da Recisão |
| TITULO VI |
| Do Aviso Prévio |
| CAPITULO VII |
| Da Estabilidade |
| CAPITULO VIII |
| Da Força Maior |
| CAPITULO IX |
| Disposições Especiais |
| TITULO IV |
| Da Organização Sindical |
| CAPITULO I |
| Da Instituição Sindical |
| CAPITULO II |
| Do Enquadramento Sindical |
| CAPITULO III |
| Do Imposto Sindical |
| TITULO V |
| Do Contrato Coletivo de Trabalho |
| CAPITULO VI |
| Do Processo de Multas Administrativas |
| CAPITULO I |
| Da Fiscalização, Da Autuação e Da Imposição de Multas |
| CAPITULO II |
| Dos Recursos |
| CAPITULO III |
| Do Depósito, Da Inscrição e Da Cobrança |
| TITULO VII |
| Da Justiça do Trabalho |
| CAPITULO I |
| Introdução |
| CAPITULO II |
| Das Juntas de Conciliação e Julgamento |
| CAPITULO III |
| Dos Juizes de Direito |
| CAPITULO IV |
| Dos Conselhos Regionais do Trabalho |
| CAPITULO V |
| Do Conselho Nacional do Trabalho |
| CAPITULO VI |
| Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho |
| CAPITULO VII |
| Das Penalidades |

CAPITULO VIII

Disposições Gerais

TITULO VIII

Do Ministério Público do Trabalho

CAPITULO I

Disposições Gerais

CAPITULO II

Da Procuradoria da Justiça do Trabalho

CAPITULO III

Da Procuradoria da Previdência Social

TITULO IX

Do Processo Judiciário do Trabalho

CAPITULO I

Disposições Preliminares

CAPITULO II

Do Processo em Geral

CAPITULO III

Dos Dissídios Individuais

CAPITULO IV

Dos Dissídios Coletivos

CAPITULO V

Da Execução

CAPITULO VI

Dos Recursos

CAPITULO VII

Da Aplicação das Penalidades

CAPITULO VIII

Disposições Finais

TITULO X

Disposições Finais e Transitórias

TITULO I

Introdução

Art. 1.º Esta Consolidação regula os direitos, deveres e obrigações oriundos das relações individuais e coletivas de trabalho, com as exceções nela contidas.

Art. 2.º Considera-se empregado todo o indivíduo que prestar serviços a uma ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, sob a dependência destas e mediante remuneração, excluídos os de natureza puramente eventual.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e às condições do trabalhador, nem entre o trabalho intelectual ou manual.

Art. 3.º Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Art. 4.º Na mesma categoria profissional, sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

§ 1.º Trabalho de igual valor, para os fins deste capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença do tempo de serviço não for superior a dois anos.

§ 2.º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão nos casos de acesso por antiguidade, desde que haja quadro organizado em carreira.

Art. 5.º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços à pessoa ou à família do empregador, de natureza não econômica.

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;

e) aos servidores do Estado e das entidades autárquicas;

d) aos empregados das empresas de propriedade da União Federal, quando por esta ou pelos Estados administrados, salvo em se tratando daquelas cuja propriedade ou administração resultem de circunstâncias transitórias.

Art. 6.º As autoridades administrativas e a magistratura do trabalho, na falta de disposição legal ou contratual, decidirão, conforme o caso, de acordo com a analogia legal, os princípios gerais do direito, principalmente do direito do trabalho, a jurisprudência, os usos e costumes, o direito comparado e a equidade, de maneira que nenhum interesse da classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Art. 7.º Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o vínculo de dependência decorrente do contrato de trabalho, ao empregado não é lícito renunciar a qualquer direito oriundo de lei ou de contrato coletivo, que tenha adquirido, ou venha a adquirir.

Art. 8.º Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa, não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

Art. 9.º Não havendo disposição especial em contrário, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo desta Consolidação.

TÍTULO II

Das normas institucionais

CAPÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

SECÇÃO I

Da carteira profissional

Art. 10. Fica instituída, no território nacional, a carteira profissional, para as pessoas maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, e que será obrigatória para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados.

Parágrafo único. Executam-se da obrigatoriedade as profissões cujos regulamentos cogitem da expedição de carteira especial própria

SECÇÃO II

Da emissão das carteiras

Art. 11. A carteira profissional será processada nos termos fixados no presente capítulo e emitida, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho, e nos Estados e no Território do Acre, pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelas repartições estaduais autorizadas em virtude de lei.

Parágrafo único. Ao Departamento Nacional do Trabalho, em coordenação com a Divisão do Material do Departamento de Administração, incumbe a expedição e controle de todo o material necessário ao preparo e emissão das carteiras profissionais.

Art. 12. A emissão das carteiras far-se-á a pedido dos interessados, dirigido ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e aos delegados regionais do Trabalho, ou repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e Território do Acre, perante os quais comparecerão pessoalmente, para fazer as declarações necessárias.

Art. 13. A carteira profissional, além do número, série e data de expedição, conterá mais, a respeito do portador:

- 1) fotografia, com menção da data em que houver sido tirada;
- 2) característicos físicos e impressões digitais;
- 3) nome, filiação, data e lugar do nascimento, estado civil, profissão, residência, assinatura e grau de instrução;
- 4) nome, atividade e localização dos estabelecimentos ou empresas em que exercer a profissão ou a função, ou a houver sucessivamente exercido, com a denominação da natureza dos serviços, salário, data da admissão e da saída;
- 5) data da chegada ao Brasil e data do decreto de naturalização para os que por este modo obtiveram a cidadania;
- 6) nome, idade e estado civil das pessoas que dependam economicamente do portador da carteira;
- 7) nome do sindicato a que esteja associado;
- 8) situação do portador da carteira em face do serviço militar.

Parágrafo único. Para os estrangeiros, as carteiras, além das informações acima indicadas, conterão:

- 1) data da chegada ao Brasil;
- 2) número, série e local de emissão da carteira de estrangeiro;
- 3) nome da esposa, e sendo esta brasileira, data e lugar do nascimento;
- 4) nome, data e lugar do nascimento dos filhos brasileiros.

Art. 14. As declarações do interessado ou, no caso de menores que não estejam obrigados à carteira própria, dos seus pais ou tutores, deverão ser apoiadas em documentos idôneos ou confirmadas por duas testemunhas já portadoras de carteiras profissionais, que assinarão

com o declarante, mencionando o número e a série das respectivas carteiras.

§ 1.º As declarações a que se referem os artigos anteriores serão escrituradas em duas vias ou fichas, uma das quais será destacada e enviada ao Departamento Nacional do Trabalho, quando não forem feitas perante o mesmo Departamento.

§ 2.º Se o interessado não souber ou não puder assinar as suas declarações, será exigida a presença de três testemunhas, uma das quais assinará por ele, a rogo, devendo o funcionário ler as declarações, feitas em voz alta, atestando, a final, que delas ficou ciente o interessado.

Art. 15. A prova da profissão será feita por meio de diploma de escola profissional oficial ou fiscalizada, por atestados passados pelos empregadores, pelos sindicatos oficialmente reconhecidos, ou por duas pessoas portadoras de carteira profissional, que exerçam a profissão declarada.

§ 1.º Em se tratando de profissão oficialmente regulamentada, será necessária a prova de habilitação profissional do declarante.

§ 2.º A carteira profissional dos oficiais de barbeiros e cabeleiros será emitida mediante exibição do certificado de habilitação profissional passado pelas escolas mantidas pelo respectivo Sindicato.

Art. 16. As fotografias que devem figurar nas carteiras reproduzirão o rosto do requerente tomado de frente, sem retoques, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido reveladas, não se admitindo fotografias tiradas um ano antes da sua apresentação.

Art. 17. No ato de prestar as declarações, o interessado pagará em selo federal, a taxa de cinco cruzeiros e entregará três exemplares de sua fotografia, nas condições acima determinadas, afixando uma à folha onde forem registradas as declarações e incluindo-se as duas outras na remessa a que se refere o § 1.º do art. 14.

Art. 18. Tornando-se imprestável pelo uso a carteira primitiva, ou esgotando-se o espaço na mesma destinado a anotação, o interessado deverá obter outra, observadas as disposições anteriores e mediante pagamento da taxa de cinco cruzeiros, devendo constar da nova o número e a série da carteira anterior, e procedendo-se a nova identificação do interessado.

§ 1.º No caso de extravio por parte do possuidor, a taxa a que se refere este artigo será exigida em dobro, cobrando-se, daí por diante, cinquenta cruzeiros de cada carteira nova.

§ 2.º No caso de extravio ou inutilização da carteira profissional, por culpa do empregador ou preposto seu, aquele terá de custear as despesas do processo e emissão, além de se sujeitar às penas cominadas nesta lei, ficando o dono da carteira isento do pagamento da taxa a que se refere o art. 17.

Art. 19. Os emolumentos a que se refere este capítulo serão cobrados, acrescidos da taxa de Educação e Saúde, em estampilhas federais, em todo o território nacional, exceto no Estado de São Paulo, onde, por força do convênio firmado entre os governos Federal e Estadual, 50% dos referidos emolumentos serão pagos em selos daquele Estado.

§ 1.º As estampilhas deverão ser aplicadas na ficha de qualificação e serão inutilizadas, na forma da lei, pela assinatura do qualificado declarante.

§ 2.º A 1.ª via da ficha de qualificação será enviada, sob registro, ao Departamento Nacional do Trabalho para fins de controle e estatísticas.

§ 3.º Estão isentos de pagamento de taxa ou emolumentos os trabalhadores que estiverem desempregados, provado o estado de pobreza, e aqueles cuja remuneração não exceder da importância do salário mínimo.

Art. 20. Além do interessado, ou procurador devidamente habilitado, os empregadores ou os sindicatos oficialmente reconhecidos poderão promover o andamento do pedido de carteiras profissionais, ficando proibida a intervenção de pessoas estranhas.

Art. 21. Fica instituído no Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho o cadastro profissional dos trabalhadores, organizado com base nas fichas de qualificação e obedecendo à classificação das atividades e profissões estatuidas no Título IV com as especificações adotadas pela Comissão do Enquadramento Sindical.

SECÇÃO III

Da entrega das carteiras profissionais

Art. 22. As carteiras profissionais serão entregues ao interessado pessoalmente, mediante recibo passado em livro próprio.

Art. 23. Os sindicatos profissionais oficialmente reconhecidos poderão, se o solicitarem por escrito às respectivas diretorias, tomar a incumbência da entrega das carteiras profissionais pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe.

Parágrafo único. Não poderão os sindicatos cobrar remuneração alguma pela entrega das carteiras profissionais, cujo serviço, nas respectivas sedes, será fiscalizado pelos funcionários do Departamento Nacional do Trabalho, ou Delegacias Regionais, e das repartições autorizadas por lei, sob pena de se tornarem passíveis das sanções previstas nesta lei.

Art. 24. Se o candidato à carteira não a houver recebido, dentro de trinta dias após o em que prestou as suas declarações, poderá reclamar ao Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e às

Delegacias Regionais ou repartições autorizadas em virtude de lei, sendo a reclamação tomada por termo pelo funcionário encarregado desse mister, que entregará recibo da reclamação ao interessado.

Art. 25. Serão arquivadas as carteiras profissionais que não forem reclamadas pelos interessados dentro do prazo de sessenta dias, contados da respectiva emissão.

Parágrafo único. A emissão das carteiras arquivadas ficará sujeita à busca de um cruzeiro por mês que exceder o prazo fixado no artigo anterior.

SECÇÃO IV

Das anotações

Art. 26. Apresentada ao empregador a carteira profissional pelo empregado admitido, terá ele o prazo de 48 horas (quarenta e oito) para anotar na mesma, especificadamente, a data de admissão, a natureza do trabalho, o número no registo legal dos empregados e a remuneração, sob as penas cominadas nesta lei.

§ 1.º As anotações acima referidas serão feitas pelo próprio empregador ou por preposto devidamente autorizado, e não poderão ser negadas.

§ 2.º As anotações concernentes à remuneração devem especificar a determinação do salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, e seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a indicação da estimativa de gorjeta, desde que o empregado as receba atualmente.

Art. 27. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados, pelo Juízo competente, na carteira profissional do acidentado.

Art. 28. Aos portadores de carteiras profissionais fica assegurado o direito de as apresentar, no Distrito Federal, ao Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do Acre, aos delegados regionais ou aos escrivães de paz e encarregados do serviço de carteiras, nos distritos em que residirem, para o fim de ser anotado o que sobre elas constar, não podendo nenhum daqueles funcionários recusar-se à solicitação feita nem cobrar emolumentos que não estejam previstos.

Art. 29. As notas relativas a alterações no estado civil dos possuidores de carteiras serão feitas mediante prova documental, e as declarações referentes aos seus beneficiários, ou pessoa cuja subsistência esteja a seu cargo, ou quaisquer outras poderão ser feitas nas próprias carteiras, a pedido do interessado, preenchidas as exigências do artigo.

§ 1.º Os portadores de carteiras profissionais devem comunicar ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, às Delegacias Regionais e às repartições autorizadas por lei, nos Estados, todas as anotações que lhes sejam feitas, na forma da lei, utilizando-se para isso dos impressos apensos às mesmas.

§ 2.º As anotações nos livros de declarações e nas carteiras profissionais serão feitas seguidamente, sem abreviaturas, ressalvando-se, no fim de cada assentamento, emendas, entrelinhas e quaisquer circunstâncias que possam ocasionar dúvidas.

§ 3.º Sempre que averbarem notas em Desagoneio da conduta do possuidor da carteira, os funcionários das Delegacias Regionais Estaduais autorizadas em virtude da lei de que trata este artigo deverão enviar cópia da averbação feita ao Departamento Nacional do Trabalho, que a anexará à ficha respectiva.

Art. 30. Os escrivães de paz ou os encarregados dos assentamentos do registo civil não poderão receber mais de cinquenta centavos a título de custas, por processo ou anotação de que, na forma do artigo anterior, tenham sido incumbidos.

Art. 31. Tratando-se de serviços de profissionais de qualquer atividade, exercidos por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contratada, a carteira será anotada pelo respectivo sindicato profissional ou pelo representante legal de sua cooperativa.

Art. 32. Os bailarinos, músicos e artistas de teatros, circos e variedades têm direito à carteira profissional, cujas anotações serão feitas pelos estabelecimentos, empresas ou instituição onde prestam seus serviços, quando diretamente contratados por alguma dessas entidades, de qual deverá constar da carteira.

SECÇÃO V

Das reclamações por falta ou recusa de anotação

Art. 33. Recusando-se o empregador ou empresa a fazer as devidas anotações a que se refere o art. 26 ou a devolver a carteira recebida, deverá o empregado, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, comparecer pessoalmente, ou por intermédio do sindicato respectivo, perante o Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou Delegacias Regionais e Repartições Estaduais autorizadas em virtude de lei, nos Estados e no Território do Acre, para apresentar reclamação.

Art. 34. Lavrado o termo da reclamação, o funcionário encarregado do serviço notificará, por telegrama ou carta registrada, aquele, ou aqueles, sobre quem se pesa a acusação do empregado reclamante, para que, em dia e hora previamente designados, venham prestar esclarecimentos e efetuar a legalização da carteira ou sua entrega.

Parágrafo único. Não comparecendo o empregador acusado, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita, devendo as anotações serem efetuadas por despacho da autoridade perante a qual foi apresentada a reclamação.

Art. 35. Comparecendo o empregador e recusando-se a fazer as anotações reclamadas, será lavrado um termo de comparecimento, que deverá conter, entre outras indicações, o lugar, o dia e hora de sua lavratura, o nome e a residência do empregador, assegurando-se-lhe o prazo de 48 horas, a contar do termo, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Vencido o prazo para apresentação da defesa, e não sendo ela apresentada, ou sendo julgada improcedente, o processo será encaminhado à autoridade administrativa da 1.ª instância, a quem caberá impor a multa cominada nesta lei, ou julgar improcedente a reclamação apresentada, bem como determinar diligências tendentes à cabal apuração do alegado.

Art. 36. Verificando que as alegações feitas pelo reclamante versam a não existência da condição de empregado ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será encaminhado o processo à Justiça do Trabalho.

SECÇÃO VI

Do valor das anotações

Art. 37. As carteiras profissionais regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que não sejam exigidas carteiras de identidade e, especialment:

a) nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho, entre o empregador e o empregado, por motivos de salários, férias ou tempo de serviço;

b) para todos os efeitos legais, em falta de outras declarações nas instituições de previdência social, com relação aos beneficiários declarados;

c) para os efeitos de indenizações por acidentes do trabalho e moléstias profissionais, que não poderão ter por base salário inferior ao mencionado na carteira, salvo as limitações legais quanto ao máximo dos salários para efeito das indenizações.

SECÇÃO VII

Das penalidades, sua imposição e dos recursos

Art. 38. Para os efeitos da emissão, substituição ou anotação de carteiras profissionais, considerará-se-a crime de falsidade, com as penalidades previstas na legislação vigente:

a) fazer, ao todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro;

b) afirmar falsamente a sua própria identidade, filiação, lugar de nascimento, residência, profissão ou estado civil, ou atestar falsamente os de outra pessoa;

c) usar ou servir-se de documento, por qualquer forma falsificado;

d) falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir carteiras profissionais assim falsificadas ou alteradas.

Art. 39. Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para a emissão de carteira profissional, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento do diretor do Serviço de Identificação Profissional, para fins de direito.

Art. 40. Incorrerá na multa de quinhentos a dois mil cruzeiros aquele que, com ou sem intenção, vender ou expuser à venda qualquer tipo de carteira igual ou semelhante ao tipo oficialmente adotado.

Art. 41. O extravio ou inutilização de carteira profissional, por culpa do empregador ou preposto seu, dará lugar, além das obrigações fixadas no § 2.º, do art. 18, à imposição de multa de cinquenta a quinhentos cruzeiros.

Art. 42. O empregador que receber carteira para anotar e a reter por mais de 48 (quarenta e oito) horas, ficará sujeito à multa de duzentos a mil cruzeiros.

Art. 43. O empregador que, tendo sido intimado, não comparecer para anotar a carteira de empregado seu, o que tenham sido julgadas improcedentes suas alegações para a recusa, ficará sujeito à multa de duzentos a mil cruzeiros.

Parágrafo único. Verificando-se a remessa do processo à Justiça do Trabalho e reconhecendo esta a procedência das alegações do reclamante, na hipótese do art. 36, será o processo devolvido à autoridade administrativa competente para fazer as necessárias anotações e impor ao responsável a multa cominada neste artigo.

Art. 44. Incorrerá na multa de cem a quinhentos cruzeiros, aquele que mantiver em serviço, após 30 dias de quinhentos, empregado sem a carteira profissional ou prova de haver sido a mesma requerida.

Art. 45. O sindicato que cobrar remuneração pela entrega de carteiras, facultada pelo art. 20, ficará sujeito a multa de cem a mil cruzeiros, imposta pela autoridade de 1.ª instância do Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal ou pelas autoridades competentes delegadas nos Estados e no Território do Acre.

SECÇÃO VIII

Do livro de registo de empregados

Art. 46. Em todas as atividades será obrigatório o registo dos respectivos empregados, feito em livro próprio, na conformidade do modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Nesse livro, além da qualificação civil e profissional, de cada empregado serão anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, férias,

casos de acidentes e todas as circunstâncias que interessarem à proteção do trabalhador.

Art. 47. Os livros de registo de empregados serão rubricados e legalizados pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e pelas Delegacias Regionais ou repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e no Território do Acre.

Art. 48. O registo dos livros a que se refere o artigo anterior será cobrado, em selo federal, a taxa de Cr\$ 10,00 acrescida do selo de educação e saúde, salvo no Estado de São Paulo em que apenas cinquenta por cento dessa taxa serão pagos em selo federal.

Art. 49. As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, e as repartições estaduais autorizadas em virtude de lei, remeterão, mensalmente, ao Departamento Nacional do Trabalho, para os efeitos de controle e estatística, uma relação pormenorizada dos registos realizados durante o mês anterior.

Art. 50. No registo dos livros de que tratam os artigos anteriores, as estampilhas deverão ser apostas no fecho do registo, sendo inutilizadas, conforme a lei, pelo funcionário que o houver lavrado, o qual fará constar do processo a declaração de que os emolumentos foram pagos de acordo com as disposições legais.

Art. 51. A renda proveniente das taxas e emolumentos mencionados nos artigos anteriores deverá ser escriturada, especificadamente em livro próprio, pelo Departamento Nacional do Trabalho.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE DURAÇÃO DO TRABALHO

SECÇÃO I

Disposição preliminar

Art. 52. Os preceitos deste capítulo aplicam-se a todas as atividades, salvo às expressamente excluídas, constituindo exceções as disposições especiais, concernentes estritamente a peculiaridades profissionais, constantes do capítulo seguinte.

SECÇÃO II

Da jornada de trabalho

Art. 53. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

Art. 54. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1.º Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20 % (vinte por cento) superior à da hora normal.

§ 2.º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da segunda semana nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Art. 55. Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes da relação mencionada no capítulo de "Higiene e Segurança do Trabalho", ou que nela venham a ser incluídas por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

Art. 56. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1.º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de dez dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2.º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previsto neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de doze horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

§ 3.º Sempre que ocorrer interrupção forçada do trabalho, resultante de causas accidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de duas horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de dez horas diárias, em período não superior a quarenta e cinco dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

Art. 57. Não se compreendem no regime deste Capítulo:

a) os vendedores praticistas, os viajantes e os que exercerem, em geral, funções de serviço externo não subordinado a horário, devendo tal condição ser, explicitamente, referida no livro de registo de empregados, ficando-lhes de qualquer modo assegurado o repouso semanal;

b) os vigias, cujo horário, entretanto, não deverá exceder de dez horas, e que não estarão obrigados à prestação de outros serviços, ficando-lhes, ainda, assegurado o descanso semanal;

c) os gerentes e os administradores, assim considerados os que investidos de mandato, em forma legal, exerçam encargos de gestão, e, pelo padrão mais elevado de vencimentos, se diferenciem dos demais empregados, ficando-lhes, entretanto, assegurado o descanso semanal;

d) os domésticos;

e) os que trabalham na estiva, sujeitos a regime especial.

Art. 58. Não haverá distinção entre empregados e interessados, e a participação em lucros ou comissões, salvo em lucros de caráter social, não exclue o participante do regime deste capítulo.

Art. 59. O salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 1.º por 25 vezes o número de horas dessa duração.

Parágrafo único. Sendo o número de dias inferior a 25, adotar-se-á para o cálculo, em lugar desse número, o de dias de trabalho por mês.

Art. 60. No caso de empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecida no art. 1.º, pelo número de horas de efetivo trabalho.

SECÇÃO III

Das períodos de descanso

Art. 61. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito a fiscalização.

Art. 62. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 61, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único. A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devam ser exercidas aos domingos, cabendo ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de sessenta dias.

Art. 63. Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

Art. 64. Salvo o disposto nos arts. 62 e 63, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais. A autoridade regional competente em matéria de trabalho declarará os dias em que, por força de feriado local ou dias santos de guarda, segundo os usos locais, não deva haver trabalho, com as ressalvas constantes dos artigos.

Art. 65. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.

§ 1.º Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

§ 2.º Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3.º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação da Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização de refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

Art. 66. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia) a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

SECÇÃO IV

Do trabalho noturno

Art. 67. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1.º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 2.º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 3.º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo.

§ 4.º As prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 54 deste capítulo.

SECÇÃO V

Do quadro de horário

Art. 68. O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados.

§ 1.º O horário de trabalho será anotado em registo de empregados com a indicação de acordos ou contratos coletivos porventura celebrados.

§ 2.º Para os estabelecimentos de mais de dez empregados, será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registos mecânicos, ou não, devendo ser assinalados os intervalos para repouso.

§ 3.º Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará, explicitamente, de ficha ou papeleta em seu poder, sem prejuízo do que dispõe o § 1.º deste artigo.

SECÇÃO VI

Das penalidades

Art. 69. Os infratores dos dispositivos do presente capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, aplicada segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, não sendo inferior a mil cruzeiros em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades, no Distrito Federal, o diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do Acre, os delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

SECÇÃO I

Das bancárias

Art. 70. Para os empregados em bancos e casas bancárias será de seis horas por dia ou trinta e seis horas semanais a duração normal de trabalho.

Parágrafo único. A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará sempre compreendida entre as oito e as vinte horas.

Art. 71. A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada a oito horas diárias, não excedendo de quarenta e cinco horas semanais.

Art. 72. Nos estabelecimentos bancários, a duração normal do trabalho dos empregados em serviço de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas, contínuos e serventes, é regulada pelas disposições gerais sobre duração de trabalho de que trata o capítulo anterior.

SECÇÃO II

Das empregados nos serviços de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelefonía

Art. 73. Nas empresas que exploram o serviço de telegrafia submarina ou subfluvial, ou de radiotelegrafia ou de radiotelefonía, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de seis horas de trabalho por dia ou trinta e seis horas semanais.

§ 1.º Quando, em caso de indeclinável necessidade, forem os operadores obrigados a permanecer em serviço além do período normal fixado neste artigo, a empresa pagar-lhes-á extraordinariamente o tempo excedente na base do ordenado ou salário mensal, acrescido de 50 % (cinquenta por cento).

§ 2.º O trabalho aos domingos será considerado extraordinário e obedecerá, quanto à sua execução e remuneração, ao que dispuserem empregadores e empregados em acordo ou os respectivos sindicatos em contrato coletivo de trabalho.

Art. 74. Os operadores não poderão trabalhar, de modo ininterrupto na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica, quando a velocidade for superior a vinte e cinco palavras por minuto.

Art. 75. Para os empregados sujeitos a horários variáveis, fica estabelecida a duração máxima de sete horas diárias de trabalho e dezesete horas de folga, deduzindo-se desse tempo vinte minutos para descanso, de cada um dos empregados, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de três horas.

§ 1.º São considerados empregados sujeitos a horários variáveis, além dos operadores, cujas funções exijam classificação distinta,

os que pertençam às secções de sintonia, técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão.

§ 2.º Quanto à sua execução e remuneração aos domingos e às prorrogações de expediente, o trabalho dos empregados a que se refere o parágrafo anterior será regido pelo que se contém no § 1.º do art. 73 desta Secção.

Art. 76. A direcção das empresas deverá organizar as turmas de empregados, para a execução dos seus serviços, de maneira que prevaleça, sempre, o revezamento entre os que exercem a mesma função, quer em escalas diurnas, quer em noturnas.

Parágrafo único. Aos empregados que exercem a mesma função será permitida, entre si, a troca de turmas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou encarregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta Secção.

Art. 77. As disposições desta Secção não abrangem o trabalho dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios ou aeronaves.

SECÇÃO III

Das músicos profissionais

Art. 78. Será de seis horas a duração normal de trabalho dos músicos, sendo que, para os que trabalharem em teatro, duas dessas horas destinar-se-ão a ensaio e as quatro restantes aos espetáculos.

Parágrafo único. Toda vez que o trabalho em espectáculo ultrapassar de quatro horas, o tempo de duração excedente será pago com um acréscimo de 25 % sobre o salário da hora normal.

Art. 79. A duração normal de trabalho dos músicos profissionais poderá ser elevada até oito horas diárias, observados os preceitos gerais sobre duração de trabalho.

SECÇÃO IV

Das operadores cinematográficos

Art. 80. A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias, assim distribuídas:

a) cinco horas consecutivas de trabalho em cabine, durante o funcionamento cinematográfico;

b) um período suplementar, até o máximo de uma hora, para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projecção, ou revisão de filmes.

Parágrafo único. Mediante remuneração adicional de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um intervalo de duas horas para folga, entre o período a que se refere a alínea b deste artigo e o trabalho em cabine de que trata a alínea a, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por duas horas diárias, para exhibições extraordinárias.

Art. 81. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até três vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de uma hora, no mínimo, de descanso.

§ 1.º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de dez horas.

§ 2.º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de doze horas.

SECÇÃO V

Do serviço ferroviário

Art. 82. No serviço ferroviário — considerado este o de transporte em estradas de ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a administração, construção, conservação e renovação das vias férreas e seus edifícios, obras de arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego e funcionamento de todas as instalações ferroviárias — aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Secção.

Art. 83. O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes categorias:

a) funcionários da alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e secções, engenheiros residentes, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;

b) pessoal que trabalha em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requirem atenção constante, pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas;

c) pessoal de trens em geral e bem assim aqueles cujas funções são ligadas ao movimento de trens; pessoal de tração, movimento, lastro, revistadores e guarda-freios;

d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas.

Art. 84. Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da Estrada.

§ 1.º Nos serviços efetuados pelo pessoal da categoria c, não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços.

§ 2.º Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede, será contado como de trabalho normal e efetivo o tempo gasto em viagens, sem direito à percepção de horas extraordinárias.

§ 3.º No caso das turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo de trabalho será contado desde a hora da saída da casa de turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limites da respectiva turma. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á também computado como de trabalho efetivo o tempo gasto no percurso de volta a esses limites.

§ 4.º Para o pessoal de trens, só será considerado como trabalho efetivo, depois da chegada ao destino, o tempo em que o ferroviário estiver ocupado ou retido à disposição da Estrada. Quando, entre dois períodos de trabalho, não mediar intervalo superior a uma hora, será esse intervalo computado como de trabalho efetivo.

§ 5.º O tempo concedido para refeição não se computa como de trabalho efetivo, senão para o pessoal da categoria c, quando as refeições forem tomadas em viagem ou nas estações durante as paradas. Esse tempo não será inferior a uma hora, exceto para o pessoal da referida categoria em serviço de trens.

§ 6.º No trabalho das turmas encarregadas da conservação de obras de arte, linhas telegráficas ou telefônicas e edificios, não será contado, como de trabalho efetivo, o tempo de viagem para o local de serviço, sempre que não exceder de uma hora, seja para ida ou para volta, e a Estrada fornecer os meios de locomoção, computando-se, sempre, o tempo excedente a esse limite.

Art. 85. Ao pessoal da categoria c o regime de duração do trabalho obedecerá a ciclos de noventa e seis horas por quatorze dias.

§ 1.º Durante o ciclo a que se refere o presente artigo será assegurado o descanso semanal do pessoal.

§ 2.º Para o pessoal sujeito ao regime do presente artigo nenhum período de trabalho efetivo será superior a doze horas.

§ 3.º Depois de cada período a que se refere o artigo anterior haverá um repouso mínimo de dez horas.

§ 4.º Dada a conveniência do serviço, poderá um período de trabalho, a que se referem os parágrafos anteriores, ser dividido em turnos não excedentes de três, respeitado o número total de horas prefixadas e respeitado um mínimo de dez horas contínuas de repouso depois de cada período completo.

§ 5.º As escalas do pessoal abrangido pelo presente artigo serão organizadas de modo que não caiba a qualquer empregado, em cada grupo de dois ciclos, consecutivos, um total de horas de serviço noturno superior às de serviço diurno.

§ 6.º Os períodos de trabalho do pessoal a que alude o presente artigo serão registados em cadernetas especiais, que ficarão sempre em poder do empregado de acordo com o modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 86. Nos casos de urgência ou de acidente, capazes de afetar a segurança ou a regularidade do serviço, poderá a duração do trabalho ser excepcionalmente elevada a qualquer número de horas, incumbindo à Estrada zelar pela incolumidade dos seus empregados e pela possibilidade de revezamento de turmas, assegurando ao pessoal um repouso correspondente e comunicando a ocorrência ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de dez dias da sua verificação.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a recusa, sem causa justificada, por parte de qualquer empregado, à execução de serviço extraordinário será considerada falta grave.

Art. 87. As horas excedentes das do horário normal de oito horas serão pagas como serviço extraordinário na seguinte base: as duas primeiras com o acréscimo de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora normal, as duas subsequentes com um adicional de 50 % (cinquenta por cento) e as restantes com um adicional de 75 % (setenta e cinco por cento).

Art. 88. Serão pagas em dobro as horas que ultrapassarem o ciclo de noventa e seis horas em quatorze dias, para o pessoal da categoria c.

Art. 89. As frações de meia hora superiores a dez minutos serão computadas como meia hora.

Art. 90. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca densidade não se aplicam os preceitos gerais sobre duração de trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

Art. 91. As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobre-aviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que faltem à escala organizada.

§ 1.º Considera-se "extranumerário" o empregado não efetivo, candidato à efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo.

§ 2.º Considera-se de "sobre-aviso" o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de "sobre-aviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas. As horas de "sobre-aviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço).

§ 3.º Considera-se de "prontidão" o empregado que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens. A escala de prontidão será, no máximo, de doze horas. As horas de prontidão serão, para todos os efeitos, contadas à razão de 2/3 (dois terços).

§ 4.º Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, houver facilidade de alimentação, as doze horas de prontidão, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 92. O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso deverá ser dividida em dois turnos com intervalo não inferior a uma hora de repouso, não podendo nenhum turno ter duração superior a cinco horas.

Secção VI

Das equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, da navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca

Art. 93. Entre as horas 0 e 24 de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante oito horas, quer de modo contínuo, quer de modo intermitente.

§ 1.º A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará ao critério do comandante e, nesta última caso, nunca por período menor que uma hora.

§ 2.º Os serviços de quartos nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de quatro horas.

Art. 94. Todo o tempo de serviço efetivo, excedente de oito horas, ocupado na forma do artigo anterior, será considerado de trabalho extraordinário, sujeito à compensação a que se refere o parágrafo primeiro do mesmo artigo, exceto se se tratar de trabalho executado:

a) em virtude de responsabilidade pessoal do tripulante e no desempenho de funções de direção, sendo consideradas como tais todas aquelas que a bordo se acham cometidas a um único indivíduo com responsabilidade exclusiva e pessoal;

b) na iminência de perigo, para salvaguarda ou defesa da embarcação, dos passageiros, ou da carga, a juízo exclusivo do comandante ou do responsável pela segurança a bordo;

c) por motivo de manobras ou fainas gerais que reclamem a presença, em seus postos, de todo o pessoal de bordo;

d) na navegação lacustre e fluvial, quando se destine ao abastecimento do navio ou embarcação de combustível e rancho, ou por efeito das contingências da natureza da navegação, na transposição de passos ou pontos difíceis, inclusive operações de alívio ou transbordo de carga, para obtenção de calado menor para essa transposição.

§ 1.º O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, salvo se se destinar:

a) ao serviço de quartos e vigilância, movimentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, preparo de alimentação da equipagem e dos passageiros, serviço pessoal destes e, bem assim, aos socorros de urgência ao navio ou ao pessoal;

b) ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e de passageiros.

§ 2.º Não excederá de trinta horas semanais o serviço extraordinário prestado para tráfego nos portos.

Art. 95. As horas de trabalho extraordinário serão compensadas, segundo a conveniência de serviço, por descanso, em período equivalente, no dia seguinte ou no subsequente, dentro das de trabalho normal, ou no fim da viagem, ou pelo pagamento de um salário correspondente.

Parágrafo único. As horas extraordinárias de trabalho são indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.

Art. 96. Em cada embarcação haverá um livro em que serão anotadas as horas extraordinárias de trabalho de cada tripulante, e outro, do qual constarão, devidamente circunstanciadas, as transgressões dos mesmos tripulantes.

Parágrafo único. Os livros de que trata este artigo obedecerão a modelos organizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serão escriturados em dia pelo comandante da embarcação e ficam sujeitos às formalidades instituídas para os livros de registros de empregados em geral.

Art. 97. Qualquer tripulante que se julgue prejudicado por ordem emanada de superior hierárquico poderá interpor recurso, em termos, perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, por intermédio do respectivo comandante, o qual deverá encaminhá-lo dentro de cinco dias, contados de sua chegada ao porto, com a respectiva informação.

Secção VII

Da indústria frigorífica

Art. 98. Para os empregados que trabalhem no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentem mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de vinte minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

Parágrafo único. Considera-se artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, na 1.ª, 2.ª e 5.ª zonas, climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a 15º (quinze graus) nas 4.ª e 12.ª zonas a 10º (dez graus) nas 5.ª, 6.ª e 7.ª zonas.

Secção VIII

Dos serviços de estiva

Art. 99. Estiva de embarcações é o serviço de movimentação das mercadorias a bordo, em carregamento ou descarga, ou outro de conveniência do responsável pelas embarcações, compreendendo esse serviço a arrumação e a retirada dessas mercadorias no convés ou nos porões.

§ 1.º Quando as operações de carregamento ou descarga forem feitas dos cais e pontes de acostagem para bordo, ou de bordo para essas construções portuárias, a estiva começa ou termina, no convés da embarcação atracada, onde termina ou se inicia o serviço de capatazias.

§ 2.º Nos portos que, pelo respectivo sistema de construção, não podem dispor de aparelhamento próprio para as operações de embarque de mercadorias, feitas integralmente com o aparelhamento de bordo e, bem assim, no caso de navios de tipo fluvial, sem aparelhamento próprio para tais operações, e que não permitem, por sua construção, o emprego do aparelhamento dos cais ou pontes de acostagem, e serviço de estiva, de que trata o parágrafo anterior, compreende, mais a entrega ou recebimento das mercadorias pelos operários estivadores aos trabalhadores que movimentam as cargas em terra ou vice-versa.

§ 3.º Quando as operações referidas no § 1.º forem feitas de embarcações ao costado, ou para essas embarcações, o serviço de estiva abrange todas as operações, inclusive a arrumação das mercadorias naquelas embarcações, podendo compreender, ainda, o transporte de um para o local de carregamento ou de descarga dessas mercadorias, e de ou para terra.

Art. 100. O serviço de estiva compreende:

a) a mão de obra de estiva, que abrange o trabalho braçal de manipulação das mercadorias, para sua movimentação em descarga ou carregamento, ou para sua arrumação, para o transporte aquático, ou manejo dos guindastes de bordo, e a cautelosa direcção das operações que estes realizam, bem como a abertura e fechamento das escotilhas da embarcação principal e embarcações auxiliares e a cobertura das embarcações auxiliares;

b) o suprimento do aparelhamento acessório indispensável à realização da parte do serviço especificada na alínea anterior, no qual se compreende o destinado à prevenção de acidentes no trabalho;

c) o fornecimento de embarcações auxiliares, bem como rebocadores, no caso previsto no § 3.º do artigo anterior.

Parágrafo único. Na mão de obra referida neste artigo, distinguem-se:

a) a que se realiza nas embarcações principais;

b) a que se efetua nas embarcações auxiliares, alvarengas ou saveiros.

Art. 101. A execução do serviço de estiva, nos portos nacionais, competirá a entidades estivadoras de qualquer das seguintes categorias:

a) administração dos portos organizados;

b) caixa portuária, prevista no art. 102, somente para os portos não organizados;

c) armadores, diretamente ou por intermédio de seus agentes.

Parágrafo único. Cabe a essas entidades estivadoras, quando se encarreguem da execução do serviço de estiva, o suprimento do aparelhamento acessório e, bem assim, o fornecimento das embarcações auxiliares, alvarengas ou saveiros e rebocadores, a que se referem as alíneas b e c do artigo anterior.

Art. 102. Nos portos não organizados, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá criar uma Caixa portuária para executar os serviços de estiva, a qual ficará com a faculdade de desapropriar, por utilidade pública, nos termos da lei, o material fixo e flutuante que for necessário à sua finalidade.

§ 1.º As caixas portuárias instituídas por este artigo serão administradas por delegados do Ministério da Viação e Obras Públicas, com os poderes necessários para a aquisição, ou desapropriação, do material fixo e flutuante.

§ 2.º A compra ou indenização do material realizar-se-á com os recursos obtidos por meio de empréstimo feito no Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, amortizável a prazo longo e juros de 7% (sete por cento) ao ano.

Art. 103. A mão de obra na estiva das embarcações, definida na alínea a do art. 100, só poderá ser executada por operários estivadores, devidamente matriculados nas Capitânicas dos Portos, ou em suas Delegacias ou Agências, exceto nos casos previstos no art. 106 desta secção.

§ 1.º Para essa matrícula, além de outros, são requisitos essenciais:

1) prova de idade entre 18 e 35 anos;

2) atestado de vacinação;

3) atestado de robustez física pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva;

4) folha corrida;

5) quitação com o serviço militar, quando se tratar de brasileiro, nato ou naturalizado.

§ 2.º Para a matrícula de estrangeiros, será também exigida a comprovação da permanência legal no país.

§ 3.º As Capitânicas dos Portos, suas Delegacias e Agências efetuarão as matrículas até o limite fixado, anualmente, pelas respectivas Delegacias do Trabalho Marítimo, não podendo exceder do terço o número de estrangeiros matriculados.

§ 4.º Ficam sujeitas a revalidação, no primeiro trimestre de cada ano, as cadernetas de estivador entregues por ocasião da matrícula.

Art. 104. As entidades especificadas no art. 101 enviarão, mensalmente, à Delegacia do Trabalho Marítimo, um quadro demonstrativo

do número de horas de trabalho executado pelos operários estivadores por ela utilizados.

Parágrafo único. Verificando-se, no decurso de um semestre, haver cabido a cada operário estivador uma média superior à de 1.000 (mil) horas de trabalho, o número de operários será aumentado de modo que se restabeleça esta última média, e, no caso contrário, a matrícula será fechada, até que se atinja esse índice de intensidade de trabalho.

Art. 105. O serviço de estiva das embarcações será executado de acordo com as instruções dos respectivos comandantes, ou seus prepostos, que serão responsáveis pela arrumação ou retirada das mercadorias, relativamente às condições de segurança das referidas embarcações, quer no porto, quer em viagem.

Art. 106. As disposições contidas nesta secção aplicam-se, obrigatoriamente, a todas as embarcações que frequentem os portos nacionais, com exceção das seguintes, nas quais o serviço de estiva poderá ser executado, livremente, pelas respectivas tripulações:

1) embarcações de qualquer procedência ou destino que transportem gêneros de pequena lavoura e da pesca para abastecer os mercados municipais das cidades;

2) embarcações de qualquer tonelagem empregadas no transporte de mercadorias líquidas a granel;

3) embarcações de qualquer tonelagem empregadas no transporte de mercadorias sólidas a granel, quando a carga ou descarga for feita por aparelhos mecânicos automáticos, apenas durante o período do serviço em que se torna desnecessário o recheio;

4) embarcações de qualquer tonelagem empregadas na execução de obras e serviços públicos, nas vias aquáticas do país, seja diretamente pelos poderes públicos, seja por meio de concessionários ou empreiteiros.

§ 1.º Poderá também ser livremente executado, pelas próprias tripulações das embarcações respectivas, o serviço de estiva das malas postais e da bagagem de camarote dos passageiros.

§ 2.º A estiva de carvão e minério nos portos onde houver operários especializados nesse serviço será executada pelos trabalhadores em carvão e minério, os quais deverão ser matriculados nas Capitânicas dos Portos, nos termos do art. 103.

§ 3.º Para os efeitos do parágrafo anterior, são considerados armadores, nos termos da alínea c do art. 101, as firmas carvoeiras que possuam material flutuante.

§ 4.º Todas as operações de estiva de mercadorias, tanto nas embarcações principais, como nas auxiliares, de qualquer tonelagem, que, na data do decreto-lei n. 2.032, de 23 de fevereiro de 1940, eram executadas por pessoal estranho aos sindicatos de estivadores, continuarão a ser feitas livremente.

Art. 107. O serviço de estiva, quando não realizado pelos armadores ou por seus agentes, será por eles livremente requisitado de qualquer das entidades previstas no art. 101, pela forma seguinte:

a) a requisição será feita, por escrito, a uma única entidade estivadora, para o mesmo navio e, sempre que possível, de véspera;

b) a requisição indicará, sempre que possível, o dia e hora provável em que terá início o serviço, o nome do navio, a quantidade e a natureza das mercadorias a embarcar ou desembarcar, o número de porões em que serão estivadas ou desestivadas, o local onde operará o navio, e se a operação se fará para cais ou ponte de acostagem, ou para embarcações auxiliares ao costado.

Art. 108. As entidades estivadoras pagarão os proventos devidos aos operários estivadores, dentro de 24 horas após a terminação do serviço de cada dia, no próprio local do serviço ou na sede do respectivo sindicato.

§ 1.º Em caso de dúvida sobre o montante dos proventos a pagar, a entidade estivadora pagará aos operários estivadores a parcela não discutida e depositará o restante, dentro de 24 horas, na Caixa Econômica, ou na Agência ou nas mãos do representante do Banco do Brasil, à ordem do Delegado do Trabalho Marítimo.

§ 2.º Dirimida a dúvida, será pela Delegacia do Trabalho Marítimo levantada a soma depositada e entregue a quem de direito a parte que lhe couber.

§ 3.º A pedido, por escrito, dos operários estivadores, o delegado do Trabalho Marítimo suspenderá até quitação, o exercício da atividade da entidade estivadora que esteja em débito comprovado para com os operários.

§ 4.º O trabalho à noite e aos domingos e feriados será considerado extraordinário e, como tal, pago com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário normal.

Art. 109. Os armadores responderão, solidariamente com os seus agentes, pelas somas por estes devidas aos operários estivadores.

Art. 110. O serviço de estiva será executado com o melhor aproveitamento possível dos guindastes e demais instalações de carga e descarga dos navios e dos portos.

§ 1.º As entidades estivadoras só poderão empregar operários estivadores, contramestres e contramestres gerais escolhidos entre os matriculados nas Capitânicas dos Portos.

§ 2.º As entidades estivadoras serão responsáveis pelos roubos, pelas avarias provavelmente causadas às mercadorias e aos navios em que trabalharem.

§ 3.º Quando o serviço de estiva não começar na hora prevista na requisição, sem aviso aos estivadores antes do engajamento, ou quando foi interrompido por motivo de chuva, ou ainda, quando obrigar a esperas e delongas, devidas à agitação das águas, operários engajados perceberão da entidade estivadora, pelo tempo de paralisação ou de espera, a metade dos salários fixados na tabela competente.

§ 4.º Nos portos em que a entrada e saída dos navios dependem da maré, as esperas ou delongas que excederem de duas horas,

na execução dos serviços de estiva, serão pagas aos operários estivadores, na base de metade dos salários fixados na tabela competente. A remuneração aqui prevista não se estenderá aos tripulantes e estivadores que, nos termos do art. 117, § 4.º, percebem salário mensal.

§ 5.º A entidade estivadora fica obrigada a fornecer no devido tempo o aparelhamento acessório, bem como as embarcações auxiliares e rebocadores indispensáveis à continuidade do serviço de estiva, devendo, também, providenciar, junto às administrações dos portos organizados, relativamente ao lugar no cais, para atracação, bem como aos guindastes, armazéns e vagões que lhes cabe fornecer.

§ 6.º Fica a entidade estivadora obrigada a pagar aos operários estivadores os salários correspondentes ao tempo de paralisação em virtude das interrupções decorrentes da falta dos elementos necessários ao trabalho.

§ 7.º Os contramestres gerais serão de confiança das entidades estivadoras e pelas mesmas remunerados.

Art. 111. O número atual de operários estivadores para compor os ternos ou turmas em cada porto, para trabalho em cada porão, convés ou embarcação auxiliar, será previsto e fixado pela Delegacia do Trabalho Marítimo, tendo em vista a espécie das mercadorias e das embarcações.

§ 1.º O serviço de estiva nos navios será dirigido, em cada porão, por um contramestre e chefiado por um contramestre geral para todo o navio.

§ 2.º Nas embarcações auxiliares em que a estiva não for feita pelos próprios tripulantes não haverá contramestre.

§ 3.º Nas embarcações auxiliares em que a estiva for feita pelos próprios tripulantes, o serviço será dirigido pelo patrão da embarcação, o qual, no caso de ter direito a remuneração por unidade, perceberá o número de quotas previsto para os contramestres.

Art. 112. Somente terão direito a perceber proventos pelo serviço do mão de obra de estiva os operários estivadores e os contramestres que estiverem em trabalho efetivo a bordo de embarcações, ou nos casos expressamente previstos nesta lei.

Parágrafo único. Sendo os serviços executados por operários sindicalizados, organizarão os respectivos sindicatos o rodízio de operários, para que o trabalho caiba, equitativamente a todos.

Art. 113. Durante o período de engajamento, o mesmo terno de operários estivadores deverá trabalhar continuamente, num ou mais porões do mesmo navio, podendo também ser aproveitado em mais de um navio e em mais de uma embarcação auxiliar.

Art. 114. Nos portos organizados, quando os navios estiverem ao largo, o tempo de viagem dos operários estivadores, para bordo e vice-versa, será computado como tempo de trabalho e remuneração na base do salário-dia aprovado, devendo ser fornecida condução segura e apropriada pela entidade estivadora, que perceberá do armador o total dos salários, mais a percentagem que lhe couber.

§ 1.º Nos portos não organizados, as tabelas de taxas deverão compreender nos valores fixados o tempo dispendido na viagem, pelos operários estivadores, do ponto de embarque para bordo e vice-versa.

§ 2.º A Delegacia do Trabalho Marítimo local fixará os pontos de embarque e desembarque dos operários estivadores no porto.

Art. 115. Os operários estivadores, quando no recinto do porto e do trabalho, usarão como distintivo uma chapa, na qual serão gravados, em caracteres bem legíveis, as iniciais O.E. (Operário Estivador) ou S.O.E. (Sindicato de Operários Estivadores) e o número de matrícula do operário.

Art. 116. Quando ocorrerem dúvidas entre os operários estivadores e a entidade estivadora, o serviço deverá prosseguir, sob pena de incorrerem em falta grave os que o paralisarem, chamando-se sem demora o fiscal de estiva da Delegacia do Trabalho Marítimo, para tomar conhecimento do assunto.

Art. 117. A remuneração do serviço de estiva, salvo as exceções constantes dos §§ 3.º e 4.º do art. 110, será feita por meio de taxas, estabelecidas na base de tonelagem, cubagem ou unidades de mercadorias e aprovadas, para cada porto, pelo ministro da Viação e Obras Públicas. As taxas deverão atender à espécie, peso ou volume e acondicionamento das mercadorias.

§ 1.º Na determinação dos valores das taxas a que se refere este artigo, serão tomados em consideração, para cada porto, os valores das taxas de capatazias que nele estiverem em vigor e, onde não as houver, os valores das do porto mais próximo.

§ 2.º Além das taxas previstas nas tabelas de que trata o artigo 35 do decreto-lei n. 3.032, de 23 de fevereiro de 1940, poderão ser incluídas outras, depois de aprovadas pela autoridade competente, para bem atender às condições peculiares a cada porto.

§ 3.º A estiva e a desestiva de carvão destinado a ou proveniente de depósitos particulares de fornecedores de carvão a navios ou à indústria serão remuneradas por meio de salários.

§ 4.º A estiva ou desestiva de mercadorias, executada pelas próprias tripulações, poderá ser remunerada por unidade ou por salário, consoante a praxe adotada em cada região.

§ 5.º As tabelas aprovadas para cada porto deverão mencionar o regime ou regimes adotados na remuneração do serviço.

Art. 118. Os serviços conexos com os de estiva, a bordo dos navios, tais como limpeza de porões, recheio de carga que não tenha de ser descarregada, e outros, serão executados pelos operários estivadores julgados necessários pela entidade estivadora e mediante o pagamento de salários, constantes de tabelas aprovadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 119. Tanto as tabelas das taxas de estiva como as dos salários dos operários estivadores, de cada porto, serão submetidas a aprovação dos ministros do Trabalho, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas, pela Delegacia do Trabalho Marítimo, depois de ouvidas, por escrito, as partes interessadas, constituídas pelos órgãos

de classe e entidades estivadoras. As partes interessadas, consultadas, deverão prestar, no prazo máximo de 10 dias, as informações devidas.

Art. 120. As taxas de estiva compreenderão:

1) o montante por tonelagem, cubagem ou unidade de carga movimentada, a ser dividido pelos operários estivadores que executarem o serviço;

2) o montante por tonelagem, cubagem ou unidade das despesas em que incorre a entidade estivadora, por materiais de consumo, bem como pelas taxas de seguro e previdência, e outras eventuais;

3) a parcela correspondente à administração.

Art. 121. As tabelas referentes às taxas, de que trata o art. 117, farão as especificações das mesmas, com a respectiva incidência, e indicarão os seguintes valores:

a) sob o título "Montante de mão de obra", o valor definido no inciso I do artigo anterior;

b) sob o título "Montante da entidade estivadora", a soma dos valores das parcelas mencionadas nos incisos 2.º e 3.º do artigo anterior;

c) sob o título "Taxas", o valor total da taxa, que é a soma dos montantes indicados nas alíneas anteriores.

Parágrafo único. As tabelas de pagamento dos serviços de que trata o art. 118 especificarão os salários propriamente ditos e a remuneração da entidade estivadora pelas despesas correspondentes às parcelas mencionadas nos incisos 2.º e 3.º do artigo anterior.

Art. 122. A remuneração da mão de obra da estiva será dividida em quotas iguais, cabendo uma quota a cada operário estivador e uma e meia quota a cada contramestre.

Art. 123. Quando a quantidade de mercadorias a manipular for tão pequena que não assegure, para cada operário estivador, o provento de meio dia, ao menos, de salário, os operários engajados perceberão a remuneração correspondente a meio dia de salário.

Parágrafo único. Se o trabalho a que se refere este artigo exceder, em duração, a meio dia de trabalho, e, em quantidade, a 30 toneladas, os operários perceberão a remuneração de um dia de trabalho.

Art. 124. Nenhuma remuneração será paga aos operários estivadores, ou às entidades estivadoras, durante as paralisações de trabalho produzidas por causas que lhes forem providamente imputadas.

Art. 125. Compete às autoridades incumbidas dos serviços de higiene e segurança do trabalho a determinação das operações perigosas e das cargas insalubres para as quais se imponha a majoração dos salários.

Art. 126. O horário do trabalho da estiva, em cada porto do país, será fixado pela respectiva Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia, ou a noite, de trabalho terá a duração de oito horas e será dividido em dois turnos de quatro horas, separados pelo intervalo de uma a uma e meia hora, para refeição e repouso.

§ 1.º A entidade estivadora poderá prorrogar os turnos de trabalho por duas horas, remunerando-se o trabalho de prorrogação pelas taxas ou salários constantes das tabelas aprovadas.

§ 2.º Para ultimar o serviço de estiva dos grandes pacotes, ou dos navios que estejam na iminência de perder a maré, e para não interromper o trabalho nos navios frigoríficos, a entidade estivadora poderá executar o serviço de estiva durante as horas destinadas às refeições dos operários, pagando-lhes, porém, como suplemento de remuneração, o dobro do salário correspondente à duração da refeição.

Art. 127. Os operários estivadores, matriculados nas Capitânicas dos Portos, suas Delegacias e Agências, têm os seguintes direitos, além dos concedidos pela legislação vigente:

1) revalidação anual das cadernetas de matrícula, desde que provevem assiduidade e sejam julgados fisicamente aptos para o serviço;

2) remuneração regulada por taxas e salários constantes de tabelas aprovadas pelo Governo.

§ 1.º Uma vez por ano serão os estivadores submetidos a inspeção de saúde, perante médicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, afim de serem afastados aqueles cujas condições físicas não permitam, temporária ou definitivamente, a continuação no serviço.

§ 2.º Verificada a incapacidade para o trabalho, terão os estivadores direito aos benefícios outorgados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, de conformidade com a legislação que rege a matéria, cabendo às Delegacias do Trabalho Marítimo cancelar, desde logo, a matrícula dos aposentados.

Art. 128. São deveres dos operários estivadores:

1) comparecer, com a necessária assiduidade e antecedência, aos postos habituais de trabalho, para o competente engajamento;

2) trabalhar com eficiência, para o rápido desembaraço dos navios e bom aproveitamento da praça disponível;

3) acatar as instruções dos seus superiores hierárquicos;

4) manipular as mercadorias com o necessário cuidado, para evitar acidentes de trabalho e avarias;

5) não praticar, e não permitir se pratique, o desvio de mercadorias nem contrabandos;

6) velar pela boa conservação dos utensílios empregados no serviço;

7) manter, no local de serviço, um ambiente propício ao trabalho, pelo silêncio, respeito, correção e higiene;

8) não andar armado, não fumar no recinto do trabalho, nem fazer uso do álcool durante o serviço;

9) trazer o distintivo de que cogita o art. 115;

10) não se ausentar do trabalho sem prévia autorização dos seus superiores.

Art. 129. Sem prejuízo das penas previstas na legislação em vigor, os operários estivadores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- 1) suspensão de um a trinta dias, aplicável pelo Delegado do Trabalho Marítimo, *ex-officio*, ou por proposta da entidade estivadora;
- 2) desconto de 10 (dez) cruzeiros a 200 (duzentos) cruzeiros, por avaria praticada dolosamente, aplicável pelo Delegado do Trabalho Marítimo, *ex-officio*, ou por proposta da entidade estivadora;
- 3) cancelamento da matrícula, aplicável pela Delegacia do Trabalho Marítimo aos reincidentes em faltas graves, após inquérito para apuração das faltas.

Art. 130. O serviço de estiva, será fiscalizado pelo presidente e demais membros do Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo, diretamente, ou por intermédio de fiscais da própria Delegacia, que permanecerão, pelo tempo que for preciso, no recinto do trabalho, e comparecerão aos locais onde se tornar necessária a sua presença.

Art. 131. Nenhum serviço ou organização profissional, além dos previstos em lei, pode intervir nos trabalhos de estiva.

Art. 132. Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância, pelas Delegacias do Trabalho Marítimo, assegurado o direito de recurso das decisões desta, sem efeito suspensivo, para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de trinta dias, contados da data da respectiva notificação.

SECÇÃO IX

Dos serviços de capatazias nos portos

Art. 133. A mão de obra do serviço de capatazias nos portos organizados será remunerada por unidade (tonelagem, cubagem ou quantidade de volume), na conformidade do disposto nesta Secção.

Parágrafo único. Considera-se serviço de capatazias nos portos o realizado com a movimentação de mercadorias por pessoal da administração do porto, compreendendo:

I — Com relação à importação:

- a) a descarga para o cais, das mercadorias tomadas no convés das embarcações;
- b) o transporte dessas mercadorias até ao armazém ou local designado pela administração do porto, para seu depósito, inclusive o necessário empilhamento;
- c) abertura dos volumes e manipulação das mercadorias para a conferência aduaneira, inclusive o reacondicionamento, no caso de mercadorias importadas do estrangeiro;
- d) o desemilhamento, transporte e entrega das mercadorias nas portas, ou portões dos armazéns, alpendres, ou pátios, onde tiverem sido depositadas, ou junto dos vagões em que tenham de ser carregadas, nas linhas do porto.

II — Com relação à exportação:

- a) o recebimento das mercadorias nas portas, ou portões dos armazéns, alpendres, ou pátios da faixa interna do cais designados pela administração do porto, ou junto a vagões que as tenham transportado nas linhas do mesmo porto, até essa faixa interna do cais;
- b) transporte das mercadorias desde o local do seu recebimento até junto da embarcação em que tiverem de ser carregadas;
- c) o carregamento das mercadorias, desde o cais, até ao convés da embarcação.

Art. 134. Os concessionários dos portos organizados submeterão à aprovação do ministro da Viação e Obras Públicas, de dois em dois anos, as tabelas de taxas para remunerar, no todo ou em parte, a mão de obra utilizada na execução do serviço.

§ 1.º As tabelas obedecerão na sua disposição geral ao modelo anexo ao presente e conterão as taxas e as modalidades de remuneração da mão de obra de acordo com as peculiaridades de cada porto.

§ 2.º A mão de obra das operações componentes do serviço de capatazias, que interessarem diretamente à rapidez da carga e descarga das embarcações, será sempre remunerada por unidade (tonelagem, cubagem ou quantidade de volume).

§ 3.º As tabelas de taxas especificarão, com clareza, as operações a que as taxas se referirem e também às operações que devam ser remuneradas por salário-dia.

Art. 135. As tabelas de taxas fixarão a quantidade de trabalhadores, motoristas, feitores e conferentes, que comporão cada turno ou turma, empregada na execução do serviço, distinguindo os casos de trabalhar um ou mais guindastes, por porão de navio, e uma ou mais portas de armazém.

Parágrafo único. Quando condições especiais do serviço exigirem o aumento do número de trabalhadores fixados para compor as turmas, esse aumento será feito, a critério das administrações dos Portos, e a sua remuneração será idêntica à que couber aos trabalhadores componentes normais das turmas.

Art. 136. As taxas aprovadas para retribuir a mão de obra serão aplicadas à quantidade de mercadoria movimentada por cada turma e o produto será dividido na razão de uma quota, para cada trabalhador, uma para cada motorista interno do armazém, uma e meia para o feitor, uma e um quarto para o ajudante de feitor, uma e meia para cada motorista de guindaste de cais, uma e meia para cada conferente.

§ 1.º Estas quotas poderão ser modificadas de sorte a melhor se adaptarem à composição dos ternos ou turmas, ora vigentes nos portos.

§ 2.º Quando o serviço de capatazias não começar na hora para que tenham sido escalados os operários, ou quando for interrompido por motivo de chuvas ou, ainda, quando obrigar a esperas e delongas, devidas à agitação das águas, os operários escalados perceberão, pelo

tempo de paralisação ou de espera, a metade dos salários que estiverem em vigor.

§ 3.º Quando o serviço de capatazias não começar à hora ou for paralisado por mais de vinte minutos consecutivos, por falta estranha aos operários e da responsabilidade de terceiros, os operários escalados perceberão o tempo que ficarem paralisados, na base dos salários vigentes, cabendo às administrações dos portos, se não forem elas as responsáveis, o direito de cobrar a quantia paga pela inatividade à entidade que motivar a paralisação.

§ 4.º Quando a quantidade de mercadorias a manipular por uma turma for tão pequena que não assegure, para cada um dos operários e empregados escalados, o provento de meio dia de salário, ao menos, os operários e empregados perceberão a remuneração correspondente ao meio dia de salário vigente.

§ 5.º Se o trabalho a que se refere o parágrafo anterior exceder em duração a meio dia de trabalho e, em quantidade, a 30 toneladas, os operários perceberão a remuneração por salário, correspondente ao número de horas de efetiva duração do serviço.

§ 6.º Os operários mensalistas e os diaristas que, à data do decreto-lei n. 3.844, de 20 de novembro de 1941, tinham direito a determinada remuneração mínima mensal, continuarão com esse direito assegurado e, sempre que no decurso do mês perceberem remuneração por unidade, inferior à remuneração mínima anteriormente assegurada, deverão ser pagos da diferença pelos concessionários do porto.

Art. 137. As operações componentes do serviço de capatazias, como abertura de volumes para conferência, reacondicionamento de mercadorias conferidas e outras, que não digam com a presteza da carga e descarga das embarcações, e assim também os serviços conexos com os de capatazias, como limpeza de armazéns, beneficiamento de mercadorias e outros, poderão ser remunerados na base dos salários em vigor.

Art. 138. Os operários escalados são obrigados a trabalhar durante as horas normais de serviço diurno e noturno e nas prorrogações aqui previstas, em um ou mais armazéns, vagões ou embarcações.

Art. 139. O horário de trabalho do porto deverá ser o mesmo para a fiscalização aduaneira, o serviço de capatazias e o da estiva e será fixado pelo Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia ou a noite de trabalho terá a duração de oito horas de sessenta minutos e será dividido em dois turnos de quatro horas, separados pelo intervalo de uma a uma meia hora, para refeição e repouso.

§ 1.º O concessionário do porto poderá prorrogar os turnos de trabalho por duas horas, remunerando o trabalho pelas taxas ou salários constantes das tabelas aprovadas.

§ 2.º Para ultimar a carga ou descarga dos grandes paquetes ou dos navios que estejam na iminência de perder a maré, e para não interromper o trabalho dos navios frigoríficos, o concessionário do porto poderá executar o serviço de capatazias durante as horas destinadas às refeições dos operários, pagando-lhes, porém, como suplemento de remuneração, o dobro do salário correspondente à duração da refeição.

§ 3.º O trabalho à noite e nos domingos e feriados será considerado extraordinário e, como tal, pago com um acréscimo de 25 % sobre o salário normal.

Art. 140. As taxas de capatazias serão de responsabilidade dos donos das mercadorias; os dispêndios extraordinários, porém, que por esse serviço pagar o concessionário do porto, na forma do artigo 136, § 2.º, e art. 139, § 2.º, serão debitadas aos armadores que houverem requisitado o serviço, acrescida de dez por cento a despesa.

SECÇÃO X

Dos jornalistas profissionais

Art. 141. Os dispositivos da presente Secção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas, prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nele previstas.

§ 1.º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2.º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta secção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radio-difusão em suas secções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 142. A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Secção não deverá exceder de cinco horas, tanto de dia como à noite.

Art. 143. Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, e em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Secção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de cinco dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 144. As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal, por 150 (cento e cinquenta), para os mensalistas,

e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescida de, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento).

Art. 145. Os dispositivos dos arts. 142, 143 e 144 não se aplicam a aqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 146. A cada seis dias de trabalho efetivo corresponderá um dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 147. Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de dez horas, destinado ao repouso.

Art. 148. Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

Art. 149. Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas, como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exibirem prova de sua inscrição no Registo da Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal, e das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.

Art. 150. Para o registo de que trata o artigo anterior, deve o requerente exhibir os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) folha corrida;
- c) prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional;
- d) carteira profissional.

§ 1.º Aos profissionais devidamente registados será feita a necessária declaração na carteira profissional.

§ 2.º Aos novos empregados será concedido o prazo de 60 dias para a apresentação da carteira profissional, fazendo-se o registo condicionado a essa apresentação e expedindo-se um certificado provisório para aquele período.

Art. 151. O registo dos diretores-proprietários de jornais será feito, no Distrito Federal e nos Estados, independentemente da exigência constante do art. 150, letra d, da presente secção.

§ 1.º A prova de profissão, apresentada pelo diretor-proprietário juntamente com os demais documentos exigidos, consistirá em uma certidão, fornecida nos Estados e Território do Acre, pelas Juntas Comerciais ou Cartórios, e, no Distrito Federal, pela secção competente do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Aos diretores-proprietários regularmente inscritos será fornecido um certificado, do qual deverão constar o livro e a folha em que houver sido feito o registo.

Art. 152. Aqueles que, sem caráter profissional, exercerem atividades jornalísticas, visando fins culturais, científicos ou religiosos, poderão promover sua inscrição como jornalistas, na forma desta secção.

§ 1.º As repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio manterão, para os fins do artigo anterior, um registo especial, anexo ao dos jornalistas profissionais, nele inscrevendo os que satisfaçam os requisitos das alíneas a, b e c, do artigo 150 e apresentem prova do exercício de atividade jornalística não profissional, o que poderá ser feito por meio de atestado de associação cultural, científica ou religiosa idônea.

§ 2.º O pedido de registo será submetido a despacho do ministro que, em cada caso, apreciará o valor da prova oferecida.

§ 3.º O registo de que trata o presente artigo tem caráter puramente declaratório e não implica no reconhecimento de direitos que decorrem do exercício remunerado e profissional do jornalismo.

Art. 153. Excetuam-se do disposto no artigo anterior os favores da alínea c do art. 7.º do regulamento aprovado pelo decreto número 3.590, de 11 de janeiro de 1939, substituída a carteira profissional pelo certificado de registo concedido pela repartição competente.

Art. 154. O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Art. 155. A empresa jornalística que deixar de pagar pontualmente, e na forma acordada, os salários devidos a seus empregados, terá suspenso o seu funcionamento, até que se efetue o pagamento devido.

Parágrafo único. Para os efeitos do cumprimento deste artigo, deverão os prejudicados reclamar contra a falta de pagamento perante a autoridade competente e, proferida a condenação, desle que a empresa não a cumpra, ou, em caso de recurso, não deposite o valor da indenização, a autoridade que proferir a condenação oficiará à autoridade judiciária competente, para a matrícula.

Em igual pena de suspensão incorrerá a empresa que deixar de recolher as contribuições devidas às instituições de previdência social.

SECÇÃO XI

Dos professores

Art. 156. O exercício remunerado do magistério em estabelecimentos particulares de ensino exigirá, além das condições de habilitação estabelecidas pela competente legislação o registo na repartição própria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º Far-se-á o registo de que trata este artigo uma vez que o interessado apresente os documentos seguintes:

- a) certificado de habilitação para o exercício do magistério, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde, ou pela competente autoridade estadual ou municipal;
- b) carteira de identidade;
- c) folha corrida;
- d) atestado, firmado por pessoa idônea, de que não responde a processo nem sofreu condenação por crime de natureza infamante;
- e) atestado de que não sofre de doença contagiosa, passado por autoridade sanitária competente.

§ 2.º Dos estrangeiros serão exigidos, além dos documentos indicados nas alíneas a, c, d e e do parágrafo anterior, estes outros:

- a) carteira de identidade de estrangeiro;
- b) atestado de bons antecedentes, passado por autoridade policial competente.

§ 3.º Tratando-se de membros de congregação religiosa, será dispensada a apresentação de documentos indicados nas alíneas c e d do § 1.º, e, quando estrangeiros, será o documento referido na alínea b do § 1.º substituído por atestado de bispo diocesano ou de autoridade equivalente.

Art. 157. Num mesmo estabelecimento de ensino, não poderá o professor dar por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis, intercaladas.

Art. 158. Dos professores não se exigirá aos domingos, a regência de aulas nem o trabalho em exames.

Art. 159. A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1.º O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

§ 2.º Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importância correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3.º Não serão descontados, no decurso de nove dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, de pai ou mãe, ou de filho.

Art. 160. Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o professor, findo cada mês, com uma importância correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 161. No período de exames e no de férias, será paga mensalmente aos professores remuneração correspondente à quantia a eles assegurada, na conformidade dos horários, durante o período de aulas.

§ 1.º Não se exigirá dos professores, no período de exames, a prestação de mais de oito horas de trabalho diário, salvo mediante o pagamento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

§ 2.º No período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames.

Art. 162. Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

Parágrafo único. Compete ao Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores bem como assegurar a execução do preceito estabelecido no presente artigo.

Art. 163. Os estabelecimentos particulares de ensino, para o efeito da fiscalização dos dispositivos aqui contidos, são obrigados a manter afixado na secretaria, em lugar visível, o quadro de seu corpo docente, do qual conste o nome de cada professor, o número de seu registo e o de sua carteira profissional e o horário respectivo.

Parágrafo único. Cada estabelecimento deverá possuir, escriturado em dia, um livro de registo, do qual constem os dados referentes aos professores, quanto à sua identidade, registo, carteira profissional, data de admissão, condições de trabalho, e quaisquer outras anotações que por lei devam ser feitas, bem como a data de sua saída quando deixarem o estabelecimento.

SECÇÃO XII

Dos químicos

Art. 164. É livre o exercício da profissão de químico em todo o território da República, observadas as condições de capacidade técnica e outras exigências, previstas na presente Secção:

- a) aos possuidores de diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola, ou engenheiro químico concedido, no Brasil, por escola oficial ou oficialmente reconhecida;
- b) aos diplomados em química por instituto estrangeiro, de ensino superior, que tenham, de acordo com a lei e a partir de 14 de julho de 1934, revalidado os seus diplomas;
- c) aos que, ao tempo da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, se achavam no exercício efetivo de função pública ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico e que tenham requerido o respectivo registo até a extinção do prazo fixado pelo decreto-lei n. 2.298, de 10 de junho de 1940;

§ 1.º Aos profissionais incluídos na alínea c deste artigo, se dará, para os efeitos da presente Secção, a denominação de "licenciados".

§ 2.º O livre exercício da profissão de que trata o art. 164 só é permitido a estrangeiros quando compreendidos:

- a) nas alíneas a e b, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam legitimamente na República, a profissão de químico em a data da promulgação da Constituição de 1934;

b) na alínea b, se a seu favor militar a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos respectivos diplomas;

c) na alínea c, satisfeitas as condições nela estabelecidas.

§ 1.º O livre exercício da profissão a brasileiros naturalizados está subordinada à prévia prestação do serviço militar, no Brasil.

§ 2.º Só aos brasileiros natos é permitida a revalidação dos diplomas de químicos, expedidos por institutos estrangeiros de ensino superior.

Art. 165. Todo aquele que exercer ou pretender exercer as funções de químico, é obrigado ao uso da carteira profissional, instituída pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, devendo os profissionais, que se encontrarem nas condições das alíneas a e b do art. 164, registrar os seus diplomas de acordo com a legislação vigente.

§ 1.º A requisição de carteiras profissionais para uso dos químicos, além do disposto no capítulo "Da Identificação Profissional", somente será processada mediante apresentação dos seguintes documentos que provêm:

a) ser o requerente brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro;

b) estar, se for brasileiro, de posse dos direitos civis e políticos;

c) ter diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola, ou engenheiro químico, expedido por escola superior oficial ou oficializada;

d) ter, se diplomado no estrangeiro, o respectivo diploma revalidado nos termos da lei;

e) haver, o que for brasileiro naturalizado, prestado serviço militar no Brasil;

f) achar-se, o estrangeiro, ao ser promulgada a Constituição de 1934, exercendo legitimamente, na República, a profissão de químico, ou concorrer a seu favor a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos diplomas, dessa especialidade.

§ 2.º A requisição de que trata o parágrafo anterior deve ser acompanhada:

a) do diploma devidamente autenticado, no caso da alínea b do artigo precedente, e com as firmas reconhecidas no país de origem e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou da respectiva certidão, bem como do título de revalidação, ou certidão respectiva, de acordo com a legislação em vigor;

b) do certificado ou atestado comprobatório de se achar o requerente, na hipótese da alínea c do referido artigo, ao tempo da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, no exercício efetivo de função pública, ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, devendo esses documentos ser autenticados pelo delegado regional do trabalho, quando se referirem a requerentes moradores nas capitais dos Estados, ou coletor federal, no caso de residirem os interessados nos municípios do interior;

c) de três exemplares de fotografia exigida pelo art. 168 e de uma folha com as declarações que devam ser lançadas na carteira profissional, de conformidade com o disposto nas alíneas do mesmo artigo e seu parágrafo único.

§ 3.º Os documentos a que se referem, os §§ 1.º e 2.º poderão ser apresentados em qualquer posto do serviço de identificação profissional e serão sempre encaminhados à sede do mesmo serviço, juntamente com a requisição da respectiva carteira profissional.

§ 4.º Reconhecida a validade dos documentos apresentados, o Serviço de Identificação Profissional registrará, em livros próprios, os documentos a que se refere a alínea c do § 1.º e, juntamente com a carteira profissional emitida, os devolverá ao interessado, por intermédio do posto que os houver recebido, dentro do prazo estabelecido pelas normas sobre Carteiras Profissionais.

§ 5.º Havendo dúvidas quanto aos documentos apresentados, o interessado será notificado e o prazo a que se refere o parágrafo anterior se contará da data em que foi recebida e aceita a retificação necessária.

Art. 166. Além dos emolumentos fixados no Capítulo "Da Identificação Profissional", o registro do diploma fica sujeito à taxa de 30 cruzeiros.

Art. 167. Só poderão ser admitidos a registro os diplomas, certificados de diplomas, cartas e outros títulos, bem como atestados e certificados, que estiverem na devida forma e cujas firmas hajam sido regularmente reconhecidas por tabelião público e, sendo estrangeiros, pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, acompanhados estes últimos, da respectiva tradução, feita por intérprete comercial brasileiro.

Parágrafo único. O Departamento Nacional do Trabalho e as Inspeções Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, publicarão, periodicamente, a lista dos químicos registrados na forma deste decreto.

Art. 168. A cada inscrito, e como documento comprobatório do registro, fornecerá o Departamento Nacional do Trabalho uma carteira profissional numerada, que, além da fotografia, medindo 3 por 4 centímetros, tirada de frente, com a cabeça descoberta, e das impressões do polegar, contera as declarações seguintes:

a) o nome por extenso;

b) a nacionalidade, c, se estrangeiro, a circunstância de ser, ou não, naturalizado;

c) a data e lugar do nascimento;

d) a denominação da escola em que houver feito o curso;

e) a data da expedição do diploma e o número do registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

f) a data da revalidação do diploma, se de instituto estrangeiro;

g) a especificação, inclusive data, de outro título ou títulos de habilitação;

h) a assinatura do inscrito.

Parágrafo único. A carteira destinada aos profissionais a que se refere o § 1.º do art. 164 deverá, em vez das declarações indicadas nas alíneas d, e e f deste artigo, e além do título licenciado — posto em destaque, conter a menção do título de nomeação ou admissão e respectiva data, se funcionário público, ou do atestado relativo ao exercício, na qualidade de químico, de um cargo em empresa particular, com designação desta e da data inicial do exercício.

Art. 169. A carteira profissional, expedida nos termos desta secção, é obrigatória para o exercício da profissão, substitue em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade, e sua apresentação será exigida pelas autoridades federais, estaduais e municipais, para a assinatura de contratos, ou de termos de posse de cargos públicos e para o desempenho de quaisquer funções inerentes à profissão de químico.

Art. 170. Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de químico, senão à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com a presente secção, e essa prova será também exigida para a realização de concursos periciais e todos os outros atos oficiais que exijam capacidade técnica de químico.

Art. 171. Quem, mediante anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios capazes de ser identificados, se propuser ao exercício da química em qualquer dos seus ramos, sem que esteja devidamente registrado, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 172. Os profissionais a que se referem os dispositivos anteriores só poderão exercer legalmente as funções de químicos depois de satisfizerem as obrigações constantes do art. 165 desta secção.

Art. 173. O exercício da profissão de químico compreende:

a) a fabricação de produtos e subprodutos industriais, em seus diversos graus de pureza;

b) a análise química, a elaboração de pareceres, atestados e projetos da especialidade, e sua execução, pericia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade de laboratórios ou departamentos químicos, de indústrias e empresas comerciais;

c) o magistério nas cadeiras de química dos cursos superiores especializados em química;

d) a engenharia química.

§ 1.º Aos químicos, químicos industriais e químicos industriais agrícolas que estejam nas condições estabelecidas no art. 164, alíneas a e b, compete o exercício das atividades definidas nos itens a, b e c deste artigo, sendo privativa dos engenheiros químicos a do item d.

§ 2.º Aos que estiverem nas condições do art. 164, alíneas a e b, compete, como aos diplomados em medicina ou farmácia, as atividades definidas no art. 2.º, alíneas d, e e f, do decreto n. 20.377, de 8 de setembro de 1931, cabendo aos agrônomos e engenheiros agrônomos as que se acham especificadas no art. 6.º, alínea h, do decreto n. 23.196, de 12 de outubro de 1933.

Art. 174. No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister a qualidade de químico, ressalvadas as especializações referidas no § 2.º do art. 173, a partir da data da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências do artigo 172 desta Secção.

Art. 175. Fazem fé pública os certificados de análises químicas, pareceres, atestados, laudos de perícias e projetos relativos a essa especialidade, assinados por profissionais que satisfaçam as condições estabelecidas nas alíneas a e b do art. 164.

Art. 176. É facultado aos químicos que satisfizerem as condições constantes do art. 164, alíneas a e b, o ensino da especialidade a que se dedicarem, nas escolas superiores, oficiais ou oficializadas.

Parágrafo único. Na hipótese de concurso para o provimento de cargo ou emprego público, os químicos a que este artigo se refere terão preferência, em igualdade de condições.

Art. 177. O nome do químico responsável pela fabricação dos produtos de uma fábrica, usina ou laboratório, deverá figurar nos respectivos rótulos, faturas e anúncios, compreendida entre estes últimos a legenda impressa em cartas e sobrecartas.

Art. 178. Somente os químicos habilitados, nos termos do artigo 164, alíneas a e b, poderão ser nomeados *ex-officio* para os exames periciais de fábricas, laboratórios e usinas e de produtos aí fabricados.

Parágrafo único. Não se acham compreendidos no artigo anterior os produtos farmacêuticos e os laboratórios de produtos farmacêuticos.

Art. 179. Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 164, alíneas a e b, a execução de todos os serviços que, não especificados, no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química.

Art. 180. A fiscalização do exercício da profissão de químico incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho e às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio aos órgãos que exerçam as atribuições destas nos Estados.

Art. 181. São atribuições dos órgãos de fiscalização:

a) examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 165 e seus §§ 1.º e 2.º e o art. 166, proceder à respectiva inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Secção;

b) registrar as comunicações e contratos, a que aludem o artigo 188 e seus parágrafos e dar as respectivas baixas;

c) verificar o exato cumprimento das disposições desta Secção, realizando as investigações que forem necessárias, bem como o exame dos arquivos, livros de escrituração, folhas de pagamento, contratos

e outros documentos de uso de firmas ou empresas industriais ou comerciais, em cujos serviços tome parte um ou mais profissionais que desempenhem função para a qual se deva exigir a qualidade de químico.

Art. 182. Aos sindicatos de químicos devidamente reconhecidos é facultado auxiliar a fiscalização, no tocante à observância da alínea e do artigo anterior.

Art. 183. Verificando-se, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serem falsos os diplomas ou outros títulos dessa natureza, atestados, certificados e quaisquer documentos exibidos para os fins de que trata esta Secção, incorrerão os seus autores e cúmplices nas penalidades estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A falsificação de diplomas ou outros quaisquer títulos, uma vez verificada, será imediatamente comunicada ao Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho, remetendo-se-lhe os documentos falsificados, para instauração do processo que no caso couber.

Art. 184. Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o químico, inclusive o licenciado, que incidir em alguma das seguintes faltas:

a) revelar impropriedade profissional, dar falso testemunho, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações, referentes à prática de atos de que trata esta Secção;

b) concorrer, com seus conhecimentos científicos para a prática de crime ou atentado contra a pátria, a ordem social ou a saúde pública;

c) deixar no prazo marcado nesta secção, de requerer a revalidação e registo do diploma estrangeiro, ou o seu registo profissional no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O tempo de suspensão, a que alude este artigo variará entre um mês e um ano, a critério do Departamento Nacional do Trabalho, após processo regular, ressalvada a ação da justiça pública.

Art. 185. Aqueles que exercerem a profissão de químico sem ter preenchido as condições do art. 164 e suas alíneas, nem promovido o seu registo, nos termos do art. 165, incorrerão na multa de 200 cruzeiros a 5.000 cruzeiros, que será elevada ao dobro, no caso de reincidência.

Art. 186. Aos licenciados a que alude o parágrafo único do artigo 164, poderão, por ato do Departamento Nacional do Trabalho, sujeito à aprovação do ministro, ser cassadas as garantias asseguradas por esta secção, desde que interrompam, por motivo de falta prevista no art. 184, a função pública ou particular em que se encontravam por ocasião da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934.

Art. 187. O número de químicos estrangeiros a serviço de particulares, empresas ou companhias não poderá exceder de 1/3 o dos profissionais brasileiros compreendidos nos respectivos quadros.

Art. 188. O químico que assumir a direção técnica ou cargo de químico de qualquer usina, fábrica, ou laboratório industrial ou de análise deverá, dentro de 24 horas e por escrito, comunicar essa ocorrência ao órgão fiscalizador, contraíndo, desde essa data, a responsabilidade da parte técnica referente à sua profissão, assim como a responsabilidade técnica dos produtos manufaturados.

§ 1.º Firmando-se contrato entre o químico e o proprietário da usina, fábrica ou laboratório será esse documento apresentado, dentro do prazo de 30 dias, para registo, ao órgão fiscalizador.

§ 2.º Comunicação idêntica à de que trata a primeira parte deste artigo fará o químico, quando deixar a direção técnica ou o cargo de químico, em cujo exercício se encontrava, afim de ressaltar a sua responsabilidade e fazer-se o cancelamento do contrato. Em caso de falência do estabelecimento, a comunicação será feita pela firma proprietária.

CAPÍTULO IV

DO SALÁRIO MÍNIMO

SECÇÃO I

Do conceito

Art. 189. Salário Mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 190. A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado, compete às Comissões de Salário Mínimo, na forma que este Capítulo dispõe.

Art. 191. Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionalizado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal de serviço.

Art. 192. Quando se tratar da fixação do salário mínimo dos trabalhadores ocupados em serviços insalubres, poderão as Comissões de Salário Mínimo aumentá-lo até de metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.

Art. 193. Tratando-se de menores aprendizes, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Consideram-se aprendizes os menores de 18 e maiores de 14 anos, cuja educação profissional não se haja completado.

Art. 194. O salário mínimo será determinado por fórmula em que sejam computados os cinco elementos que integram o seu conceito.

§ 1.º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.

§ 2.º Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou subzona o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.

§ 3.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1.º deste artigo.

Art. 195. Quando o empregador fornecer, em natureza, um ou mais dos elementos do salário mínimo, a parte será calculada com exclusão do valor correspondente àqueles elementos, observada a percentagem fixada para a região, zona ou subzona.

Parágrafo único. O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região, zona ou subzona.

Art. 196. É devido o salário mínimo ao trabalhador em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunerere.

SECÇÃO II

Das regiões, zonas e subzonas

Art. 197. Para efeito da aplicação do salário mínimo, será o país dividido em 22 regiões, correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Território do Acre.

Parágrafo único. Em cada região, funcionará uma Comissão de Salário Mínimo, com sede na capital do Estado, no Distrito Federal e na sede do governo do Território do Acre.

Art. 198. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta das Comissões de Salário Mínimo, e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, dividir uma região em duas ou mais zonas, desde que cada zona abranja, pelo menos, quinhentos mil habitantes.

§ 1.º A decisão deverá enumerar, taxativamente, os municípios que ficam sujeitos a cada zona, para efeito de se determinar a competência de cada Comissão.

§ 2.º Quando uma região se dividir em duas ou mais zonas, as respectivas Comissões de Salário Mínimo funcionarão, uma, obrigatoriamente, na capital do Estado, ou na sede do governo do Território do Acre, e a outra, ou outras, nos municípios de maior importância econômica, aferida pelo valor dos impostos federais, arrecadados no último biênio.

Art. 199. Sempre que, em uma região ou zona, se verificarem diferenças de padrão de vida, determinadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta da respectiva Comissão de Salário Mínimo e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, autorizá-la a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, serão instituídas Subcomissões locais, subordinadas às Comissões de Salário Mínimo, a quem proporão o salário mínimo local.

SECÇÃO III

Da constituição das comissões

Art. 200. O número dos componentes das Comissões de Salário Mínimo, inclusive o presidente, será fixado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no mínimo de cinco e até ao máximo de onze.

Art. 201. Os representantes dos empregadores e empregados, serão eleitos, na forma do art. 209 pelo respectivo sindicato e, na falta deste, por associações legalmente registadas, não podendo sua escolha recair em indivíduos estranhos ao quadro social dessas entidades.

§ 1.º Os membros das Comissões ou Subcomissões de Salário Mínimo serão nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os representantes dos empregadores e empregados, eleitos no prazo fixado.

§ 2.º O número de representantes dos empregadores, nas Comissões de Salário Mínimo, será igual ao dos empregados.

Art. 202. De cada Comissão não poderá participar como representante dos empregadores ou dos empregados, mais de um componente que pertença à mesma profissão ou à mesma atividade produtiva.

Art. 203. O presidente da Comissão do Salário Mínimo notificará, três meses antes da extinção do mandato da mesma Comissão aos sindicatos de empregadores e de empregados da região, zona ou subzona, determinando que procedam às iniciais eleições de seus vogais e suplentes, a serem indicados para a recomposição da Comissão.

Art. 204. No penúltimo mês do mandato das Comissões de Salário Mínimo, cada sindicato remeterá ao presidente da Comissão da respectiva região, zona ou subzona, uma lista de três associados eleitos para a indicação a vogais e três para suplentes.

Art. 205. Onde funcionarem sindicatos ou associações profissionais registradas, o presidente da Comissão convocará empregadores e empregados para uma reunião, que presidirá, afim de serem eleitos os vogais e suplentes de cada classe.

Art. 206. Serão observadas, nas eleições dos vogais e suplentes dos empregadores e dos empregados, nas Subcomissões de Salário Mínimo, as mesmas formalidades relativas às Comissões, devendo o presidente da Subcomissão remeter ao da Comissão a que estiver subordinado a lista dos eleitos.

Art. 207. De posse das listas, o presidente as remeterá, por intermédio do Serviço de Estatística da Previdência Social e Trabalho, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que nomeará os componentes das Comissões e Subcomissões.

Parágrafo único. As listas remetidas ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelos presidentes das Comissões de Salário Mínimo deverão mencionar o nome e a sede do sindicato, associação profissional a que pertençam os eleitos.

Art. 208. Na hipótese do não comparecimento de empregadores ou de empregados, ou no caso de uma classe ou ambas deixarem de indicar número suficiente de representantes, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fará as nomeações, sem dependência de eleição.

Parágrafo único. A prova da qualidade de empregador ou empregadores não sindicalizados será feita mediante recibo de quitação do imposto sindical.

Art. 209. Os representantes dos empregadores e dos empregados, nas Comissões e Subcomissões do Salário Mínimo, deverão fazer prova de residência, por tempo não inferior a dois anos, na região, zona ou subzona em que exercerem a sua atividade.

Art. 210. Os presidentes das Comissões ou Subcomissões de Salário Mínimo serão nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os cidadãos brasileiros de notória idoneidade moral, versados em assuntos de ordem econômica e social, e estranhos aos interesses em jogo.

Art. 211. O mandato dos membros das Comissões e Subcomissões será de dois anos, podendo os seus componentes ser reconduzidos ao terminar o respectivo prazo.

Art. 212. As Comissões e Subcomissões reunir-se-ão por convocação do presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º As Comissões e Subcomissões deliberarão com a presença do presidente, da maioria de seus componentes de número igual de representantes de empregadores e de empregados, sendo as suas decisões pronunciadas por maioria de votos.

§ 2.º O presidente, que tomará parte nos debates, só terá voto de desempate.

Art. 213. Os componentes das Comissões e Subcomissões perceberão a gratificação de cinquenta cruzeiros por sessão a que comparecerem, até o máximo de duzentos cruzeiros por mês.

SECÇÃO IV

Das atribuições das Comissões de Salário Mínimo

Art. 214. As Comissões de Salário Mínimo têm por incumbência fixar o salário mínimo da região ou zona, de sua jurisdição.

Parágrafo único. Compete-lhes igualmente pronunciar-se sobre a alteração do salário mínimo que lhes for requerida por algum de seus componentes, pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelos sindicatos, associações profissionais registradas e, na falta destes, por dez pessoas residentes na região, zona ou subzona, há mais de um ano, e que não tenham entre si laços de parentesco até segundo grau, incluídos os afins.

Art. 215. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, *ex-officio*, a requerimento dos sindicatos, associações profissionais registradas ou por solicitação da Comissão de Salário Mínimo, poderá classificar os trabalhadores segundo a identidade das condições necessárias e normais da vida nas respectivas regiões.

Art. 216. O salário mínimo será fixado para cada região, zona ou subzona, de modo geral, ou segundo a identidade das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões, zonas ou sub-zonas.

Art. 217. Realizar-se-á inquérito censitário para conhecer as condições econômicas de cada região, zona ou subzona do país, bem como os salários efetivamente pagos aos trabalhadores, sempre que essa providência se fizer mister, afim de proporcionar às Comissões de Salário Mínimo os elementos indispensáveis à fixação do salário mínimo.

Art. 218. Todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias ou firmas que tenham a seu serviço empregados, ou operários, deverão remeter ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade que o representar nos Estados, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da notificação que lhes for feita, a indicação dos salários mais baixos efetivamente pagos, com a discriminação do serviço desempenhado pelos trabalhadores, conforme modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º O disposto neste artigo será igualmente observado pelos encarregados de serviços ou obras, tanto do Governo Federal, como dos Governos Estaduais e Municipais.

§ 2.º Os dados censitários recolhidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão enviados às Comissões de Salário Mínimo, podendo estas, nos casos de insuficiência desses dados, colher os elementos complementares de que precisarem, diretamente

junto às partes interessadas residentes na região, zona ou subzona de sua jurisdição.

Art. 219. As Comissões de Salário Mínimo, mediante delegação do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, representarão o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o efeito do recolhimento das declarações, de que trata o art. 224, e de outros elementos estatísticos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Comissões de Salário Mínimo, poderão delegar as suas funções às autoridades federais, estaduais ou municipais, da região, zona ou subzona, a que pertencerem.

Art. 220. As Comissões de Salário Mínimo, ao fixar o salário mínimo, darão à publicidade os índices estatísticos que justificarem sua adoção e o valor de cada uma das parcelas que o constituírem.

Art. 221. As Comissões de Salário Mínimo enviarão ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as declarações recebidas, devidamente relacionadas, dentro do prazo improrrogável de 15 dias, utilizando-se da via de transporte mais rápida.

Art. 222. Dentro do prazo de 45 dias, contado do recebimento das declarações que lhes forem enviadas, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio remeterá às Comissões de Salário Mínimo não só o material como as instruções para a realização de inquéritos ou pesquisas que melhor elucidem ou completem o acervo de elementos necessários ao estudo e determinação do salário mínimo na região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Os inquéritos serão realizados sob a orientação de técnicos e funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados especialmente para esse fim.

Art. 223. As Comissões de Salário Mínimo centralizarão na região ou zona, os elementos dos inquéritos ou pesquisas determinados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, remetendo-lhes esses elementos dentro do prazo que, antecipadamente, lhes for fixado.

Parágrafo único. As Comissões remeterão, imediatamente, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho cópia autêntica de todas as suas decisões ou resoluções.

Art. 224. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma vez satisfeita a exigência dos arts. 228 e 230, deverá fornecer às Comissões de Salário Mínimo, dentro do prazo máximo de 240 dias, uma informação fundamentada indicando o salário mínimo aplicável à região, zona ou subzona de que se tratar.

Parágrafo único. No caso de não receber, em tempo útil, os elementos a que se refere este artigo, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho elaborará uma recomendação baseada no critério de comparação com regiões, zonas ou subzonas de condições semelhantes.

Secção V

Da fixação do salário mínimo

Art. 225. Recebida a informação a que se refere o art. 224, cada Comissão de Salário Mínimo fixará, dentro do prazo improrrogável de 9 meses, o salário mínimo da respectiva região ou zona.

§ 1.º A decisão fixando o salário será publicada nos órgãos oficiais, ou nos jornais de maior circulação, na região, zona ou subzona, de jurisdição da Comissão, e no *Diário Oficial* na capital da República, por três meses, durante o prazo de 90 dias.

§ 2.º Dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, a Comissão receberá as observações que as classes interessadas lhe dirigirem. Findo esse prazo, reunir-se-á, imediatamente, para apreciar as observações recebidas, atentar ou confirmar o salário mínimo fixado e, dentro de 20 dias, proferir a sua decisão definitiva.

Art. 226. Dentro do prazo improrrogável de 15 dias, contados da decisão definitiva da Comissão de Salário Mínimo, cabe recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O recurso só poderá ser interposto pelas federações, sindicatos, ou, na sua falta, por associações profissionais registradas, ou, ainda, pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 227. A ata da reunião da Comissão de Salário Mínimo, em que for ultimada a sua decisão definitiva, será publicada na região, zona ou subzona, a que interessar.

Parágrafo único. Uma cópia autêntica da ata a que se refere este artigo será enviada pelo presidente da Comissão, no prazo improrrogável de 15 dias, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 228. De posse das decisões definitivas das Comissões de Salário Mínimo, submeterá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao Presidente da República o decreto instituindo o salário mínimo em cada região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Si uma ou várias Comissões de Salário Mínimo deixarem de remeter cópia autêntica da ata a que se refere o artigo anterior e no prazo fixado pelo parágrafo do mesmo artigo, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio submeterá ao Presidente da República uma proposta de salário mínimo para a região, zona ou subzona, interessada, baseada no critério de comparação com regiões, zonas ou subzonas, de condições semelhantes.

Art. 229. O decreto fixando o salário mínimo, decorridos 60 dias de sua publicação no *Diário Oficial*, obrigará a todos que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração.

§ 1.º. O salário mínimo, uma vez fixado, vigorará pelo prazo de três anos; podendo ser modificado ou confirmado por novo período de três anos, e assim seguidamente, por decisão da respectiva Comissão de Salário Mínimo aprovada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º. Excepcionalmente, poderá o salário mínimo ser modificado, antes de decorridos três anos de sua vigência, sempre que a respectiva Comissão de Salário Mínimo, por maioria de 3/4 (três quartos) de seus componentes, reconhecer que fatores de ordem económica tenham alterado de maneira profunda a situação económica e financeira da região, zona ou subzona interessada.

Secção VI

Disposições gerais

Art. 230. Será nulo de pleno direito, sujeitando o empregador às sanções do art. 234, qualquer contrato ou convenção, que estipule remuneração inferior ao salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

Art. 231. O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato, ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

Art. 232. O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato ou convenção, em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário, perante a Justiça do Trabalho.

Art. 233. Prescreve em dois anos a ação para reaver a diferença de salário, contados, para cada pagamento, da data em que o mesmo tenha sido efetuado.

Art. 234. Aquele que infringir qualquer dispositivo concernente ao salário mínimo será passível de multa de cinquenta a dois mil cruzeiros, elevada ao dobro na reincidência.

Art. 235. As multas por infração dos arts. 218, 221, 223, 225, 227, 236 e 237, serão impostas pelo diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 15 dias, para o respectivo ministro.

Parágrafo único. Se o infrator for funcionário público, a multa será descontada em sua folha de vencimentos.

Art. 236. O membro da Comissão ou Subcomissão de Salário Mínimo que deixar de comparecer a três sessões seguidas, sem justificação documentada, além da multa prevista no art. 235, será destituído de suas funções e substituído pelo respectivo suplente.

Art. 237. O presidente da Comissão ou Subcomissão de Salário Mínimo que, por omissão ou negligência, infringir o presente decreto-lei será passível de demissão, sem prejuízo da imposição da multa prevista no art. 235.

Art. 238. A aplicação dos preceitos deste capítulo não poderá, em caso algum, ser causa determinante da redução do salário.

Art. 239. Os presidentes das Comissões de Salário Mínimo poderão requisitar ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do seu Ministério, os funcionários de que necessitarem.

Art. 240. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessárias à fiscalização do salário mínimo, podendo cometer essa fiscalização a qualquer dos órgãos componentes do respectivo Ministério e, bem assim, aos fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Poderá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em instruções especiais, indicar, além do diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, outra autoridade de que deva apreciar os processos de infração e aplicar as penalidades que couberem, com recurso, no prazo de 15 dias, para o ministro, desde que haja depósito prévio do valor da multa.

§ 2.º A cobrança das multas far-se-á, nos termos do título "Do processo de multas administrativas".

Art. 241. Cabe ao Serviço de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seja pela organização ou sistematização geral dos elementos estatísticos, seja pela adoção de providências de ordem técnica ou administrativa, velar pela observância dos dispositivos concernentes ao salário mínimo.

CAPÍTULO V

DAS FÉRIAS

SECÇÃO I

Do direito a férias

Art. 242. Todo o empregado terá, anualmente, direito ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração.

Parágrafo único. As disposições deste capítulo aplicam-se aos trabalhadores rurais.

Art. 243. O direito a férias é adquirido após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho.

Art. 244. As férias serão sempre gozadas no decurso dos doze meses seguintes à data em que às mesmas tiver o empregado feito jus, sendo vedada a acumulação de períodos de férias

SECÇÃO II

Da duração das férias

Art. 245. Após cada período de doze meses a que alude o artigo 243, os empregados terão direito a férias, na seguinte proporção:

a) quinze dias uteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses;

b) onze dias uteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de 200 dias;

c) sete dias uteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de 200 e mais de 150 dias.

Parágrafo único. É vedado descontar, no período de férias, as faltas ao serviço do empregado.

Art. 246. Não tem direito a férias, o empregado que, durante o período de sua aquisição:

a) retirar-se do trabalho e não for readmitido dentro dos 60 dias subsequentes à sua saída;

b) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias;

c) deixar de trabalhar, com percepção do salário por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa;

d) receber auxílio-enfermidade por período superior a seis meses.

Parágrafo único. A interrupção da prestação de serviços, para que possa produzir efeito legal, deverá ser registada na Carteira Profissional do empregado.

Art. 247. Não serão descontados do período aquisitivo do direito a férias:

a) a ausência do empregado por motivo de acidente do trabalho;

b) a ausência do empregado por motivo de doença atestada por instituição de previdência social, ou durante a qual tenha percebido auxílio-enfermidade por prazo inferior a 6 meses;

c) a ausência do empregado devidamente justificada, a critério da administração da empresa;

d) os dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho, excetuada a hipótese da alínea c do art. 246.

Art. 248. No caso de serviço militar obrigatório, será computado o tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado ao referido serviço, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de noventa dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

SECÇÃO III

Da concessão e da época de férias

Art. 249. As férias serão concedidas em um só período.

§ 1.º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a sete dias.

§ 2.º Aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Art. 250. A concessão das férias será participada, por escrito, com a antecedência, no mínimo, de oito dias. Dessa participação o interessado dará recibo.

Art. 251. A concessão das férias será registada na carteira profissional e no livro de matrícula de empregados do estabelecimento.

Parágrafo único. Os empregados não poderão entrar no gozo de férias sem que apresentem, previamente, aos respectivos empregadores, as suas carteiras profissionais, para o competente registro.

Art. 252. A época da concessão das férias será a que melhor convier aos interesses do empregador.

Parágrafo único. Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

SECÇÃO IV

Da remuneração

Art. 253. O empregado, em gozo de férias, terá direito à remuneração que percebia quando em serviço.

§ 1.º Quando o salário for pago por diárias, hora, tarefa, viagem, comissão, percentagem ou gratificação, tomar-se-á por base a média percebida no período correspondente às férias a que tem direito.

§ 2.º Quando parte da remuneração for paga em utilidades, incluídas entre estas as gorjetas, será computada de acordo com a anotação da respectiva Carteira Profissional.

Art. 254. O pagamento da importância de que trata o artigo anterior será feito até a véspera do dia em que o empregado deverá entrar em gozo das férias.

Parágrafo único. O empregado, ao receber a aludida quantia, fará quitação ao empregador da importância recebida, com indicação do início e do termo das férias.

SECÇÃO V

Disposições gerais

Art. 255. Em caso de rescisão ou terminação do contrato de trabalho serão pagos ao empregado os salários correspondentes ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único. Ao empregador é lícita a retenção do pagamento de férias, na falta de aviso prévio por parte do empregado e até a importância a este equivalente.

Art. 256. O direito de reclamar a concessão das férias prescreve em dois anos, contados da data em que findar a época em que deviam ser gozadas.

Parágrafo único. O empregador que deixar de conceder férias ao empregado que às mesmas tiver feito jus ficará obrigado a pagá-lhe uma importância correspondente ao dobro das férias não concedidas, salvo se a recusa fundamentar-se em qualquer dispositivo do presente capítulo.

Art. 257. No caso de falência, concordada ou concurso de credores, constituirá crédito privilegiado a importância relativa às férias a que tiver direito o empregado.

Art. 258. O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo, não se interrompendo o regime de contribuição para as instituições de previdência social.

Art. 259. Por infração de qualquer dispositivo deste capítulo será imposta aos infratores a multa de cem a cinco mil cruzeiros, a juízo da autoridade competente.

§ 1.º Incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e às Delegacias Regionais, nos Estados, a fiscalização do cumprimento das disposições contidas neste capítulo, aplicando aos infratores as penalidades acima previstas, de acordo com o disposto no título "Do Processo de Multas Administrativas".

§ 2.º Aos fiscais das instituições de previdência social incumbem, igualmente, a fiscalização, na forma das instruções para esse fim baixadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 260. Compete à Justiça do Trabalho dirimir os dissídios entre empregados e empregadores que versarem sobre férias.

Parágrafo único. Sempre que o pedido de pagamento de férias for contestado pelo empregador, será este condenado a pagá-las em dobro, se aquele for julgado procedente.

SECÇÃO VI

Disposições especiais

Art. 261. O tripulante que, por determinação do armador, for transferido para o serviço de outro, terá computado, para o efeito de gozo de férias, o tempo de serviço prestado ao primeiro, ficando obrigado a concedê-las, o armador em cujo serviço ele se encontra na época de gozá-las.

Art. 262. As férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripulantes ali residentes.

§ 1.º Será considerada grande estadia a permanência no porto por prazo excedente de seis dias.

§ 2.º Os embarcadouros, para gozarem férias nas condições deste artigo, deverão pedi-las, por escrito, ao armador, antes do início da viagem, no porto de registro ou armação, apresentando, nesse ato, a carteira de identidade expedida pelo respectivo sindicato profissional.

Art. 263. Em caso de necessidade, determinada pelo interesse público, e comprovada pela autoridade competente, poderá o armador ordenar a suspensão das férias já iniciadas ou a iniciar-se, ressalvado ao tripulante o direito ao respectivo gozo posteriormente.

Art. 264. Enquanto não se criar um tipo especial de caderneta profissional para os marítimos, as férias serão anotadas pela Capitania do Porto na caderneta-matrícula do tripulante, na página das observações.

Art. 265. A remuneração do tripulante, no gozo de férias, será acrescida da importância correspondente à etapa que estiver vencendo.

Art. 266. O tripulante, ao terminar as férias, apresentar-se-á ao armador, que deverá designá-lo para qualquer de suas embarcações ou o adir a algum dos seus serviços terrestres, respeitadas a condição pessoal e a remuneração.

CAPÍTULO VI

DA NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

SECÇÃO I

Da proporcionalidade de empregados brasileiros

Art. 267. As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigados a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente capítulo.

§ 1.º. Sob a denominação geral de atividades industriais e comerciais compreende-se, além de outras que venham a ser determinadas em portaria do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as exercidas:

- nos estabelecimentos industriais em geral;
- nos serviços de comunicações, de transportes terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aéreos;
- nas garages, oficinas de reparos e postos de abastecimento de automóveis e nas cocheiras;
- na indústria da pesca;
- nos estabelecimentos comerciais em geral;
- nos escritórios comerciais em geral;

g) nos estabelecimentos bancários, ou de economia coletiva, nas empresas de seguros e nas de capitalização;

h) nos estabelecimentos jornalísticos, de publicidade, e de radio-difusão;

i) nos estabelecimentos de ensino remunerado, excluído os que nele trabalhem por força de voto religioso;

j) nas drogarias e farmácias;

k) nos salões de barbeiro, ou cabeleireiro e de beleza;

l) nos estabelecimentos de diversões públicas, excluídos os elencos teatrais, e nos clubes esportivos que cobrem ingresso para suas exhibições;

m) nos hotéis, restaurantes, bars, e estabelecimentos congêneres;

n) nos estabelecimentos hospitalares e fisioterápicos cujos serviços sejam remunerados, excluídos os que nele trabalhem por força de voto religioso;

o) nas empresas de mineração.

§ 2.º. Não se acham sujeitos às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou transformação de produtos da região, e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

Art. 268. Consideram-se empregados, para os fins deste capítulo, todos os que prestem a outrem serviços remunerados, com o caráter de subordinação, qualquer que seja a forma da atividade, ou de remuneração, salvo os administradores e os que executem serviços de natureza puramente eventual ou transitória.

Art. 269. Equiparam-se aos brasileiros para os fins deste capítulo e ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no país há mais de dez anos, sejam casados com brasileiro ou tenham filho brasileiro.

Art. 270. A proporcionalidade será de dois terços de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apuradas pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar.

§ 1.º. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, como as execuções desta lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

§ 2.º. Os cargos de chefia serão exercidos por brasileiros, salvo quando o contrário for autorizado pela autoridade regional competente, em face de motivo justificado.

Art. 271. Consideram-se como estabelecimentos autônomos, para os efeitos da proporcionalidade a ser observada, as sucursais, filiais e agências em que trabalhem três ou mais empregados.

Art. 272. Sempre que uma empresa ou indivíduo explore atividades sujeitas a proporcionalidades diferentes, observar-se-á, em relação a cada uma delas, a que lhe corresponder.

Art. 273. Não se compreendem na proporcionalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, haja falta de trabalhadores nacionais.

Art. 274. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes:

a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de cinco anos de serviço, e o estrangeiro mais de cinco anos;

b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade;

c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro;

d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa.

Parágrafo único. Nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.

SECÇÃO II

Das relações anuais de empregados

Art. 275. Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada.

Parágrafo único. A empresa é obrigada a assentar no registro de empregados os dados referentes à nacionalidade de qualquer empregado estrangeiro e o número da respectiva carteira de identidade.

Art. 276. Toda empresa compreendida na enumeração do art. 267 § 1.º, deste capítulo, qualquer que seja o número de seus empregados deve apresentar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 2 de maio a 30 de julho, uma relação, em três vias, de todos os seus empregados, segundo o modelo que for expedido.

§ 1.º. As relações terão, na 1.ª via, o selo de três cruzeiros pela folha inicial e dois cruzeiros por folha excedente, além do selo do Fundo de Educação, e nelas será assinalada, em tinta vermelha, a modificação havida com a referência à última relação apresentada. Se se tratar de nova empresa, a relação encimada pelos dizeres — Primeira

Relação — deverá ser feita dentro de 30 dias de seu registo no Departamento Nacional da Indústria e Comércio ou repartições competentes.

§ 2.º. A entrega das relações far-se-á diretamente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou, onde não as houver, às Coletorias Federais, que as remeterão, desde logo àquelas repartições. A entrega operar-se-á contra recibo especial, cuja exibição é obrigatória, em caso de fiscalização, enquanto não for devolvida ao empregador a via autenticada da declaração.

§ 3.º. Quando não houver empregado far-se-á declaração negativa. Art. 277. Apurando-se, das relações apresentadas, qualquer infração, será concedido ao infrator o prazo de dez dias para defesa, seguindo-se o despacho pela autoridade competente.

Art. 278. As repartições a que competir a fiscalização do presente capítulo manterão fichário especial de empresas, do qual constem as anotações referentes ao cumprimento do mesmo capítulo, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tornarem necessárias, no prazo de trinta dias, contados da data do pedido.

§ 1.º. As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referirem, e estarão sujeitas à taxa fixa de vinte e cinco cruzeiros. Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou dos municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinadas, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no país.

§ 2.º. A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada.

SECÇÃO III

Das penalidades

Art. 279. O processo das infrações do presente capítulo obedecerá ao disposto no título "Do processo de multas administrativas", no que lhe for aplicável, com observância dos modelos de auto a serem expedidos.

Art. 280. As infrações do presente capítulo serão punidas com a multa de cem a dez mil cruzeiros.

Parágrafo único. Em se tratando de empresa concessionária de serviço público, ou de sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país, se a infratora, depois de multada, não atender afinal ao cumprimento do texto infringido, poderá ser-lhe cassada a concessão ou autorização.

SECÇÃO IV

Disposições gerais

Art. 281. O presente capítulo não derroga as restrições vigentes quanto às exigências de nacionalidade brasileira para o exercício de determinadas profissões nem as que vigoram para as faixas de fronteiras, na conformidade da respectiva legislação.

Art. 282. Enquanto não for expedida a carteira a que se refere o art. 275 deste capítulo, valerá, a título precário, como documento hábil, uma certidão, passada pelo serviço competente do Registo de Estrangeiros, provando que o empregado requereu sua permanência no país.

Art. 283. A redução a que se refere o art. 270, enquanto o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho não dispuser dos dados estatísticos necessários à fixação da proporcionalidade conveniente para cada atividade, poderá ser feita por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante representação fundamentada da associação sindical.

Parágrafo único. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, deverá promover, e manter em dia, estudos necessários aos fins do presente capítulo.

SECÇÃO V

Das disposições especiais sobre a nacionalização da Marinha Mercante

Art. 284. O comando de navio mercante nacional só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Art. 285. A tripulação de navio ou embarcação nacional será constituída integralmente de brasileiros, dos quais 2 (dois) terços, no mínimo, em cada categoria, classe ou especialidade, serão de brasileiros natos, podendo o outro terço ser preenchido por brasileiros naturalizados.

Art. 286. Só brasileiros natos serão admitidos a matrícula nas Capitania dos Portos para empregarem sua atividade profissional nos navios ou embarcações mercantes.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não compreende os serviços relativos à pesca.

Art. 287. As empresas de navegação organizarão as relações dos tripulantes das respectivas embarcações, enviando-as no prazo a que se refere a Secção II deste capítulo à Delegacia do Trabalho Marítimo onde as mesmas tiverem sede.

Parágrafo único. As relações a que alude o presente artigo, obedecerão, na discriminação hierárquica e funcional do pessoal embarcado, ao quadro aprovado pelo regulamento das Capitania dos Portos.

Art. 288. A presente secção é também aplicável aos serviços de navegação fluvial e lacustre à praticagem nas barras, portos, rios, lagos e canais.

CAPÍTULO VII

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

SECÇÃO I

Introdução

Art. 289. Em todos os locais de trabalho deverá ser respeitado o que neste capítulo se dispõe em relação à higiene e à segurança do trabalho.

Art. 290. A observância do disposto neste capítulo não desobriga os empregadores do cumprimento de outras disposições que, com relação à higiene ou à segurança e levando em conta as circunstâncias regionais, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou municípios em que existam os estabelecimentos ou empresas.

Art. 291. Cabe ao Departamento Nacional do Trabalho, e às Delegacias Regionais do Trabalho e, mediante autorização expressa do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, supletivamente às autoridades sanitárias federais, estaduais ou municipais a fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste capítulo, competindo-lhes, nos limites das respectivas jurisdições:

a) estabelecer as normas detalhadas e aplicáveis a cada caso particular em que se desenvolvem os princípios estabelecidos neste capítulo;

b) determinar as obras e reparações que em qualquer local de trabalho se tornem exigíveis em virtude das disposições deste capítulo, aprovando-lhes os projetos e especificações, fixando-lhes os prazos de execução, fiscalizando-lhes a realização;

c) fornecer os certificados que se tornem necessários, referentes ao cumprimento das obrigações impostas neste capítulo;

d) tomar, em geral, todas as medidas que à fiscalização torne indispensáveis.

Art. 292. Das decisões do Departamento Nacional do Trabalho e das Delegacias Regionais do Trabalho cabe sempre recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma do disposto na legislação em vigor.

SECÇÃO II

Higiene do trabalho

Art. 293. Todos os locais de trabalho, deverão ter iluminação suficiente para que o trabalho possa ser executado sem perigo de acidente para o trabalhador e sem que haja prejuízo para o seu organismo.

Art. 294. Os níveis de iluminação serão fixados de acordo com o gênero de trabalho executado e levando em conta a luminosidade exterior habitual na região.

Art. 295. De uma maneira geral, serão fixados os seguintes iluminamentos mínimos:

I — Para trabalhos delicados (tais como gravura, tipografia fina, desenho, relojoaria, lapidação de pedras preciosas, revisão de imprensa e revestimento de tecidos) 150 a 400 luxes.

II — Para trabalhos que exigem menos riqueza de detalhes (tais como trabalhos mecânicos comuns)..... 50 a 150 luxes;

III — Para trabalhos rústicos (tais como matadouros, embalagens simples) 20 a 50 luxes.

Parágrafo único. Esses mínimos se referem quer à iluminação natural, quer à artificial.

Art. 296. A iluminação deve ser distribuída de modo uniforme, difuso e geral, de maneira a evitar ofuscamentos (provenientes de superfícies ou unidades iluminantes que fiquem na linha de visão do trabalhador), reflexos fortes (sobretudo originados em superfícies metálicas, sendo esses reflexos mais a evitar caso venham de baixo para cima), sombras e contrastes excessivos.

Art. 297. A iluminação deverá, tanto quanto possível, vir de direção tal que os movimentos realizados pelo trabalhador não provoquem sombras sobre os locais que devam ficar iluminados.

Art. 298. As janelas, clarabóias ou coberturas iluminantes (horizontais ou em dente de serra) deverão ser dispostos em situação tal que não permitam venha o sol a bater sobre os locais de trabalho, possuindo, quando for necessário, dispositivos de proteção (toldos, venezianas, cortinas, etc.), que impeçam a entrada do sol.

Parágrafo único. No caso da existência dos dispositivos de proteção a que este artigo se refere, não deverá a diminuição da iluminação ser tal que faça o iluminamento cair abaixo dos mínimos prescritos no art. 295.

Art. 299. A iluminação artificial, que será, sempre que possível, elétrica, terá a fixidez e a estabilidade indispensáveis à higiene e ao conforto do órgão visual.

Art. 300. Os locais de trabalho deverão ser orientados, tanto quanto possível, de modo a evitar insolamentos excessivos nos meses quentes e a falta absoluta de insolamento nos meses frios do ano.

Parágrafo único. Embora a orientação preferível para atender ao disposto neste artigo deva ser fixada para cada caso conforme a situação geográfica e topográfica e a existência de objetos externos que deem sombra, pode se determinar de um modo geral que nos locais de latitude sul inferior a 25º serão de preferir as orientações sudeste e nos locais da latitude superior a 25º serão indicadas as orientações em torno do nordeste.

Art. 301. Por meio de uma orientação conveniente, de paredes de menor transmissibilidade térmica, da proteção das paredes externas e das janelas seja por meio da vegetação seja por outros pro-

cessos, e pela disposição adequada das aberturas ventilantes, deverá ser garantido nos locais de trabalho um grau de conforto térmico compatível com o género de trabalho realizado.

Parágrafo único. O índice de conforto térmico exigível variará conforme a região do país e a época do ano devendo em geral ser inferior a 28° C no verão e superior a 19° C no inverno, sem teores excessivamente grandes ou excessivamente pequenos de unidade.

Art. 302. A ventilação artificial, realizada, por meio de ventiladores, exaustores, insufladores e outros recursos, será obrigatória sempre que a ventilação natural não preencher as condições exigidas no artigo anterior.

Art. 303. Se as condições do ambiente se tornarem desfavoráveis por efeito de instalações geradoras de calor, será prescrito o uso de capelas, anteparos, paredes duplas e isolamento térmico e recursos similares.

Parágrafo único. As instalações geradoras de calor, quando possível, serão instaladas em compartimentos especiais, ficando sempre isoladas 50 centímetros pelo menos, das paredes próximas.

Art. 304. Deverá ser evitada, tanto quanto possível, na atmosfera dos locais de trabalho, a existência de suspensões tóxicas, alergênicas, irritantes ou incômodos para o trabalhador.

Art. 305. Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de cem operários será obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições fora daquele local.

§ 1.º O refeitório a que se refere o presente artigo obedecerá às normas expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Nos estabelecimentos nos quais não seja o refeitório exigido, deverão ser assegurados aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião de suas refeições.

Art. 306. Em todos os locais de trabalho situados em regiões onde haja abastecimento de água deverão ser fornecidas aos trabalhadores facilidades para a obtenção de água para beber, potável e higiênica, sempre que possível por meio de bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, e proibidos em qualquer caso os copos coletivos ou as torneiras sem proteção.

Art. 307. Em todos os estabelecimentos haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais de um só compartimento no caso de não ser indústria insalubre quando então serão exigidos armários de compartimentos duplos.

Art. 308. Em todos os estabelecimentos situados em regiões onde haja abastecimento de água, haverá lavatórios na proporção de 1 para cada 20 trabalhadores e situados em local adequado de modo a facilitar a lavagem das mãos antes das refeições, à saída das privadas e no fim do trabalho.

Art. 309. Em todos os estabelecimentos situados em região onde haja serviço de esgotos, deverá haver privadas ligadas à rede na proporção de uma para cada vinte trabalhadores, com separação de sexos, situadas em cômodos de fácil limpeza e mantidas em estado permanente de asseio e higiene, proibido o lançamento de papéis servidos em recipientes abertos.

Art. 310. Nas regiões onde não haja serviço de esgotos, deverão os responsáveis pelos estabelecimentos ou empresas, assegurar aos trabalhadores, na medida do possível, um serviço higiênico de privadas, seja por meio de fossas adequadas, seja por outro processo que garanta a saúde pública e conforto dos trabalhadores.

Art. 311. As águas residuais de qualquer espécie que possam prejudicar a saúde pública deverão dar, os responsáveis pelos estabelecimentos, um destino e um tratamento que as tornem inócuas à coletividade.

Art. 312. Os locais de trabalho serão mantidos em estado de limpeza compatível com o género de trabalho realizado, sendo o serviço de limpeza realizado, sempre que possível, fora dos horários de trabalho e por processo que reduza ao mínimo o levantamento de poeiras.

Art. 313. As paredes dos locais de trabalho serão caiadas ou pintadas com pintura lavável e mantidos em estado de limpeza suficiente e sem umidade aparente.

Art. 314. Os pisos terão assegurada a impermeabilização contra a umidade do solo e as medidas necessárias para garantir a proteção contra os ratos.

Art. 315. As coberturas dos locais de trabalho deverão assegurar impermeabilização contra as chuvas e proteção suficiente contra o isolamento excessivo.

Art. 316. Para evitar a fadiga será obrigatória a disposição de assentos ajustáveis à altura do indivíduo e à função exercida.

Art. 317. Aos trabalhadores é vedado remover material de peso superior a sessenta quilogramas para o trabalho contínuo, e setenta e cinco quilogramas para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos.

Art. 318. Em certas indústrias que trabalham com substâncias tóxicas (tais como o chumbo), poderá ser exigida a instalação de chuveiros em número suficiente para que os trabalhadores que estejam em contacto com os tóxicos, possam tomar banhos antes das refeições e à hora da saída.

Art. 319. Nos estabelecimentos onde haja fontes de calor excessivo (fornos, caldeiras, etc.) deverão ser previstos dispositivos especiais que protejam os trabalhadores, na medida do possível, contra os efeitos prejudiciais do calor.

Art. 320. Nos trabalhos realizados a céu aberto serão exigidas precauções especiais que garantam os que os executam contra a insolação, o calor, o frio, a umidade ou os ventos.

§ 1.º Quando se realizarem os trabalhos a que se refere o presente artigo em locais distantes de abrigo será obrigatório o provimento de água potável, assim como favorecido o preparo aquecido da alimentação e proporcionados os cuidados de higiene corporal.

§ 2.º Para os que tiverem de permanecer nos locais de trabalho a que alude o presente artigo serão exigidos alojamentos em que se observem condições de higiene a juízo da autoridade competente.

§ 3.º Para os trabalhos em regiões pantanosas ou alagadiças são imperativas as medidas de profilaxia contra endemias.

Art. 321. Nas indústrias que produzam vapores cuja aspiração possa prejudicar a saúde dos trabalhadores, deverão ser tomadas medidas que impeçam essa aspiração, seja por meio de processos que desviem os vapores, seja por meio de dispositivos que defendam contra eles as vias respiratórias dos trabalhadores.

Art. 322. Nas indústrias em que haja aparelhos que devam ser soprados só serão permitidos dispositivos levados à boca no caso de serem estritamente individuais, sendo, porém, sempre que possível, substituídos progressivamente por outros nos quais a insuflação seja obtida por processos mecânicos.

Art. 323. São consideradas indústrias insalubres, enquanto não se verificar haverem delas sido inteiramente eliminadas as causas de insalubridade, as que, capazes, por sua própria natureza, ou pelo método de trabalho, de produzir doenças, infecções ou intoxicações, constam dos quadros aprovados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º A insalubridade, segundo o caso, poderá ser eliminada: — pelo tempo limitado de exposição ao tóxico (gases, poeiras, vapores, fumaças nocivas e análogos); pela utilização de processos, métodos ou disposições especiais que neutralizem ou renovem as condições de insalubridade, ou ainda pela adoção de medidas, gerais ou individuais, capazes de defender e proteger a saúde do trabalhador.

§ 2.º A qualificação de insalubre aplica-se somente às secções e locais atingidos pelos trabalhos e operações enumerados nos quadros a que se refere o presente artigo.

Art. 324. Nas indústrias insalubres serão fornecidos pelo empregador, além dos meios gerais, os equipamentos individuais de proteção à incolumidade do trabalhador, tais como: óculos, luvas, máscaras, aventais, calçados, capuzes, agasalhos apropriados, etc.

Art. 325. Será obrigatório o exame médico à admissão dos operários nas indústrias insalubres, renovado, periodicamente, pelo menos uma vez por ano.

Art. 326. É obrigatória a notificação das doenças profissionais produzidas pelo trabalho ou em consequência do trabalho nas indústrias insalubres.

Art. 327. Incumbe a notificação:

a) ao médico assistente ou em conferência, mesmo à simples suspeição;

b) a todo aquele que tiver a seu cargo estabelecimento industrial ou comercial em que o caso se registre.

Parágrafo único. As pessoas acima declaradas, logo que se verificar a suspeição ou confirmação pelo diagnóstico, deverão notificar o caso ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e, nos Estados, às Delegacias Regionais ou às repartições autorizadas em virtude de lei indicando nome, residência, local de ocupação e diagnóstico provável ou confirmado.

Art. 328. As notificações recebidas pelas autoridades referidas no artigo anterior serão inscritas em livro especial, e, além das providências cabíveis no caso, serão comunicadas ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e às repartições sanitárias competentes.

SECÇÃO III

Segurança do trabalho

Art. 329. As partes moveis de quaisquer máquinas ou os seus acessórios (inclusive correias e eixos de transmissão), quando ao alcance dos trabalhadores, deverão ser protegidas por dispositivos de segurança que os garantam suficientemente contra qualquer acidente.

Art. 330. Haverá nas máquinas dispositivos de partida que lhe permitam o início de movimentos sem perigo para os trabalhadores.

Art. 331. A limpeza, ajuste e reparações das máquinas só poderão ser feitas quanto as mesmas não estiverem em movimento.

Art. 332. As instalações elétricas (motores, transformadores, cabos, condutores, etc.) deverão ser isoladas e protegidas de modo a evitar qualquer acidente.

Art. 333. Quando as instalações elétricas forem de alta tensão, serão tomadas medidas especiais, com o isolamento, quando necessário, dos locais e a fixação de indicações bem visíveis e claras chamando a atenção dos trabalhadores para o perigo a que se achem expostos.

Art. 334. Todos os estabelecimentos e locais de trabalho deverão estar eficazmente protegidos contra o perigo de incêndio, dispendo não só de meios que permitam combatê-los quando se produzam (extintores ou mangueiras, depósitos de areia ou outros dispositivos adequados ao género especial de incêndio mais a temer) como possuindo facilidade para a saída rápida dos trabalhadores em caso de sinistro.

Parágrafo único. Poderão ser exigidas escadas especiais e incombustíveis em estabelecimento de mais de um andar no qual seja maior o perigo de incêndio.

Art. 335. Quaisquer corredores, passagens ou escadas deverão ter iluminação suficiente (nunca inferior a 10 lúmens), para assegurar o tráfego fácil e seguro dos trabalhadores.

Art. 336. Entre as máquinas de qualquer local de trabalho deverá haver uma passagem livre de pelo menos 80 centímetros, devendo essa passagem ser de 1,30 m (um metro e trinta centímetros) quando for entre partes moveis de máquinas.

Art. 337. As escadas que tenham de ser utilizadas pelos trabalhadores deverão ser, sempre que possível, em lances retos e os seus degraus suficientemente largos e baixos para facilitar a sua utilização cômoda e segura.

Art. 338. Todos os locais de trabalho deverão ter aberturas de saída em quantidade suficiente para permitir o escoamento fácil do pessoal em caso de necessidade.

Art. 339. Quaisquer aberturas no piso, sejam permanentes, sejam provisórias, deverão ser protegidas e assinaladas, de modo a evitar quedas e outras acidentes.

Art. 340. As clarabóias de vidro deverão ser protegidas por tela metálica ou outro dispositivo, sempre que a sua posição o exigir para a prevenção de acidente, a juízo de autoridade competente.

Art. 341. Nos estabelecimentos onde haja caldeiras deverão estar estas em local separado.

Art. 342. As caldeiras, nos locais onde exista fiscalização, deverão ser examinadas por ocasião da instalação e depois disso periodicamente para que se verifiquem as suas condições de segurança e estabilidade.

Art. 343. Nos estabelecimentos onde haja chaminés deverão ser essas aprovadas quanto à sua segurança e estabilidade, sempre que haja autoridade técnica que o possa fazer.

Art. 344. Nos estabelecimentos onde haja depósitos de combustíveis líquidos, deverão estar os depósitos em situação onde não possam causar acidentes, sendo contra esses protegidos por dispositivos especiais e estando assinalados de modo a que os trabalhadores que deles se aproximem o façam com as necessárias precauções (evitando fumar, etc.).

Art. 345. Nos estabelecimentos em que haja motores a gás ou ar comprimido deverão ser estes examinados periodicamente, analogamente ao que, em relação às caldeiras, se dispõe no art. 340.

Art. 346. Nos locais onde haja materiais inflamáveis ou explosivos, as lâmpadas de iluminação deverão ser elétricas, sempre que existir energia desse tipo no local; no caso contrário serão tomadas medidas especiais e rigorosas para evitar qualquer perigo de combustão ou de explosão.

Art. 347. Os locais onde se guardam explosivos ou inflamáveis deverão estar protegidos por meio de para-raios, em número suficiente e de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

Art. 348. Nos locais onde se guardem explosivos ou inflamáveis, o estoque desses não poderá exceder o máximo fixado pela autoridade competente de acordo com as necessidades da indústria e as possibilidades de reabastecimento.

Art. 349. Nos locais onde se guardem inflamáveis ou explosivos, ou com eles se trabalhe, serão tomadas precauções especiais contra a possibilidade de incêndios.

Art. 350. Nos locais a que se refere o artigo anterior só poderá entrar o pessoal que neles deva trabalhar, sendo neles estritamente proibido fumar ou trazer qualquer lâmpada ou dispositivo com chama desprotegida.

Art. 351. Os ascensores e elevadores de carga deverão ter suficiente garantia de solidez e segurança (a juízo da fiscalização); e levarão aviso bem visível de carga máxima que podem transportar.

Art. 352. Os andaimes nas construções deverão oferecer garantia de resistência; não poderão ser carregados com peso excessivo e os operários que neles trabalhem deverão ser munidos de cinturão de segurança, sempre que as circunstâncias especiais o exigirem, a juízo da fiscalização.

Art. 353. Os guindastes, os transportadores e as pontes rolantes deverão ser calculadas de modo a oferecer as necessárias garantias de resistência e de segurança, quer em relação às suas condições próprias, quer em relação aos suportes em que se apoiem, quando for o caso.

Art. 354. Nas obras em subsolo, bem como nas excavações e na perfuração de tuncis, serão exigidas precauções especiais contra a possibilidade de desmoronamentos ou soterramentos.

Art. 355. Nas obras a que se refere o artigo anterior deverão ser tomadas medidas especiais que garantam a iluminação e a ventilação dos locais de trabalho, e que tornem possível a retirada rápida dos trabalhadores em caso de perigo.

Art. 356. Nos trabalhos em câmaras pneumáticas será obrigatório submeter o trabalhador a uma adaptação para o fim de ser evitada a transição brusca e perigosa entre ambientes diferentemente comprimidos.

Art. 357. Em todos os locais de trabalho deverão providenciar os responsáveis para que exista o material médico necessário aos primeiros socorros de urgência em caso de acidente.

Art. 358. Os responsáveis pelos estabelecimentos ou empresas industriais ou comerciais deverão fornecer todas as facilidades para a propagação contra o perigo de acidentes e para a educação sanitária entre o pessoal que neles trabalhe, colaborando na medida do possível com as autoridades no sentido de facilitar nesse campo a sua tarefa.

Art. 359. As autoridades competentes fixarão os prazos dentro dos quais os estabelecimentos e empresas industriais e comerciais existentes deverão fazer a modificação dos respectivos locais de trabalho no sentido de adaptá-los às exigências que nesta lei lhes são impostas.

Art. 360. Nas indústrias insalubres, poderão ser exigidas pela autoridade competente, além das medidas incluídas neste capítulo, mais outras que levem em conta o caráter próprio de insalubridade da indústria.

SECÇÃO IV

Das penalidades

Art. 361. As infrações do disposto no presente capítulo serão punidas com multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, aplicadas na forma da lei.

CAPÍTULO VIII

DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

SECÇÃO I

Da duração e condições de trabalho

Art. 362. Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não coidirem com a proteção especial instituída por este capítulo.

Parágrafo único. Não são regidos pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Art. 363. A duração normal de trabalho da mulher, será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixado duração inferior.

Art. 364. A duração normal do trabalho diurno da mulher poderá ser no máximo elevada de mais duas horas, mediante contrato coletivo ou acordo firmado entre empregados e empregadores, observando o limite de quarenta e oito horas semanais.

Parágrafo único. O acordo ou contrato coletivo de trabalho deverá ser homologado pela autoridade competente e do mesmo constará, obrigatoriamente, a importância do salário da hora suplementar, que será igual à da hora normal, acrescida de uma porcentagem adicional de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo.

Art. 365. Mulher nenhuma poderá ter o seu horário de trabalho prorrogado, sem que esteja para isso autorizada por atestado médico oficial, constante de sua carteira profissional.

Parágrafo único. Nas localidades em que não houver serviço médico oficial, valerá para os efeitos legais o atestado firmado por médicos particulares em documento em separado.

Art. 366. Somente em casos excepcionais, por motivo de força maior, poderá a duração do trabalho diurno elevar-se além do limite legal ou convencionado, até o máximo de dez horas e o salário-hora será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

Parágrafo único. A prorrogação extraordinária de que trata este artigo deverá ser comunicada por escrito à autoridade competente, dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Art. 367. A adoção de medidas de proteção do trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.

Art. 368. Na carteira profissional da mulher, serão feitas, em folhas especiais, as anotações e atestados médicos previstos neste capítulo, de acordo com os modelos que forem expedidos.

SECÇÃO II

Do trabalho noturno

Art. 369. É vedado à mulher o trabalho noturno, considerado este como o que for executado entre as vinte e duas (22) e as cinco (5) horas do dia seguinte.

Parágrafo único. Estão excluídas da proibição deste artigo, além das que trabalham nas atividades enumeradas no parágrafo único do art. 362:

a) as mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em empresas de telefonia, rádio-telefonia ou radiotelegrafia;

b) as mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em serviços de enfermagem;

c) as mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bars, e estabelecimentos congêneres;

d) as mulheres que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção.

Art. 370. Para o trabalho a que se refere a alínea c do artigo anterior, torna-se obrigatória, além da fixação dos salários por parte dos empregadores, a apresentação à autoridade competente, dos documentos seguintes:

a) atestado de bons antecedentes, fornecido pela autoridade competente;

b) atestado médico de capacidade física e mental, passado pela autoridade competente.

Art. 371. O trabalho noturno das mulheres terá remuneração superior ao diurno.

§ 1.º Para os fins deste artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de vinte por cento (20%) no mínimo.

§ 2.º Cada hora do período noturno de trabalho das mulheres terá cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

SECÇÃO III

Dos períodos de descanso

Art. 372. Entre duas jornadas de trabalho, haverá um intervalo de onze horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.

Art. 373. Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um período para refeição e repouso, não inferior a uma hora nem superior a duas horas, salvo a hipótese prevista no art. 65, § 3.º.

Art. 374. Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de quinze (15) minutos no mínimo, antes de início do período extraordinário do trabalho.

Art. 375. O descanso semanal será de vinte e quatro (24) horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, a juízo da autoridade competente, na forma da legislação geral, caso em que recairá em outro dia.

Parágrafo único. Observar-se-ão, igualmente, os preceitos da legislação geral sobre a proibição de trabalho nos feriados civis e religiosos.

Art. 376. Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

SECÇÃO IV

Dos métodos e locais de trabalho

Art. 377. É proibido o trabalho da mulher:

- a) nos subterrâneos, nas minerações em sub-solo, nas pedreiras e obras, de construção pública ou particular.
- b) nas atividades perigosas ou insalubres, especificadas nos quadros para este fim aprovados.

Art. 378. Em virtude de exame e parecer da autoridade competente, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude o artigo anterior, quando tiver desaparecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial mediante a aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medidas de ordem preventiva.

Art. 379. Todo empregador será obrigado:

- a) prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;
- b) a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários e um vestiário, com armários individuais privativos das mulheres, dispor cadeiras ou bancos em número suficiente, que permita às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;
- c) a fornecer gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

Parágrafo único. Quando não houver creches que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação.

Art. 380. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte (20) quilos, para o trabalho contínuo ou vinte e cinco (25) quilos, para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

SECÇÃO V

Da proteção à maternidade

Art. 381. Não constitue justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher, o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 382. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis (6) semanas antes e seis (6) semanas depois do parto.

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, o afastamento da empregada de seu trabalho será determinado pelo atestado médico a que alude o art. 365, que deverá ser visado pelo empregador.

§ 2.º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais duas (2) semanas cada um, mediante atestado médico, dado na forma da parágrafo anterior.

Art. 383. Durante o período a que se refere o artigo anterior, a mulher terá direito aos salários integrais, calculados de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Parágrafo único. A concessão de auxílio-maternidade por parte de instituição de previdência social não isenta o empregador da obrigação a que alude o artigo.

Art. 384. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Art. 385. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso de duas (2) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Art. 386. Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses, de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de seis (6) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 387. As instituições de Previdência Social construirão e manterão creches nas vilas operárias de mais de cem (100) casas e nos centros residenciais, de maior densidade, dos respectivos associados.

Art. 388. As instituições de Previdência Social, de acordo com instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, financiarão os serviços de manutenção das creches construídas pelos empregadores ou pelas instituições particulares idôneas.

Art. 389. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção das creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 390. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias, durante o período de amamentação, deverão possuir, no mínimo, um bercário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

SECÇÃO VI

Das penalidades

Art. 391. Pela infração de qualquer dispositivo deste capítulo, será imposta ao empregador a multa de cem mil cruzeiros, aplicada, nesta Capital, pela autoridade a qual caiba a fiscalização dos serviços das mulheres, a cargo do Departamento Nacional do Trabalho, e, nos Estados e Território do Acre, pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1.º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2.º O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será previsto no título "Do Processo De Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo.

CAPÍTULO IX

DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 392. O trabalho do menor de 18 anos reger-se-á pelas disposições do presente capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor.

Parágrafo único. Nas atividades rurais as referidas disposições serão aplicadas naquilo em que coberem e de acordo com a regulamentação especial que for expedida, com exceção das atividades que, pelo modo ou técnica de execução, tenham caráter industrial ou comercial, às quais são aplicáveis desde logo.

Art. 393. Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição os alunos ou internados nas instituições que ministrem exclusivamente ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar submetidas à fiscalização oficial.

Art. 394. Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 e as 5 horas.

Art. 395. Ao menor de 18 anos não será permitido o trabalho:

a) nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para este fim aprovado;

b) em locais, ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1.º Considerar-se-á prejudicial à moralidade do menor, o trabalho:

a) prestado, de qualquer modo, em teatros de revistas, cinemas, casinos, cabarés, "dancings", cafés-concertos e estabelecimentos análogos;

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, ofender aos bons costumes ou à moralidade pública;

d) relativo aos objetos referidos na alínea anterior que possa ser considerado, pela sua natureza, prejudicial à moralidade do menor;

e) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 2.º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do juiz de menores, ao qual cabe ve-

rificar se a ocupação do menor é indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade do menor.

§ 3.º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos menores que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização de trabalho a que alude o parágrafo anterior.

Art. 396. O juiz de menores poderá autorizar, ao menor de 18 anos, o trabalho a que se refere a alínea *a* do § 1.º do artigo anterior:

a) desde que a representação tenha fim educativo ou a peça, ato ou cena, de que participe, não possa ofender o seu pudor ou a sua moralidade;

b) desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou a de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à moralidade do menor.

Art. 397. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo o respectivo empregador, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.

Art. 398. Aos pais, tutores ou responsáveis é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho do maior de 18 e menor de 21 anos, desde que a continuação da prestação de serviço possa acarretar, para os seus representados, prejuízos de ordem física ou moral.

Art. 399. Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

Art. 400. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá derogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere a alínea *a* do art. 395 quando se certificar haver desaparecido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

SECÇÃO II

Da duração do trabalho

Art. 401. A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste capítulo.

Art. 402. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a onze horas.

Art. 403. É vedado prorrogar a duração normal do trabalho dos menores de 18 anos, salvo, excepcionalmente;

a) quando, por motivo de força maior, que não possa ser impedido ou previsto, o trabalho do menor for imprescindível ao funcionamento normal do estabelecimento;

b) quando, em circunstâncias particulares graves, o interesse público o exigir;

c) quando se tratar de prevenir a perda de matérias primas ou de substâncias perecíveis.

Art. 404. Quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

SECÇÃO III

Da admissão em emprego e da carteira de trabalho do menor

Art. 405. Fica instituída a Carteira de Trabalho do menor para todos os menores de 18 anos, sem distinção de sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos, de fins, econômicos e naqueles que lhes forem equiparados.

Parágrafo único. A carteira obedecerá ao modelo que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio adotar e será emitida, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados, pelas Delegacias Regionais do referido Ministério.

Art. 406. Os menores de 18 anos só poderão ser admitidos, como empregados, nas empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e naqueles que lhes forem equiparados, quando possuídores da carteira a que se refere o artigo anterior, salvo a hipótese do art. 412.

Art. 407. A emissão da carteira será feita a pedido do menor, mediante a exibição dos seguintes documentos:

- certidão de idade, ou documento legal que a substitua;
- autorização do pai, mãe ou responsável legal;
- autorização do juiz de menores, nos casos do art. 396;
- atestado médico de capacidade física e mental;
- atestado de vacinação;
- prova de saber ler, escrever e contar;
- declaração do empregador, da qual conste a função que irá exercer o menor na empresa;
- duas fotografias de frente, com as dimensões de 0,04m x 0,03m.

§ 1.º Os documentos exigidos por este artigo serão isentos de selo e os indicados nas alíneas *a* e *g*, passados gratuitamente.

§ 2.º Salvo a hipótese do art. 412 serão todos arquivados na repartição emissora da carteira e constituirão o prontuário do menor.

Art. 408. Os atestados de capacidade física e mental e de vacinação, referidos no artigo anterior, serão passados pelas autoridades federais, estaduais ou municipais, competentes e, na falta destas, por médico designado pela autoridade fiscal do trabalho.

Parágrafo único. O atestado de capacidade física e mental deverá ser revalidado bianualmente.

Art. 409. A prova de saber ler, escrever e contar a que se refere a alínea *f* do art. 407 será feita mediante certificado de conclusão de curso primário. Na falta deste, a autoridade incumbida de verificar a validade dos documentos submeterá o menor ou mandará submetê-lo, por pessoa idônea, a exame elementar que constará de leitura de quinze linhas, com explicação do sentido, de ditado, nunca excedente de dez linhas, e cálculo sobre as quatro operações fundamentais da aritmética. Verificada a alfabetização do menor, será emitida a carteira.

§ 1.º Se o menor for analfabeto ou não estiver devidamente alfabetizado, a carteira só será emitida, pelo prazo de um ano, mediante a apresentação de um certificado ou atestado de matrícula e frequência em escola primária.

§ 2.º A autoridade fiscalizadora, na hipótese do parágrafo anterior, poderá renovar o prazo nele fixado, cabendo-lhe, em caso de não renovar tal prazo, cassar a carteira expedida.

§ 3.º Dispensar-se-á a prova de saber ler, escrever e contar, se não houver escola primária dentro do raio de dois quilômetros da sede do estabelecimento em que trabalhe o menor e não ocorrer a hipótese prevista no art. 417. Instalada que seja a escola, proceder-se-á como nos parágrafos anteriores.

Art. 410. A carteira permanecerá em poder do empregador, enquanto o menor estiver a seu serviço, e deverá ser exibida à autoridade fiscalizadora, quando esta exigir.

Art. 411. A carteira será emitida mediante o pagamento da taxa de dois cruzeiros em estampilhas federais e de 20 centavos do selo de Educação e Saúde, inutilizados pelo Departamento Nacional do Trabalho.

Parágrafo único. No caso de expedição de nova carteira, por motivo de rasura, emenda ou extravio da primeira, por parte do menor, ser-lhe-á cobrada a taxa de cinco cruzeiros, em estampilhas federais inutilizadas pelo Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 412. Nas localidades em que não houver serviço de emissão de carteiras poderão os empregadores admitir menores como empregados, independentemente de apresentação de carteiras, desde que exibam os documentos referidos nas alíneas *a*, *d*, *e*, e *f* do art. 407. Esses documentos ficarão em poder do empregador e, instalado o serviço de emissão de carteiras, serão entregues à repartição emissora, para os efeitos do parágrafo único, parte final, do referido artigo.

Art. 413. O empregador não poderá fazer outras anotações na carteira de trabalho do menor além das referentes ao salário, data da admissão, férias e saída.

SECÇÃO IV

Das responsabilidades e deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores

Art. 414. É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Art. 415. Os empregadores de menores de 18 anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de higiene e segurança do trabalho.

Art. 416. É dever do empregador, na hipótese do art. 397, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

Art. 417. O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Art. 418. Os empregadores serão abrigados:

a) a enviar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1 de novembro a 31 de dezembro, uma relação, em 2 (duas) vias, de todos os empregados menores, de acordo com o modelo que vier a ser expedido pelo mesmo Ministério;

b) a afixar em lugar visível, e com caracteres facilmente legíveis, o quadro do horário e as disposições deste capítulo.

Parágrafo único. A relação a que se refere a alínea *a* levará, na 1.ª via, o selo federal de um cruzeiro.

SECÇÃO V

Das penalidades

Art. 419. Os infratores do presente capítulo serão punidos com a multa de duzentos cruzeiros, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas, exceder de mil cruzeiros.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas serão elevadas ao dobro, não podendo, no entanto, a soma das multas exceder de quatro mil cruzeiros.

Art. 420. No caso de infração do art. 413, o empregador ficará sujeito à multa de cinquenta cruzeiros ao pagamento de nova carteira.

Art. 421. O médico que se recusar a passar os atestados de que trata o art. 408 incorrerá na multa de cinquenta cruzeiros dobrada na reincidência.

Art. 422. O responsável legal do menor empregado, que infringir dispositivo deste capítulo, ou deixar de cumprir os deveres que nele lhe são impostos, ou concorrer, na hipótese do § 2.º, do art. 409 para que o menor não complete a sua alfabetização, poderá, além da multa, em que incorrer, ser destituído do pátrio poder ou da tutela.

Parágrafo único. Perderá o pátrio poder ou será destituído da tutela, além da multa em que incorrer, o pai, mãe ou tutor, que

concorrer, por ação ou omissão, para que o menor trabalhe nas atividades previstas no § 1.º, do art. 395.

Art. 423. São competentes para impor as penalidades previstas neste capítulo:

a) no Distrito Federal, a autoridade a qual caiba a chefia dos serviços de fiscalização, do trabalho dos menores a cargo do Departamento Nacional do Trabalho;

b) nos Estados e Território do Acre, os delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou os funcionários por eles designados para tal fim.

Parágrafo único. O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do processo de Multas Administrativas" observadas as disposições deste artigo.

SECÇÃO VI

Disposições finais

Art. 424. É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

Art. 425. Contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição.

Art. 426. O quadro a que se refere a alínea a do art. 395 será revisto bianualmente, por proposta do Departamento Nacional do Trabalho ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

TÍTULO III

Do Contrato Individual do Trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 427. Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Art. 428. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácito ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo certo ou indeterminado.

Parágrafo único. Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

Art. 429. As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto esta não contravenha às disposições de interesse em trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Art. 430. O prazo de vigência do contrato, quando estipulado ou se dependente da execução de determinado trabalho ou realização de certo acontecimento, não poderá ser superior a dois anos.

Art. 431. Presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18. Em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou a menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor.

Art. 432. Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados, na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

Art. 433. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa, não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Art. 434. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

§ 1.º. Na falência e na concordata, constituirão crédito privilegiado a totalidade dos salários devidos ao empregado e um terço das indenizações a que tiver direito, e, crédito quirografário os restantes dois terços.

§ 2.º. Havendo concordata na falência, será facultado aos contratantes tornarem sem efeito a rescisão do contrato de trabalho e consequente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado, durante o interregno.

Art. 435. Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço bem como volta ao cargo anterior.

Art. 436. O contrato de trabalho por prazo determinado, que tácita ou expressamente for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

Art. 437. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses a outro contrato, por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

Art. 438. No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave ou ter recebido a indenização legal.

Art. 439. As invenções do empregado são de sua propriedade, salvo se o contrato de trabalho tiver, implícita ou explicitamente, por objeto a pesquisa científica.

Art. 440. Nos contratos de sub-emprego responderá o sub-empregado pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados o direito de reclamação contra o empregador principal pelo inadimplemento daquelas obrigações na hipótese da insolvabilidade do primeiro.

Parágrafo único. Ao empregador principal fica ressalvado, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o sub-empregado e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

Art. 441. A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da carteira profissional ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito.

Parágrafo único. A falta de prova ou inexistência de cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 442. Compreende-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1.º. Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens e gratificações pagas pelo empregador.

§ 2.º. Não se incluem nos salários as gratificações que não tenham sido ajustadas, as diárias para viagem e as ajudas de custo.

Art. 443. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura*, que o empregador, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

Parágrafo único. Não serão considerados, como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho para a prestação dos respectivos serviços.

Art. 444. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês.

Parágrafo único. Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado o mais tardar, até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido. Quando houver sido estipulado por quinzena ou semana, deve ser efetuado até o quinto dia útil.

Art. 445. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

Art. 446. É assegurada aos empregados a percepção do salário durante os domingos e feriados.

Parágrafo único. Aplica-se aos diaristas e horistas o preceito do presente artigo, desde que estejam incluídos domingos e feriados no prazo global da prestação de serviços.

Art. 447. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

Parágrafo único. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo, ou culpa do empregado.

Art. 448. A prestação em espécie do salário será paga em moeda corrente do país.

Parágrafo único. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo, considera-se como não feito.

Art. 449. O pagamento dos salários deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou não sendo esta possível, a seu rogo.

Art. 450. O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento desse.

Art. 451. O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.

§ 1.º. Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação.

§ 2.º. A cessão das relações de trabalho, não prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas na forma estabelecida por este artigo.

Art. 452. Em caso de rescisão do contrato de trabalho, motivada pelo empregador ou pelo empregado, e havendo controvérsia sobre parte da importância dos salários, o primeiro é obrigado a pagar a este a data do seu comparecimento ao tribunal de trabalho a parte incontroversa dos mesmos salários, sob pena de ser, quanto a essa parte, condenado a pagá-la em dobro.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO

Art. 453. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda, assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Parágrafo único. Não se considera alteração unilateral a determinação de empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

Art. 454. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

§ 1.º Não estão compreendidos na proibição deste artigo: os empregados que exercem cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência.

§ 2.º É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

Art. 455. Em caso de necessidade comprovada, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25 % dos salários que o empregado percebia naquela localidade.

Parágrafo único. As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA INTERRUÇÃO

Art. 456. Ao empregado afastado do emprego, são assegurados, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 457. O afastamento do empregado em virtude de exigências do serviço militar ou de outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

§ 1.º Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de trinta dias, contados da data em que se verifica a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.

§ 2.º Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

Art. 458. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente de dois dias, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que declarada em sua carteira profissional, vava sob sua dependência econômica.

Parágrafo único. Em caso de nascimento de filho, o empregado poderá faltar um dia de trabalho e no correr da primeira semana, para o fim de efetuar o registro civil, sem prejuízo do salário.

Art. 459. A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

Art. 460. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

§ 1.º Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo de aposentadoria, facultado, porém, ao empregador o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos do art. 488.

§ 2.º Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

Art. 461. As disposições do artigo anterior serão aplicáveis em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade.

CAPÍTULO V

DA RESCISÃO

Art. 462. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

Art. 463. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses.

§ 1.º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2.º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base vinte e cinco dias (25);

§ 3.º Se o pago for por hora, a indenização apurar-se-á na base de duzentas (200) horas por mês.

§ 4.º Para os empregados que trabalhem à comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos três anos de serviço.

§ 5.º Para os empregados que trabalham por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumadamente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor de que seria feito durante trinta dias.

Art. 464. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 465. Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

Parágrafo único. A indenização, porém, não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

Art. 466. Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula asseguratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 467. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

a) ato de improbidade;
b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
c) negociação habitual por conta própria ou alheia, sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

f) embriaguez habitual ou em serviço;

g) violação de segredo da empresa;

h) ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Art. 468. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

c) correr perigo manifesto de mal considerável;

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar a importância dos salários.

§ 1.º O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de exercer funções públicas ou desempenhar obrigações legais, incompatíveis estas ou aquelas, com a continuação do serviço;

§ 2.º No caso de morte do empregador, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho;

Art. 469. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal do trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

Art. 470. Quando cessar a atividade da empresa, por morte do empregador, os empregados terão direito, conforme o caso, a indenização a que se referem os arts. 462 e 482.

Art. 471. No caso de paralisação do trabalho motivada originariamente por promulgação de leis ou medidas governamentais, que impossibilitem a continuação da respectiva atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, a qual, entretanto, ficará a cargo do Governo que tiver a iniciativa do ato que originou a cessação do trabalho.

CAPÍTULO VI

DO AVISO PRÉVIO

Art. 472. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução, com a antecedência mínima de:

I — 3 dias, se o empregado receber, diariamente, o seu salário;
II — 8 dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

III — 30 dias, nos demais casos.

§ 1.º A falta de aviso prévio por parte do empregador, dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida, sempre, a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2.º A falta de aviso prévio por parte do empregado, dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3.º Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

Art. 473. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Art. 474. Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

Parágrafo único. Caso seja aceita a reconsideração, ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

Art. 475. O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

Art. 476. O empregado que durante o prazo do aviso, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

CAPÍTULO VII

DA ESTABILIDADE

Art. 477. O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

Art. 478. Constitue falta grave a prática de qualquer dos fatos a que se refere o art. 467, quando por sua repetição ou natureza representem séria violação dos deveres e obrigações do empregado.

Art. 479. O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação.

Parágrafo único. A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo.

Art. 480. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Art. 481. Quando a reintegração do empregado estavel for desaconselhável, dada a incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte.

Art. 482. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivos de força maior, ao empregado estavel despedido é garantida a indenização por rescisão dos contratos por prazo indeterminado, paga em dobro.

Art. 483. Em caso de fechamento de estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurada aos empregados estaveis, que ali exerçam suas funções, o direito à indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 484. Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 1.º Ao empregado garantido pela estabilidade, que deixar de exercer cargo de confiança é assegurada, salvo no caso de falta grave, a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado.

§ 2.º Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço, nos termos do art. 462.

Art. 485. A despedida que se verificar com o fim de obstar ao empregado a aquisição de estabilidade, sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita no art. 462.

Art. 486. O pedido da demissão de empregado estavel só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou da Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO VIII

DA FORÇA MAIOR

Art. 487. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 1.º A imprevidência do empregador exclue a razão de força maior.

§ 2.º A ocorrência de motivo de força maior que não afetar substancialmente, nem for susceptível de afetar em tais condições, a situação econômica e financeira da empresa, não se aplicam as restrições desta lei referentes ao disposto neste capítulo.

Art. 488. Correndo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurado a este, quando despedido, uma indenização, na forma seguinte:

I — Sendo estavel, nos termos do art. 462;

II — Não tendo direito à estabilidade, metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa;

III — Havendo contrato por tempo determinado àquela a que se refere o art. 464, desta lei, reduzida, igualmente, à metade.

Art. 489. É lícita, em caso de força maior, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo esta ser superior a 25 %, respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região.

Parágrafo único. Cesados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

Art. 490. Comprovada a falsa alegação do motivo de força maior, é garantida a reintegração aos empregados estaveis e aos não estaveis o complemento à indenização já percebida, assegurado a ambos o pagamento da remuneração atrasada.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 491. São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II, III e IV do presente título.

Art. 492. No contrato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelecer a remuneração *in-natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um terço do salário total do empregado.

Art. 493. As disposições do Capítulo VII do presente título não serão aplicáveis aos empregados em consultórios ou escritórios de profissionais.

TÍTULO IV

Da Organização Sindical

SECÇÃO I

DA INSTITUIÇÃO SINDICAL

SECÇÃO I

Da associação em sindicato

Art. 494. É lícito a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1.º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2.º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

§ 3.º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

§ 4.º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.

Art. 495. Somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 542, poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei.

Art. 496. São prerrogativas dos sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas;

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 497. São deveres dos sindicatos:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento de solidariedade social;

- b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;
 c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.
 Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de:

- a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
 b) fundar e manter escolas de alfabetização e prevencionais.

SECÇÃO II

Do reconhecimento e investidura sindical

Art. 498. As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como sindicato:

a) reunião de um terço, no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de associação de empregadores; ou de um terço dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal se se tratar de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal;

b) duração não excedente de dois anos para o mandato da diretoria;

c) exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros;

Parágrafo único. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá, excepcionalmente, reconhecer como sindicato a associação, cujo número de associados seja inferior ao terço a que se refere a alínea a.

Art. 499. Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal em uma dada base territorial.

Art. 500. Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá autorizar o reconhecimento de sindicatos nacionais.

§ 1.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, outorgará e delimitará a base territorial do sindicato.

§ 2.º Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.

Art. 501. O pedido de reconhecimento será dirigido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

§ 1.º Os estatutos deverão conter:

- a) a denominação e a sede da associação;
 b) a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é requerida;
 c) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional.
 d) as atribuições, o processo eleitoral e das votações, os casos de perda de mandato e de substituição dos administradores;
 e) o modo de constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado no caso de dissolução;
 f) as condições em que se dissolverá a associação.

§ 2.º O processo de reconhecimento será regulado em instruções baixadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 502. A investidura sindical será conferida sempre à associação profissional mais representativa, a juízo do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, constituindo elementos para essa apreciação, entre outros:

- a) o número de associados;
 b) os serviços sociais fundados e mantidos;
 c) o valor do patrimônio.

Art. 503. Reconhecida como sindicato a associação profissional ser-lhe-á expedida carta de reconhecimento, assinada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual será especificada a representação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

Parágrafo único. O reconhecimento investe a associação nas prerrogativas do art. 496 e a obriga aos deveres do art. 497, cujo inadimplemento a sujeitará às sanções desta lei.

Art. 504. São condições para o funcionamento do sindicato:

a) abstenção de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato; e ainda do exercício de atividades econômicas;

b) proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo sindicato;

c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos.

Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assembléia geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva.

SECÇÃO III

Da administração do sindicato

Art. 505. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros

e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral.

§ 1.º A diretoria elegerá, dentre os seus membros, o presidente do sindicato.

§ 2.º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.

Art. 506. Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida no § 2.º do art. 500 serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

Art. 507. Serão tomadas sempre por escrutínio secreto as deliberações da assembléia geral concernentes aos seguintes assuntos:

- a) eleição para cargos de administração, conselho fiscal e representação econômica ou profissional;
 b) tomada e aprovação de contas de diretoria;
 c) aplicação do patrimônio;
 d) julgamento de atos da diretoria relativos a penalidades impostas aos associados.

Art. 508. É vedada a pessoas estranhas ao sindicato qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

Parágrafo único. Estão excluídos dessa proibição:

- a) os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente;
 b) os que como empregados exerçam cargos no sindicato, mediante autorização da assembléia geral;

Art. 509. Não podem ser empregados de sindicato os que estiverem nas condições previstas nas alíneas a, b, c e e do art. 513.

Parágrafo único. Aplicam-se aos empregados dos sindicatos os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, excetuado o direito de associação em sindicato.

Art. 510. Na sede de cada sindicato haverá um livro de registro, autenticado pelo funcionário competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do qual deverão constar:

a) tratando-se de sindicato de empregadores, a firma, individual ou coletiva, ou a denominação das empresas e sua sede, bem como o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residência dos respectivos sócios ou, em se tratando de sociedade por ações, dos diretores;

b) tratando-se de sindicato de empregados ou de agentes ou trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou o lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva carteira profissional e o número da inscrição na instituição de previdência a que pertencer.

Art. 511. Ocorrendo dissídio ou circunstância que perturbe o funcionamento do sindicato, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá nele intervir, por intermédio do delegado com atribuições para administração da associação e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento

SECÇÃO IV

Das eleições sindicais

Art. 512. São condições para o exercício do direito de voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional:

a) ter o associado mais de seis meses de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão na base territorial do sindicato;

b) ser maior de 18 anos;

c) estar no gozo dos direitos sindicais.

Art. 513. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional:

a) os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação;

b) os que não tiverem aprovadas as suas contas de exercício em cargo de administração;

c) os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

d) os que não estiverem, desde dois anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional;

e) os que tiverem má conduta, devidamente comprovada.

Parágrafo único. É vedada a reeleição, para o período imediato de qualquer membro da diretoria e do conselho fiscal dos sindicatos de empregados e de trabalhadores autônomos. Igual proibição se observará em relação ao terço dos membros da diretoria e do conselho fiscal, nos sindicatos de empregadores, de agentes autônomos e de profissionais liberais.

Art. 514. Nas eleições para cargos de diretoria e do conselho fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados eleitores.

§ 1.º Não concorrendo à primeira convocação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maioria, proceder-se-á a nova convocação para dia posterior, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos eleitores presentes.

§ 2.º Sempre que julgar conveniente, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará os presidentes das sessões eleitorais.

§ 3.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá instruções regulando o processo das eleições.

§ 4.º Poderá ser cassada a carta de reconhecimento do sindicato que, por deficiência de receita, não se achar em condições financeiras que o habilitem a exercer as suas funções.

Art. 535. Os sindicatos, as federações e as confederações enviarão ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março de cada ano, o relatório do ano anterior. Desse relatório deverão constar as alterações de quadro de associados, o balanço do exercício financeiro, o balanço patrimonial e uma demonstração especial e comprovada do emprego do imposto sindical arrecadado no ano anterior.

Art. 536. Os atos que importem malversação ou delapidação do patrimônio das associações sindicais ficam equiparados aos crimes contra a economia popular e serão julgados e punidos na conformidade dos arts. 2.º e 7.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

SECÇÃO VIII

Das penalidades

Art. 537. As infrações ao disposto nesta lei serão punidos, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

- multa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência;
- suspensão de diretores por prazo não superior a trinta dias;
- destituição de diretores ou de membros de conselho;
- fechamento do sindicato, federação ou confederação por prazo nunca superior a seis meses;
- cassação da carta de reconhecimento.

Parágrafo único. A imposição de penalidades aos administradores não exclue a aplicação das que este artigo prevê para a associação.

Art. 538. Destituída a administração na hipótese da alínea c do artigo anterior, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio nomeará um delegado para dirigir a associação e proceder, dentro do prazo de 90 dias, em assembleia geral por ele convocada e presidida, à eleição dos novos diretores e membros do Conselho Fiscal.

Art. 539. A pena de cassação da carta de reconhecimento será imposta à entidade sindical:

- que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta lei;
- que se recusar ao cumprimento do ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 519.
- que não obedecer às normas emanadas das autoridades corporativas competentes ou às diretrizes da política econômica ditadas pelo Presidente da República, ou criar obstáculos à sua execução.

Art. 540. A cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical não importará o cancelamento do seu registro, nem, consequentemente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.

Parágrafo único. No caso de dissolução, por se achar a associação incurso nas leis que definem crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades serão incorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social.

Art. 541. As penalidades, de que trata o artigo 537 serão impostas:

- as das alíneas a e b, pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, com recurso para o ministro de Estado;
- as demais, pelo ministro de Estado.

§ 1.º Quando se tratar de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo ministro de Estado, salvo se a pena for a cassação da carta de reconhecimento de confederação, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2.º Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada defesa ao acusado.

SECÇÃO IX

Disposições gerais

Art. 542. São obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, de acordo com o art. 494 e na conformidade do quadro de atividades e profissões a que alude o capítulo II deste título. As associações profissionais registradas nos termos deste artigo poderão representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhe também extensivas as prerrogativas contidas na alínea d e no parágrafo único do art. 496.

§ 1.º O registro a que se refere o presente artigo será processado, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e Território do Acre pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelas repartições estaduais autorizadas em virtude da lei.

§ 2.º O registro das associações far-se-á mediante requerimento, acompanhado da cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

§ 3.º As alterações dos estatutos das associações profissionais não entrarão em vigor sem a aprovação da autoridade que houver concedido o respectivo registro.

Art. 543. O Presidente da República, excepcionalmente, e mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto,

às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior a prerrogativa da alínea d do art. 496 deste capítulo.

Art. 544. Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical, ou de entidades sindicais entre si.

Art. 545. A denominação "sindicato" é privativa das associações profissionais de primeiro grau, reconhecidas na forma desta lei.

Art. 546. As expressões "federação" e "confederação", seguidas da designação de uma atividade econômica ou profissional, constituem denominações privativas das entidades sindicais de grau superior.

Art. 547. Constituído o Conselho de Economia Nacional, os processos de reconhecimento de associações profissionais, depois de informados pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e antes de serem submetidos ao despacho final do ministro de Estado, serão encaminhados àquele Conselho para o efeito do art. 61, alínea g da Constituição.

Art. 548. As entidades sindicais, sendo-lhes peculiar e essencial a atribuição representativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

Art. 549. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão fazer parte de organizações internacionais.

Art. 550. Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais.

Art. 551. Serão pagas em selos as taxas correspondentes às certidões anuais expedidas pelo Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, relativas ao cumprimento do disposto nos arts. 534 e 535 deste capítulo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata este artigo será acrescido do selo de Educação e Saúde.

Art. 552. As cartas de reconhecimento dos sindicatos e associações sindicais de grau superior, expedidas nos termos deste Capítulo ficam sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

- de Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Sindicato;
- de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Federação;
- de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Confederação.

Art. 553. As taxas a que se refere o artigo anterior serão pagas em selo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata o presente Capítulo será acrescido do selo de Educação e Saúde.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

Art. 554. Os sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais, específicas, na conformidade da discriminação do quadro das atividades e profissões a que se refere o art. 561 ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o art. 560, forem criadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do quadro de atividades e profissões.

Art. 555. Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico, desde que o novo sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

Art. 556. Os sindicatos que se constituírem por categorias similares ou conexas, nos termos do parágrafo único do art. 554 adotação denominação em que fiquem, tanto como possível, explicitamente mencionadas as atividades ou profissões concentradas, de conformidade com o quadro das atividades e profissões, ou se se tratar de subdivisões, de acordo com o que determinar a Comissão de Enquadramento Sindical.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o sindicato principal terá a denominação alterada, eliminando-se-lhe a designação relativa à atividade ou profissão dissociada.

Art. 557. O agrupamento dos sindicatos em federações obedecerá às mesmas regras que as estabelecidas neste decreto-lei para o agrupamento das atividades e profissões em sindicatos.

§ 1.º As federações de sindicatos de profissões liberais poderão ser organizadas independentemente do grupo básico da Confederação, sempre que as respectivas profissões se acharem submetidas, por disposições de lei, a um único regulamento.

§ 2.º O Presidente da República, quando o julgar conveniente aos interesses da organização corporativa, poderá autorizar o reconhecimento de federações compostas de sindicatos pertencentes a vários grupos, desde que a federação por eles formada represente, pelo menos, dois terços dos sindicatos oficialmente reconhecidos há

§ 4.º Poderá ser cassada a carta de reconhecimento do sindicato que, por deficiência de receita, não se achar em condições financeiras que o habilitem a exercer as suas funções.

Art. 535. Os sindicatos, as federações e as confederações enviarão ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março de cada ano, o relatório do ano anterior. Deste relatório deverão constar as alterações de quadro de associados, o balanço do exercício financeiro, o balanço patrimonial e uma demonstração especial e comprovada do emprego do imposto sindical arrecadado no ano anterior.

Art. 536. Os atos que importem malversação ou delapidação do patrimônio das associações sindicais ficam equiparados aos crimes contra a economia popular e serão julgados e punidos na conformidade dos arts. 2.º e 6.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

SECÇÃO VIII

Das penalidades

Art. 537. As infrações ao disposto nesta lei serão punidos, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

- multa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência;
- suspensão de diretores por prazo não superior a trinta dias;
- destituição de diretores ou de membros de conselho;
- fechamento do sindicato, federação ou confederação por prazo nunca superior a seis meses;
- cassação da carta de reconhecimento.

Parágrafo único. A imposição de penalidades aos administradores não exclue a aplicação das que este artigo prevê para a associação.

Art. 538. Destituída a administração na hipótese da alínea c do artigo anterior, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio nomeará um delegado para dirigir a associação e proceder, dentro do prazo de 90 dias, em assembléia geral por ele convocada e presidida, à eleição dos novos diretores e membros do Conselho Fiscal.

Art. 539. A pena de cassação da carta de reconhecimento será imposta à entidade sindical:

- que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta lei;
- que se recusar ao cumprimento do ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 519.
- que não obedecer às normas emanadas das autoridades corporativas competentes ou às diretrizes da política econômica ditadas pelo Presidente da República, ou criar obstáculos à sua execução.

Art. 540. A cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical não importará o cancelamento do seu registro, nem, consequentemente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.

Parágrafo único. No caso de dissolução, por se achar a associação incurso nas leis que definem crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades serão incorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social.

Art. 541. As penalidades, de que trata o artigo 537 serão impostas:

- as das alíneas a e b, pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, com recurso para o ministro de Estado;
- as demais, pelo ministro de Estado.

§ 1.º Quando se tratar de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo ministro de Estado, salvo se a pena for a cassação da carta de reconhecimento de confederação, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2.º Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada defesa ao acusado.

SECÇÃO IX

Disposições gerais

Art. 542. São obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, de acordo com o art. 494 e na conformidade do quadro de atividades e profissões a que alude o capítulo II deste título. As associações profissionais registradas nos termos deste artigo poderão representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhe também extensivas as prerrogativas contidas na alínea d e no parágrafo único do art. 496.

§ 1.º O registro a que se refere o presente artigo será processado, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e Território do Acre pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelas repartições estaduais autorizadas em virtude da lei.

§ 2.º O registro das associações far-se-á mediante requerimento, acompanhado da cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

§ 3.º As alterações dos estatutos das associações profissionais não entrarão em vigor sem a aprovação da autoridade que houver concedido o respectivo registro.

Art. 543. O Presidente da República, excepcionalmente, e mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto,

às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior a prerrogativa da alínea d do art. 496 deste capítulo.

Art. 544. Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical, ou de entidades sindicais entre si.

Art. 545. A denominação "sindicato" é privativa das associações profissionais de primeiro grau, reconhecidas na forma desta lei.

Art. 546. As expressões "federação" e "confederação", seguidas da designação de uma atividade econômica ou profissional, constituem denominações privativas das entidades sindicais de grau superior.

Art. 547. Constituído o Conselho de Economia Nacional, os processos de reconhecimento de associações profissionais, depois de informados pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e antes de serem submetidos ao despacho final do ministro de Estado, serão encaminhados àquele Conselho para o efeito do art. 61, alínea g da Constituição.

Art. 548. As entidades sindicais, sendo-lhes peculiar e essencial a atribuição representativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

Art. 549. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão fazer parte de organizações internacionais.

Art. 550. Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais.

Art. 551. Serão pagas em selos as taxas correspondentes às certidões anuais expedidas pelo Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, relativas ao cumprimento do disposto nos arts. 534 e 535 desta capítulo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata este artigo será acrescido do selo de Educação e Saúde.

Art. 552. As cartas de reconhecimento dos sindicatos e associações sindicais de grau superior, expedidas nos termos deste Capítulo ficam sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

- de Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Sindicato;
- de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Federação;
- de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Confederação.

Art. 553. As taxas a que se refere o artigo anterior serão pagas em selo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata o presente Capítulo será acrescido do selo de Educação e Saúde.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

Art. 554. Os sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais, específicas, na conformidade da discriminação do quadro das atividades e profissões a que se refere o art. 561 ou segunda as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o art. 560, forem criadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afiliações existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do quadro de atividades e profissões.

Art. 555. Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico, desde que o novo sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

Art. 556. Os sindicatos que se constituírem por categorias similares ou conexas, nos termos do parágrafo único do art. 554 adotarão denominação em que fiquem, tanto como possível, explicitamente mencionadas as atividades ou profissões concentradas, de conformidade com o quadro das atividades e profissões, ou se se tratar de subdivisões, de acordo com o que determinar a Comissão de Enquadramento Sindical.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o sindicato principal terá a denominação alterada, eliminando-se-lhe a designação relativa à atividade ou profissão dissociada.

Art. 557. O agrupamento dos sindicatos em federações obedecerá às mesmas regras que as estabelecidas neste decreto-lei para o agrupamento das atividades e profissões em sindicatos.

§ 1.º As federações de sindicatos de profissões liberais poderão ser organizadas independentemente do grupo básico da Confederação, sempre que as respectivas profissões se acharem submetidas, por disposições de lei, a um único regulamento.

§ 2.º O Presidente da República, quando o julgar conveniente aos interesses da organização corporativa, poderá autorizar o reconhecimento de federações compostas de sindicatos pertencentes a vários grupos, desde que a federação por eles formada represente, pelo menos, dois terços dos sindicatos oficialmente reconhecidos há

mais de dois anos num mesmo Estado, e sejam tais sindicatos atinentes a uma mesma secção da Economia Nacional (art. 57, parágrafo único, alíneas a, c, d, e e da Constituição).

Art. 558. Dentro da mesma base territorial, as empresas industriais do tipo artesanal poderão constituir entidades sindicais, de primeiro e segundo graus, distintas das associações sindicais das empresas congêneres, de tipo diferente.

Parágrafo único. Compete à Comissão do Enquadramento Sindical definir, de modo genérico, com a aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a dimensão e os demais característicos das empresas industriais de tipo artesanal.

Art. 559. O quadro de atividade e profissões será revisto de dois em dois anos, por proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, para o fim de ajustá-lo às condições da estrutura econômica e profissional do país.

§ 1.º Antes de proceder à revisão do quadro, a Comissão deverá solicitar sugestões às entidades sindicais e às associações profissionais a que se refere o art. 542.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA

1.º Grupo — Indústrias da Alimentação

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria do trigo
- Indústria do milho
- Indústria da mandioca
- Indústria do arroz
- Indústria do açúcar
- Indústria do açúcar de engenho
- Indústria de torrefação e moagem do café
- Indústria de refinação do sal
- Indústria de panificação e confeitaria
- Indústria de produtos do cacau e balas
- Indústria do mate
- Indústria de laticínios e produtos derivados
- Indústria de massas alimentícias e biscoitos
- Indústria da cerveja de baixa fermentação
- Indústria da cerveja e bebidas em geral
- Indústria do vinho
- Indústria de águas minerais
- Indústria de azeite e óleos alimentícios
- Indústria de doces e conservas alimentícias
- Indústria de carnes e derivados
- Indústria do frio
- Indústria do fumo
- Indústria da imunização e tratamento de frutas

2.º Grupo — Indústrias do vestuário

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria de calçados
- Indústria de alfaiataria e de confecção de roupas de homem
- Indústria de camisas para homem e roupas brancas
- Indústria de guarda-chuvas e bengalas
- Indústria de luvas, bolsas e peles de resguardo
- Indústria de pentes, botões e similares
- Indústria de chapéus
- Indústria de confecção de roupas e chapéus de senhora

3.º Grupo — Indústrias da Construção e do Mobiliário

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria da construção civil
- Indústria de olaria
- Indústria do cimento, cal e gesso
- Indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento
- Indústria da cerâmica para construção
- Indústria de mármore e granitos
- Indústria de pinturas, decorações, estuques e ornatos
- Indústria de serrarias, carpintarias e tanoarias
- Indústria da marcenaria (moveis de madeira)
- Indústria de moveis de junco e vime e vassouras
- Indústria de cortinados e estofos

§ 2.º A proposta de revisão será submetida à aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 560. A Comissão do Enquadramento Sindical funcionará sob a presidência do diretor do Departamento Nacional do Trabalho e será composta de um representante do Instituto Nacional de Tecnologia, de um do Atuariado, de um do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e de um do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, designados pelo ministro, bem como de um representante dos empregadores e outro dos empregados, indicados, em lista triplíce, pelos presidentes das respectivas Confederações Nacionais e nomeados pelo ministro.

Parágrafo único. Além das atribuições fixadas no presente Capítulo e concernentes, de um modo geral, ao enquadramento sindical, individual ou coletivo, e à classificação das atividades e profissões, competirá, também, à Comissão do Enquadramento Sindical resolver, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, todas as dúvidas e controvérsias concernentes à organização sindical.

Art. 561. O quadro de atividades e profissões constante do presente artigo fixará o plano básico do enquadramento sindical.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

1.º Grupo — Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação

Categorias profissionais

- Trabalhadores na indústria do trigo, milho e mandioca.
- Trabalhadores na indústria do arroz.
- Trabalhadores na indústria do açúcar.
- Trabalhadores na indústria de torrefação e moagem de café.
- Trabalhadores na indústria de refinação do sal.
- Trabalhadores na indústria de panificação e confeitaria.
- Trabalhadores na indústria de produtos do cacau e balas.
- Trabalhadores na indústria do mate.
- Trabalhadores na indústria de laticínios e produtos derivados.
- Trabalhadores na indústria de massas alimentícias e biscoitos.
- Trabalhadores na indústria da cerveja e bebidas em geral.
- Trabalhadores na indústria do vinho.
- Trabalhadores na indústria de águas minerais.
- Trabalhadores na indústria de azeite e óleos alimentícios.
- Trabalhadores na indústria de doces e conservas alimentícias.
- Trabalhadores na indústria de carnes e derivados.
- Trabalhadores na indústria do frio.
- Trabalhadores na indústria do fumo.
- Trabalhadores na indústria da imunização e tratamento de frutas.

2.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias do vestuário

Categorias profissionais

- Trabalhadores na indústria de calçados.
- Oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores na indústria de confecção de roupas.
- Trabalhadores na indústria de guarda-chuvas e bengalas.
- Trabalhadores na indústria de luvas, bolsas e peles de resguardo.
- Trabalhadores na indústria de pentes, botões e similares.
- Trabalhadores na indústria de chapéus.
- Trabalhadores na indústria de confecção de roupas e chapéus de senhora.

3.º Grupo — Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário

Categorias profissionais

- Trabalhadores na indústria da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e trabalhadores em geral, de estradas, pontes, portos e canais).
- Trabalhadores na indústria de olaria.
- Trabalhadores na indústria do cimento, cal e gesso.
- Trabalhadores na indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento.
- Trabalhadores na indústria de cerâmica para construção.
- Trabalhadores na indústria de mármore e granitos.
- Oficiais eletricitas.
- Oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de moveis de madeira.
- Trabalhadores na indústria de moveis de junco e vime e de vassouras.
- Trabalhadores na indústria de cortinados e estofos.

4.º Grupo — Indústrias Urbanas

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da purificação e distribuição de água
 Indústria da energia hidroelétrica
 Indústria da energia termoelétrica
 Indústria da produção do gás
 Serviços de esgotos

5.º Grupo — Indústrias Extrativas

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da extração do ouro e metais preciosos
 Indústria da extração do ferro e metais básicos
 Indústria da extração do carvão
 Indústria da extração de diamantes e pedras preciosas
 Indústria da extração do mármore, calcários e pedreiras
 Indústria da extração de areias e barreiras
 Indústria da extração do Sal
 Indústria da extração do petróleo
 Indústria da extração de madeiras
 Indústria da extração de resinas
 Indústria da extração da lenha
 Indústria da extração de borracha
 Indústria da extração de fibras vegetais e do descaroçamento do algodão
 Indústria da extração de óleos vegetais e animais

6.º Grupo — Indústrias de Fiação e Tecelagem

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da cordoalha e estopa
 Indústria da malharia e meias
 Indústria de fiação e tecelagem em geral
 Indústria de especialidades têxteis (passamanarias, rendas, tapetes) .

7.º Grupo — Indústrias de Artefatos de Couro

Atividades ou categorias econômicas

Indústria do cortimento de couros e de peles
 Indústria de malas e artigos de viagem
 Indústria de correias em geral e arreios

8.º Grupo — Indústrias de Artefatos de Borracha

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de artefatos de borracha

9.º Grupo — Indústria da Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da joalheria e ourivesaria
 Indústria da lapidação de pedras preciosas

10.º Grupo — Indústrias Químicas e Farmacêuticas

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de produtos químicos para fins industriais
 Indústria de produtos farmacêuticos
 Indústria de preparação de óleos vegetais e animais
 Indústria de resinas sintéticas
 Indústria de perfumarias e artigos de toucador
 Indústria de sabão e velas
 Indústria da fabricação do álcool
 Indústria de explosivos
 Indústria de tintas e vernizes
 Indústria de fósforos
 Indústria de adubos e colas
 Indústria de formicidas e inseticidas
 Indústria da lavanderia e tinturaria do vestuário
 Indústria da destilação e refinação de petróleo
 Indústrias de material plástico

4.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias urbanas

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria da purificação e distribuição de água.
 Trabalhadores na indústria da energia hidroelétrica.
 Trabalhadores na indústria da energia termoelétrica.
 Trabalhadores na indústria da produção do gás.
 Trabalhadores em serviços de esgotos.

5.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias extrativas

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria da extração do ouro e metais preciosos.
 Trabalhadores na indústria da extração do ferro e metais básicos.
 Trabalhadores na indústria da extração do carvão.
 Trabalhadores na indústria da extração de diamantes e pedras preciosas.
 Trabalhadores na indústria da extração de mármore, calcários e pedreiras.
 Trabalhadores na indústria da extração de areias e barreiras.
 Trabalhadores na indústria da extração do sal.
 Trabalhadores na indústria do petróleo.
 Trabalhadores na indústria da extração de madeiras.
 Trabalhadores na indústria da extração de resinas.
 Trabalhadores na indústria da extração da lenha.
 Trabalhadores na indústria da extração da borracha.
 Trabalhadores na indústria da extração de fibras vegetais e do descaroçamento do algodão.
 Trabalhadores na indústria da extração de óleos vegetais e animais.

6.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias de Fiação e Tecelagem

Categorias profissionais

Mestres e contra mestres na indústria de fiação e tecelagem.
 Trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem.

7.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias de Artefatos de Couro

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria do cortimento de couros e peles.
 Trabalhadores na indústria de artefatos de couro.

8.º Grupo — Trabalhadores nas indústrias de Artefatos de Borracha

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria de artefatos de borracha.

9.º Grupo — Trabalhadores nas Indústrias da Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas

Categorias Profissionais

Oficiais joalheiros e ourives.
 Oficiais lapidários.

10.º Grupo — Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas

Categorias Profissionais

Trabalhadores na indústria de produtos químicos para fins industriais.
 Trabalhadores na indústria de carbonato de cálcio.
 Trabalhadores na indústria de produtos farmacêuticos.
 Trabalhadores na indústria da preparação de óleos vegetais e animais.
 Trabalhadores na indústria de resinas sintéticas.
 Trabalhadores na indústria de perfumarias e artigos de toucador.
 Trabalhadores na indústria de sabão e velas.
 Trabalhadores na indústria da fabricação do álcool.
 Trabalhadores na indústria de explosivos.
 Trabalhadores na indústria de tintas e vernizes.
 Trabalhadores na indústria de fósforos.
 Trabalhadores na indústria de adubos e colas.
 Trabalhadores na indústria de formicida e inseticida.
 Trabalhadores na indústria da lavanderia e tinturaria do vestuário.
 Trabalhadores na indústria da destilação e refinação de petróleo.
 Trabalhadores nas indústrias de material plástico.

11.º Grupo — *Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça*

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria do Papel
- Indústria do Papelão
- Indústria da Cortiça
- Indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça

12.º Grupo — *Indústrias Gráficas*

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria da tipografia
- Indústria da gravura
- Indústria da encadernação

13.º Grupo — *Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana*

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria de vidros e cristais planos
- Indústria de vidros e cristais ocos (frascos, garrafas, copos e similares)
- Indústria de espelho de polimento e lapidação de vidros
- Indústria da cerâmica da louça de pó de pedra, da porcelana e da louça de barro

14.º Grupo — *Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico*

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria do ferro (siderurgia)
- Indústria da fundição
- Indústria de artefatos de ferro e metais em geral
- Indústria da serralharia
- Indústria da mecânica
- Indústria da galvanoplástica e de niquelação
- Indústria de máquinas
- Indústria de cutelaria e armas
- Indústria de balanças, pesos e medidas
- Indústria da funilaria
- Indústria da estamparia de metais
- Indústria de moveis de metal
- Indústria da construção e montagem de veículos
- Indústria da reparação de veículos e acessórios
- Indústria da construção naval
- Indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação
- Indústria de condutores elétricos e de trefilação
- Indústria de aparelhos elétricos e similares
- Indústria de aparelhos de radiotransmissão

15.º Grupo — *Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos*

Atividades ou categorias econômicas

- Indústria de instrumentos musicais
- Indústria de brinquedos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE COMÉRCIO

1.º Grupo — *Comércio Atacadista*

Atividades ou categorias econômicas

- Comércio atacadista de algodão e outras fibras vegetais
- Comércio atacadista de café
- Comércio atacadista de carnes frescas e congeladas
- Comércio atacadista de carvão vegetal e lenha
- Comércio atacadista de gêneros alimentícios
- Comércio atacadista de tecidos, vestuário e armarinho
- Comércio atacadista de louças, tintas e ferragens
- Comércio atacadista de maquinismos em geral
- Comércio atacadista de materiais de construção
- Comércio atacadista de material elétrico
- Comércio atacadistas de minérios e combustíveis minerais
- Comércio atacadistas de produtos químicos para a indústria e lavoura.
- Comércio atacadista de drogas e medicamentos.
- Comércio atacadista de pedras preciosas.
- Comércio atacadista de jóias e relógios.

11.º Grupo — *Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça*

Categorias profissionais

- Trabalhadores na indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça
- Trabalhadores na indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça

12.º Grupo — *Trabalhadores nas Indústrias Gráficas*

Categorias Profissionais

- Oficiais gráficos.
- Oficiais encadernadores.

13.º Grupo — *Trabalhadores nas indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica e de Louça e Porcelana*

Categorias Profissionais

- Trabalhadores na indústria de vidros, cristais e espelhos.
- Trabalhadores na indústria da cerâmica de louça de pó de pedra, da porcelana e de louça de barro.

14.º Grupo — *Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico*

Categorias Profissionais

- Trabalhadores metalúrgicos (siderurgia e fundição).
- Trabalhadores em oficinas mecânicas.
- Trabalhadores na indústria do material elétrico.

15.º Grupo — *Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos*

Categorias Profissionais

- Trabalhadores na indústria de instrumentos musicais.
- Trabalhadores na indústria de brinquedos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

1.º Grupo — *Empregados no Comércio*

Categorias Profissionais

- Empregados no comércio (prepostos do comércio em geral).
- Empregados vendedores e viajantes do Comércio.
- Trabalhadores em empresas comerciais de minérios e combustíveis minerais.

2.º Grupo — Comércio varejista

Atividades ou categorias econômicas

Lojistas do comércio (estabelecimentos de tecidos, de vestuário, adorno e acessórios, de objetos de arte, de louças finas, de ótica, de cirurgia, de papelaria e material de escritório, de livreria, de material fotográfico e congêneres).
 Comércio varejista de carnes frescas.
 Comércio varejista de gêneros alimentícios.
 Comércio varejista de produtos farmacêuticos
 Comércio varejista de maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas).
 Comércio varejista de material elétrico.
 Comércio varejista de automóveis e acessórios
 Comércio varejista de carvão vegetal e lenha
 Comércio varejista de combustíveis minerais
 Comércio de vendedores ambulantes (trabalhadores autônomos)
 Comércio varejista dos feirantes.

3.º Grupo — Agentes Autônomos do Comércio

Atividades ou categorias econômicas

Corretores de mercadorias
 Corretores de navios
 Corretores de imóveis
 Despachantes aduaneiros
 Despachantes de estradas de ferro
 Leiloeiros
 Representantes comerciais
 Comissários e consignatários

4.º Grupo — Comércio Armazenador

Atividades ou categorias econômicas

Trapiches
 Armazens gerais (de café, algodão e outros produtos)
 Entrepostos (de carnes, leite e outros produtos)

5.º Grupo — Turismo e Hospitalidade

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de turismo
 Hotéis e similares (restaurantes, pensões, bares, cafés, leitarias e confeitarias)
 Hospitais, clínicas e casas de saúde
 Casas de diversões
 Salões de barbeiros e de cabeleiros, institutos de beleza e similares
 Empresas de compra e venda e de locação de imóveis
 Serviços de lustradores de calçado

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E AÉREOS

1.º Grupo — Empresas de Navegação Marítima e Fluvial

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de navegação marítima

Práticos de farmácia.

2.º Grupo — Empregados de Agentes Autônomos de Comércio

Categorias profissionais

Empregados de agentes autônomos do comércio.

3.º Grupo — Trabalhadores no Comércio Armazenador

Categorias profissionais

Trabalhadores no comércio armazenador (trapiches, armazens gerais e entrepostos).
 Carregadores e ensacadores de café.
 Carregadores e ensacadores de sal.

4.º Grupo — Empregados em Turismo e Hospitalidade

Categorias profissionais

Intérpretes e guias de turismo.
 Empregados no comércio hoteleiro e similares (inclusive porteiros e cabineiros de edifícios).
 Empregados em hospitais, clínicas e casas de saúde.
 Empregados em casas de diversões.
 Oficiais barbeiros, cabeleiros e similares.

Lustradores de calçado.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E AÉREOS

1.º Grupo — Trabalhadores em transportes marítimos e fluviais

Categorias profissionais

Oficiais de náutica da Marinha Mercante.
 Oficiais de máquinas da Marinha Mercante.
 Comissários da Marinha Mercante.
 Motoristas e condutores da Marinha Mercante.
 Conferentes de carga da Marinha Mercante.
 Práticos, arrais e mestres de cabotagem em transportes marítimos.
 Contramestres, marinheiros e moços em transportes marítimos.
 Radiotelegrafistas da Marinha Mercante.
 Taifeiros, culinários e panificadores.
 Foguistas na Marinha Mercante (inclusive carvoeiros).
 Médicos da Marinha Mercante.
 Empregados em escritórios das empresas de navegação marítima.
 Mestres e encarregados de estaleiros das empresas de navegação marítima.
 Operários navais (trabalhadores em estaleiros de navegação marítima e calafates navais).
 Carpinteiros navais.

Empresas de navegação fluvial e lacustre
 Agências de navegação

2.º Grupo — *Empresas aeroviárias*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas aeroviárias

3.º Grupo — *Empresários e administradores de portos*
 Atividades ou categorias económicas

Empresários e administradores de portos
 Carregadores e transportadores de bagagens dos portos (trabalhadores autónomos)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

1.º Grupo — *Empresas de comunicações*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas ferroviárias
 Carregadores e transportadores de bagagens em estações ferroviárias (trabalhadores autónomos)

2.º Grupo — *Empresas de transportes rodoviários*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas de transportes de passageiros
 Empresas de veículos de carga
 Empresas de garages
 Carregadores e transportadores de volumes e bagagens em geral (inclusive carrinhos a mão)

3.º Grupo — *Empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos)*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

1.º Grupo — *Empresas de comunicações*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas telegráficas terrestres
 Empresas telegráficas submarinas
 Empresas radiotelegráficas e radiotelefónicas
 Empresas telefónicas
 Empresas messageiras

2.º Grupo — *Empresas de publicidade*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas de publicidade comercial (inclusive preparação de material para publicidade)
 Empresas de radiodifusão

3.º Grupo — *Empresas jornalísticas*
 Atividades ou categorias económicas

Empresas proprietárias de jornais e revistas (trabalhadores autónomos)
 Distribuidores e vendedores de jornais e revistas (trabalhadores autónomos)

Oficiais de náutica em transportes fluviais.
 Oficiais de máquinas em transportes fluviais.
 Comissários em transportes fluviais.
 Motoristas e condutores em transportes fluviais.
 Conferentes de carga em transportes fluviais.
 Práticos, arrais e mestres de cabotagem em transportes fluviais.
 Contramestres, marinheiros e moços em transportes fluviais.
 Radiotelegrafistas, em transportes fluviais.
 Taifeiros, culinários e panificadores em transportes fluviais.
 Foguistas em transportes fluviais (inclusive carvoeiros).
 Médicos em transportes fluviais.
 Enfermeiros em transportes fluviais.
 Empregados em escritórios das empresas de navegação fluvial.
 Mestres e encarregados de estaleiros das empresas de navegação fluvial.
 Operários fluviais (trabalhadores em estaleiros de navegação fluvial e caisflats fluviais).
 Carpinteiros fluviais.
 Enfermeiros da Marinha Mercante

2.º Grupo — *Trabalhadores em transportes aéreos*
 Categorias profissionais

Aeronautas
 Aeroviários.

3.º Grupo — *Estivadores*
 Categorias profissionais

Estivadores.
 Trabalhadores em estiva de minérios.

4.º Grupo — *Portuários*
 Categorias profissionais

Trabalhadores nos serviços portuários.
 Motoristas em guindastes dos portos.
 Conferentes e consertadores de carga e descarga nos portos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES

1.º Grupo — *Trabalhadores ferroviários*
 Categorias profissionais

Trabalhadores em empresas ferroviárias

2.º Grupo — *Trabalhadores em transportes rodoviários*
 Categorias profissionais

Empregados em escritórios de empresa de transportes rodoviários.
 Condutores de veículos rodoviários (inclusive ajudantes e carregadores, trocadores de ônibus, lavadores de automóveis).

3.º Grupo — *Trabalhadores em empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos)*
 Categorias profissionais

Trabalhadores em empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

1.º Grupo — *Trabalhadores em empresas de comunicações*
 Categorias profissionais

Trabalhadores em empresas telegráficas.
 Trabalhadores em empresas radiotelegráficas.
 Trabalhadores em empresas radiotelefónicas.
 Trabalhadores em empresas telefónicas.
 Trabalhadores em empresas messageiras.

2.º Grupo — *Trabalhadores em empresas de publicidade*
 Categorias profissionais

Agenciadores de publicidade e propagandistas.
 Trabalhadores em empresas de radiodifusão.

3.º Grupo — *Trabalhadores em empresas jornalísticas*
 Categorias profissionais

Jornalistas profissionais (redatores, repórteres, revisores, fotógrafos, etc.)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE CRÉDITO

1.º Grupo — Estabelecimentos bancários

Atividades ou categorias económicas

Bancos
Casas bancárias

2.º Grupo — Empresas de seguros privados e capitalização

Atividades ou categorias económicas

Empresas de seguros
Empresas de capitalização

3.º Grupo — Agentes autónomos de seguros privados e de crédito

Atividades ou categorias económicas

Corretores de seguros e de capitalização
Corretores de fundos públicos e câmbio

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.º Grupo — Estabelecimentos de ensino

Atividades ou categorias económicas

Universidades livres e Faculdades superiores livres
Estabelecimentos de ensino de artes
Estabelecimentos de ensino secundário e primário

Estabelecimentos de ensino técnico-profissional

2.º Grupo — Empresas de Difusão Cultural e Artística

Atividades ou categorias económicas

Empresas editoras de livros e publicações culturais

Empresas teatrais

Bibliotecas
Empresas de gravação de discos
Empresas cinematográficas
Empresas exibidoras cinematográficas
Museus e laboratórios de pesquisas (tecnológicas)
Empresas de orquestras
Empresas de artes plásticas
Empresas de arte fotográfica

3.º Grupo — Estabelecimentos de Cultura Física

Atividades ou categorias económicas

Estabelecimentos de esportes terrestres
Estabelecimentos de esportes aquáticos
Estabelecimentos de esportes aéreos

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO

1.º Grupo — Empregados em estabelecimentos bancários

Categorias profissionais

Empregados em estabelecimentos bancários.

2.º Grupo — Empregados em empresas de seguros privados e capitalização

Categorias profissionais

Empregados em empresas de seguros privados e capitalização.

3.º Grupo — Empregados de agentes autónomos de seguros Privados e de crédito

Categorias profissionais

Empregados de agentes autónomos de seguros e de crédito.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.º Grupo — Trabalhadores em estabelecimentos de ensino

Categorias profissionais

Professores de ensino superior.
Professores de ensino de arte.
Professores de ensino secundário e primário.Mestres e contamestres de ensino técnico-profissional.
Auxiliares de administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino).

2.º Grupo — Trabalhadores em empresas de difusão cultural e artística

Categorias profissionais

Empregados de empresas editoras de livros e publicações culturais.

Empregados de empresas teatrais e cinematográficas.
Cenógrafos e cenotécnicos.
Atores teatrais (inclusive corpos corais e de bailados).Empregados de bibliotecas.
Empregados em empresas de gravação de discos.
Atores cinematográficos.
Operadores cinematográficos.
Empregados de museus e laboratórios de pesquisas (tecnologistas).
Músicos profissionais.
Artistas plásticos profissionais.
Fotógrafos profissionais.

3.º Grupo — Trabalhadores em estabelecimentos de cultura física

Categorias profissionais

Atletas profissionais.

Empregados de clubes esportivos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS

Grupos

- 1.º Advogados
- 2.º Médicos
- 3.º Odontologistas
- 4.º Médicos veterinários
- 5.º Farmacêuticos
- 6.º Parteiras
- 7.º Enfermeiros inclusive massagistas e duchistas)
- 8.º Engenheiros (civís, de minas, mecânicos, electricistas, industriais, arquitetos e agrónomos)
- 9.º Químicos (químicos industriais, químicos industriais agrícolas e engenheiros químicos)
- 10.º Economistas
- 11.º Atuários
- 12.º Contabilistas
- 13.º Professores (privados)
- 14.º Escritores
- 15.º Autores teatrais
- 16.º Compositores artísticos, musicais e plásticos

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SINDICAL

SECÇÃO I

Da fixação do imposto sindical

Art. 562. As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias económicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, serão, sob a denominação de "Imposto Sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste capítulo.

Art. 563. O imposto sindical é devido, por todos aqueles que participem de uma determinada categoria económica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.

Art. 564. O imposto sindical será pago de uma só vez, anualmente e consistirá:

a) na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração;

b) para os agentes ou trabalhadores autónomos e para os profissionais liberais, numa importância variável de Cr\$ 10 (dez cruzeiros) a Cr\$ 100 (cem cruzeiros), fixada na forma do art. 567;

c) para os empregadores, numa importância fixa, proporcional ao capital registado da respectiva firma ou empresa, conforme a seguinte tabela:

| | | |
|--|------|-------|
| Capital até Cr\$ 10.000 | Cr\$ | 20 |
| De mais de Cr\$ 10.000 até 50.000 | Cr\$ | 60 |
| De mais de Cr\$ 50.000 até 100.000 | Cr\$ | 100 |
| De mais de Cr\$ 100.000 até 250.000 | Cr\$ | 250 |
| De mais de Cr\$ 250.000 até 500.000 | Cr\$ | 300 |
| De mais de Cr\$ 500.000 até 1.000.000 | Cr\$ | 500 |
| De mais de Cr\$ 1.000.000 até 5.000.000 | Cr\$ | 1.000 |
| De mais de Cr\$ 5.000.000 até 10.000.000 | Cr\$ | 3.000 |
| Superior a Cr\$ 10.000.000 | Cr\$ | 5.000 |

Art. 565. Para os fins da alínea c, do art. anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, na proporção das correspondentes operações económicas, do que darão ciência ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal e às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou às repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e no Território do Acre, conforme a localidade da sede da empresa, cabendo, na última hipótese, aos delegados ou diretores remeter cópia dessa comunicação ao Departamento Nacional do Trabalho.

§ 1.º Não é devida, porém, a referida distribuição, em relação às sucursais, filiais ou agências que estiverem localizadas na base territorial do sindicato do estabelecimento principal, desde que integrem a mesma atividade económica.

§ 2.º Quando a empresa realizar diversas atividades económicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria económica, sendo o imposto sindical devido ao sindicato representativo da mesma categoria e procedendo-se em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§ 3.º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade do produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam exclusivamente, em regime de conexão funcional.

Art. 566. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados, relativa ao mês de março de cada ano, o imposto sindical por estes devido aos respectivos sindicatos.

§ 1.º Considera-se um dia de trabalho para efeito de determinação de importância a que alude o inciso a, do art. 564:

I, a importância equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário ajustado entre o empregador e o empregado, se este for mensalista;

II, a importância equivalente a uma diária ou a oito horas de trabalho normal, se o pagamento ao empregado for, respectivamente, feito por dia ou por hora;

III, a importância equivalente a 1/30 (um trigésimo) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada, ou comissão.

§ 2.º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba habitualmente gorjetas ou gratificações de terceiros, o imposto sindical corresponderá a 1/30 (trigésimo) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado ao respectivo Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Art. 567. A fixação do imposto sindical devido pelos agentes ou trabalhadores autónomos e profissionais liberais, far-se-á mediante proposta elaborada pelos respectivos sindicatos e submetida, no mês de junho de cada ano, à aprovação do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou das repartições estaduais autoriza-

das em virtude de lei, na forma das instruções que expedir o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 568. Servirá de base para o pagamento do imposto sindical, pelos agentes ou trabalhadores autónomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos na conformidade das instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 569. Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento do imposto sindical unicamente aos sindicatos das respectivas profissões.

Parágrafo único. Nessa hipótese, à vista da manifestação do contribuinte e da exibição da prova de quitação do imposto, dada por sindicato de profissionais liberais, o empregador deixará de efetuar, no salário do contribuinte, o desconto a que se refere o art. 566.

Art. 570. O imposto sindical devido pelos empregadores, empregados e agentes ou trabalhadores autónomos e pelos profissionais liberais, será recolhido, nos meses fixados no presente capítulo, ao Banco do Brasil ou nas localidades onde não houver agência ou filial desse estabelecimento bancário, às coletorias federais, as quais, de acordo com instruções que lhes forem expedidas, depositarão no Banco do Brasil, mediante guia, as importâncias arrecadadas.

§ 1.º Em se tratando de empregador, agentes ou trabalhadores autónomos, ou profissionais liberais, o recolhimento será feito diretamente pelo contribuinte.

§ 2.º Em se tratando de imposto sindical devido pelos empregados, sua arrecadação, feita na forma do art. 566, será recolhida diretamente pelo empregador respectivo.

§ 3.º O recolhimento do imposto sindical descontado pelos empregadores aos respectivos empregados será efetuado no mês de abril de cada ano.

§ 4.º O recolhimento do imposto sindical pelos agentes ou trabalhadores autónomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de janeiro de cada ano na forma do disposto no presente capítulo.

§ 5.º O recolhimento obedecerá ao sistema de guias de acordo com as instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 6.º O comprovante do depósito do imposto sindical efetuado na forma deste capítulo, será remetido aos respectivos sindicatos ou órgãos a que couber, pelo Banco do Brasil.

Art. 571. O recolhimento do imposto sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de fevereiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para seu funcionamento, e será feito, diretamente, na conformidade do artigo anterior.

Art. 572. O Banco do Brasil abrirá uma conta corrente especial com juros, do imposto sindical, em nome de cada uma das entidades sindicais, a que couber o imposto, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que para esse fim, o cientificará das seguintes ocorrências: reconhecimento, fechamento, eleição, suspensão e destituição de diretores.

§ 1.º As retiradas na conta corrente especial de imposto sindical só serão admitidas mediante cheque assinado pelo tesoureiro da entidade sindical e visado pelo respectivo presidente.

§ 2.º O Banco do Brasil remeterá, anualmente, em dezembro, ao Departamento Nacional do Trabalho e à Comissão do Imposto Sindical o extrato da conta especial do imposto de cada entidade sindical.

Art. 573. Da importância anual da arrecadação do imposto sindical será deduzida, em favor das entidades sindicais de grau superior, a percentagem de 20 % (vinte por cento), cabendo 15 % (quinze por cento) à Federação coordenadora das categorias a que corresponderem os Sindicatos e os restantes 5 % (cinco por cento) à respectiva confederação.

§ 1.º As aludidas percentagens serão pagas diretamente pelo Sindicato à correspondente Federação e por esta à Confederação legalmente reconhecida, devendo o pagamento ser feito até 30 dias após a data da arrecadação do imposto sindical.

§ 2.º Inexistindo Federação legalmente reconhecida, a percentagem de 20 % (vinte por cento) será paga integralmente à Confederação relativa ao mesmo ramo económico ou profissional.

§ 3.º Na falta de entidades sindicais de grau superior, os Sindicatos depositarão a percentagem que áquelas caberia na conta especial a que se refere o art. 572.

Art. 574. Das importâncias recolhidas de acordo com o art. 570, o Banco do Brasil transferirá a uma conta especial, denominada "Fundo Social Sindical", 20% (vinte por cento) do imposto sindical relativo a cada sindicato.

Art. 575. As empresas ou os indivíduos, integrantes de categorias económicas ou profissionais que não se tenham constituído em sindicato, devem, obrigatoriamente, contribuir com a importância correspondente ao imposto sindical para a federação representativa do grupo dentro do qual estiver incluída a respectiva categoria, de acordo com o plano do enquadramento sindical a que se refere o capítulo II. Nesse caso, das importâncias arrecadadas 20% (vinte por cento) serão deduzidos em favor da respectiva Confederação e 20% (vinte por cento) para o "Fundo Social Sindical".

§ 1.º Operar-se-á da mesma forma quando não existir Federação, cabendo o imposto à Confederação representativa do correspondente grupo, do qual 20% (vinte por cento) serão deduzidos para o fundo social sindical.

§ 2.º Na hipótese de não haver sindicato nem entidade sindical de grau superior, o imposto do respectivo grupo será recolhido, totalmente, em favor do "Fundo Social Sindical".

SECCÃO III

Da aplicação

Art. 576. O imposto sindical, feitas as deduções de que tratam os arts. 573 e 574, será aplicado pelos sindicatos:

I. De empregadores e de agentes autônomos:

- a) em serviços de assistência técnica e judiciária;
- b) na realização de estudos econômicos e financeiros;
- c) em bibliotecas;
- d) em medidas de divulgação comercial e industrial no país e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;
- e) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente decreto-lei.

II. De empregados:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- b) na assistência à maternidade;
- c) em assistência médica e dentária;
- d) em assistência judiciária;
- e) em escolas de alfabetização e prevocacionais;
- f) em cooperativas de crédito e de consumo;
- g) em colônias de férias;
- h) em bibliotecas;
- i) em finalidades esportivas;
- j) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente decreto-lei.

III. De profissionais liberais:

- a) em bibliotecas especializadas;
- b) em congressos e conferências;
- c) em estudos científicos;
- d) em assistência médica e dentária;
- e) em auxílios de viagem;
- f) em cooperativas de consumo;
- g) em bolsas de estudo;
- h) em prêmios anuais científicos;
- i) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente decreto-lei.

IV. De trabalhadores autônomos:

- a) na assistência à maternidade;
- b) em assistência médica e dentária;
- c) em assistência judiciária;
- d) em escolas de alfabetização;
- e) em cooperativas de crédito e consumo;
- f) em colônias de férias;
- g) em bibliotecas;
- h) em finalidades esportivas;
- i) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente decreto-lei.

Parágrafo único. A aplicação do imposto sindical prevista neste artigo, respeitados os seus objetivos, ficará a critério de cada Sindicato que, para tal fim atenderá sempre às peculiaridades da respectiva categoria, sendo facultado ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio baixar instruções a respeito.

Art. 577. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos Conselhos de Representantes.

Art. 578. O "Fundo Social Sindical" será gerido e aplicado pela Comissão do Imposto Sindical em objetivos que atendam aos interesses gerais da organização sindical nacional.

SECCÃO IV

Da Comissão do Imposto Sindical (C. I. C.)

Art. 579. A Comissão do Imposto Sindical, com sede no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, funcionará sob a presidência do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e será constituída:

- a) de um representante do Departamento Nacional do Trabalho e de um dos Serviços de Contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo respectivo ministro;
- b) de um representante dos profissionais liberais, de dois dos empregadores e de dois dos empregados indicados em lista triplíce pelos presidentes das respectivas confederações e nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- c) de duas pessoas de conhecimentos especializados em assunto de Direito Social, designadas livremente pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º O presidente da Comissão do Imposto Sindical será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo membro por ele designado, previamente.

§ 2.º Os membros da Comissão do Imposto Sindical terão exercício por dois anos podendo ser reconduzidos.

Art. 580. Compete à Comissão do Imposto Sindical:

- a) gerir o "Fundo Social Sindical";
- b) organizar o plano sistemático da aplicação do "Fundo Social Sindical";
- c) fiscalizar a aplicação do imposto sindical, expedindo as normas que se fizerem necessárias;
- d) resolver as dúvidas suscitadas na execução do presente capítulo.

Art. 581. É facultado à Comissão do Imposto Sindical solicitar, sempre que julgar necessário, a audiência de órgãos técnicos especializados.

§ 1.º A Comissão do Imposto Sindical terá serviços de Secretaria próprios, de acordo com a organização que para a mesma aprovar.

§ 2.º A Comissão do Imposto Sindical aprovará os orçamentos necessários à execução de seus serviços, que serão custeados pelo "Fundo Social Sindical".

SECCÃO V

Das penalidades

Art. 582. Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 43, serão aplicadas multas de Cr\$ 10 (dez cruzeiros) a Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) pelas infrações deste Capítulo.

Parágrafo único. A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

Art. 583. Para os profissionais liberais, a penalidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

Art. 584. O pagamento do imposto sindical efetuado fora do prazo de recolhimento referido neste capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de 10% (dez por cento), revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do "Fundo Social Sindical", ficando nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

SECCÃO VI

Disposições gerais

Art. 585. No ato da admissão de qualquer empregado, dele exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação do imposto sindical.

Art. 586. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto do imposto sindical, serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Parágrafo único. De igual forma se procederá com os empregados que forem admitidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação.

Art. 587. Os empregadores são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização, os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão e a exhibir-lhes, quando exigidos, na parte relativa ao pagamento de empregados, os seus livros, folhas de pagamento e outros documentos comprobatórios desses pagamentos, sob pena da multa cabível.

Art. 588. Os agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados, inclusive exibição de quitação do imposto sindical.

Art. 589. As entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento do imposto sindical, durante 3 dias, nos jornais de maior circulação local e até dez dias da data fixada para depósito bancário.

Art. 590. É considerado como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas, a prova da quitação do respectivo imposto sindical e a do recolhimento do imposto sindical descontado dos respectivos empregados.

Art. 591. As repartições federais, estaduais ou municipais, não concederão registro ou licença para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, sem que sejam exibidas as provas de quitação do imposto sindical, na forma do artigo anterior.

Art. 592. As dúvidas suscitadas no cumprimento deste capítulo serão resolvidas pela Comissão do Imposto Sindical e expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as instruções que se tornarem necessárias à sua execução.

TÍTULO V

Do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 593. Contrato coletivo de trabalho é o ajuste de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições que regerão as relações individuais de trabalho, no âmbito da respectiva representação.

Parágrafo único. Os sindicatos só poderão celebrar contrato coletivo quando o fizerem por deliberação de assembleia geral, dependendo a sua validade de ratificação, em outra assembleia geral, por maioria de 2/3 dos associados ou, em segunda convocação, por 2/3 dos presentes.

Art. 594. O contrato coletivo, celebrado nos termos do presente capítulo, aplica-se aos associados dos sindicatos convenentes, podendo tornar-se extensivo a todos os membros das respectivas categorias, mediante decisão da autoridade competente.

Art. 595. Os contratos coletivos serão celebrados por escrito, em três vias, sem emendas nem rasuras, assinadas pelas diretorias dos sindicatos convenentes, ficando cada parte com uma das vias e sendo a outra via remetida, dentro de 30 dias da assinatura, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para homologação, registro e arquivamento.

Art. 596. As cópias autênticas dos contratos coletivos serão afixadas, de modo visível, dentro de sete dias, contados da data em que forem assinados, nas sedes dos sindicatos ou associações e nos estabelecimentos para os quais tenham sido ajustadas.

Art. 597. Compete ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade por ele designada, homologar os contratos coletivos, devendo o seu registro e arquivamento ser processado no Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 598. Depois de homologado, e no prazo de sua vigência, poderá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio tornar o contrato obrigatório a todos os membros das categorias profissionais e econômicas, representadas pelos sindicatos convenientes, dentro das respectivas bases territoriais, desde que tal medida seja aconselhada pelo interesse público.

Art. 599. O contrato coletivo tornado obrigatório para as categorias profissionais e econômicas, vigorará pelo prazo que tiver sido estabelecido, ou por outro, nos termos do presente título, quando expressamente o fixar o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no ato que o tornar extensivo.

Art. 600. Os contratos coletivos entrarão em vigor dez dias após sua homologação pela autoridade competente.

Art. 601. Os contratos coletivos devem conter, obrigatoriamente:

- a) designação precisa dos sindicatos convenientes;
- b) serviço ou serviços a serem prestados, e a categoria profissional a que se aplica, ou, estritamente, as profissões ou funções abrangidas;
- c) a categoria econômica a que se aplica, ou estritamente as empresas ou estabelecimentos abrangidos;
- d) local ou locais de trabalho;
- e) seu prazo de vigência, que não poderá exceder de dois anos;
- f) importância e modalidade dos salários;
- g) horário de trabalho;
- h) direitos e deveres de empregadores e empregados.

Parágrafo único. Além das cláusulas prescritas neste artigo, poderão ser, nos contratos coletivos, incluídas outras atinentes às normas para a solução pacífica das divergências surgidas entre os convenientes ou a quaisquer assuntos de seu interesse.

Art. 602. Não será permitido estipular duração do contrato coletivo de trabalho superior a dois anos.

Parágrafo único. No caso de prorrogação da vigência do contrato coletivo de trabalho, é exigida a ratificação dos convenientes, seguido o rito estipulado para a sua celebração.

Art. 603. O contrato coletivo, com sua vigência subordinada à execução de determinado serviço, que não venha a ser concluído dentro do prazo de dois anos, poderá ser prorrogado mediante ato da autoridade competente para homologá-lo, desde que não tenha havido oposição dos convenientes.

Art. 604. O processo da denúncia ou revogação obedecerá às normas estipuladas para a celebração dos contratos coletivos, ficando, igualmente, condicionado à homologação da autoridade competente.

Art. 605. A vigência dos contratos coletivos poderá ser suspensa temporária ou definitivamente, quando ocorrer motivo de força maior, podendo ser prorrogada por tempo equivalente ao da suspensão.

§ 1.º Compete à autoridade administrativa declarar a suspensão, sempre que não houver dissídio entre os convenientes.

§ 2.º Havendo dissídio, será competente a Justiça do Trabalho.

Art. 606. Os empregadores e empregados que celebrarem contratos individuais de trabalho ou estabelecerem condições contrárias ao que tiver sido ajustado no contrato coletivo, serão passíveis de multa, prefixada em cada caso, no texto deste último.

§ 1.º A multa que tiver de ser imposta ao empregado não poderá exceder da metade daquela que, nas mesmas condições, seja estipulada para o empregador.

§ 2.º Verificada a infração, a parte infratora será autuada pelos órgãos competentes de fiscalização e intimada pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados, a pagar a multa dentro de quinze dias.

§ 3.º Na falta do pagamento da multa, será feita a cobrança executiva nos termos da legislação em vigor.

§ 4.º Da imposição da multa caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de 30 dias da intimação.

§ 5.º As importâncias das multas, que forem arrecadadas, serão escrituradas no Tesouro Nacional, a crédito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de serem aplicadas nas despesas de fiscalização dos serviços a cargo do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 607. As divergências e dissídios resultantes da aplicação ou inobservância dos contratos coletivos serão dirimidos pela Justiça do Trabalho.

TÍTULO VI

DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS
CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 608. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Art. 609. Afim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que com relação, exclusivamente a esses atos será feita apenas a instrução dos responsáveis;

b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

Art. 610. A toda a verificação em que o fiscal concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, com exceção de que se prevê no artigo anterior e sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura do auto de infração.

Art. 611. O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator ou ao mesmo enviada dentro de 72 (setenta e duas) horas da lavratura, em registrado postal, com franquia. O auto, quando possível, será assinado pelo infrator, independentemente o seu valor probante da assinatura de testemunhas.

§ 1.º Lavrado o auto de infração, não poderá este ser inutilizado nem susgado o curso do respectivo processo, devendo o fiscal apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro, o que será objeto de conveniente apuração.

§ 2.º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento do auto, se este lhe for entregue logo, ou da notificação por meio do *Diário Oficial* da União ou jornal oficial do Estado no caso da remessa pelo correio.

§ 3.º As diligências determinadas em consequência de razões de defesa ou de recurso deverão ser realizadas por fiscal diferente do que tenha lavrado o originário auto de infração e, quando possível, de hierarquia superior, excetuando-se desta norma as Delegacias Regionais deste Ministério em que o número de servidores seja insuficiente.

Art. 612. Nenhum fiscal deverá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a respectiva carteira de identificação funcional visada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Aqueles a que for incumbido o exercício da fiscalização de que trata este capítulo, terão livre acesso em todas as dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime do presente capítulo sendo os empregadores, ou seus prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários, afim de assegurar a sua fiel observância, e as empresas de transporte a conceder-lhes passe livre no território de exercício de sua função.

Art. 613. Qualquer funcionário público federal, estadual, ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações que verificar.

Parágrafo único. De posse dessa comunicação, a autoridade competente procederá desde logo às necessárias diligências, lavrando os autos de que haja mister.

Art. 614. Poderá o autuado requerer a audiência de testemunhas e as diligências que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade julgar da necessidade de tais provas.

Art. 615. Os prazos para defesa ou recurso, poderão ser prorrogados, de acordo com despacho expresso da autoridade competente quando o autuado residir em localidade diversa daquela onde se acha essa autoridade.

Art. 616. Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais, competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este título.

Parágrafo único. A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS

Art. 617. De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho e não havendo forma especial de processo, caberá recurso voluntário interposto pelo infrator, para o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, salvo nos casos de competência do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 618. Os recursos devem ser interpostos no prazo de dez dias, contados da notificação à parte ou, sendo a mesma revel, da publicação do edito no órgão oficial de publicidade, perante a autoridade que houver imposto a multa ou penalidade, a qual, depois de os informar devidamente, dentro de oito dias, os encaminhará nesse prazo à autoridade superior.

Parágrafo único. A interposição do recurso só terá seguimento se a parte juntamente com a petição de recurso, fizer prova do depósito do valor da multa.

Art. 619. Todas as decisões que proferirem em processo de infração da lei reguladora do trabalho e que impliquem em arquivamento destes, deverão as autoridades prolatoras do despacho recorrer *ex-officio* para o diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou, quando for o caso, para o diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas.

Art. 620. Ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é facultado avocar ao seu exame e decisão, dentro de 90 (noventa) dias, do despacho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos nesta Consolidação.

CAPÍTULO III

DO DEPÓSITO, DA INSCRIÇÃO E DA COBRANÇA

Art. 621. Não sendo provido o recurso, o depósito se converterá em pagamento.

Art. 622. Não sendo interposto recurso no prazo legal, a autoridade que tiver imposto a multa ou penalidade notificará o infrator, a recolher a importância respectiva dentro de dez dias, sob pena de cobrança executiva.

§ 1.º Comparcendo o infrator, ser-lhe-á passada guia em duas vias, para efetuar, dentro do prazo de cinco dias, o recolhimento da importância da multa ou demais penalidades às repartições federais competentes cabendo a essas repartições escriturar esses recebimentos a crédito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e comunicar seu recolhimento à autoridade por quem foi a guia expedida.

§ 2.º A segunda via da guia será devolvida pelo infrator à repartição que expediu, até ao sexto dia depois de sua expedição, para a devida averbação no processo.

Art. 623. Não comparcendo o infrator, ou não depositando a importância da multa ou penalidade, far-se-á a competente inscrição em livro especial, existente nas repartições das quais se tiver originado a multa ou penalidade, ou de onde tenha provindo a reclamação que a determinou, sendo extraída cópia autêntica dessa inscrição e enviada às autoridades competentes para a respectiva cobrança judicial, valendo tal instrumento como título de dívida líquida e certa.

Art. 624. A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União, sendo promovida, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados em que funcionarem Conselhos Regionais do Trabalho, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nas demais localidades, pelo Ministério Público Estadual e do Território do Acre, nos termos do decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

Parágrafo único. No Estado de São Paulo a cobrança continuará a cargo da Procuradoria do Departamento Estadual do Trabalho, na forma do convênio em vigor.

TÍTULO VII

Da Justiça do Trabalho

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 625. Os dissídios oriundos das relações entre empregadores e empregados reguladas na legislação social serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente capítulo e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.

§ 1.º As questões concernentes à previdência social, previstas no capítulo V, serão decididas pelos órgãos do Conselho Nacional do Trabalho, na forma estabelecida pelo referido capítulo.

§ 2.º As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do decreto número 24.637, de 10 de julho de 1943, e legislação subsequente.

Art. 626. A Justiça do Trabalho compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízos de Direito;
- b) Conselhos Regionais do Trabalho;
- c) Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 627. O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório, ninguém dele podendo eximir-se, salvo motivo justificado.

Art. 628. Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

CAPÍTULO II

DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

SECÇÃO I

Da composição e funcionamento

Art. 629. Cada Junta de Conciliação e Julgamento terá a seguinte composição:

- a) um presidente;
- b) dois vogais, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

Parágrafo único. Haverá um suplente para o presidente e um para cada vogal.

Art. 630. São incompatíveis entre si, para os trabalhos da Junta, os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau civil.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se a favor do primeiro vogal designado ou impossado, ou por sorteio, se a designação ou posse for da mesma data.

Art. 631. É vedado às Juntas de Conciliação e Julgamento proferir decisão final, quando não estiverem presentes todos os seus membros.

§ 1.º A instrução de processos e a conciliação podem ser efetuadas com qualquer número, sendo sempre indispensável a presença do presidente.

§ 2.º Na execução das decisões funciona apenas o presidente.

SECÇÃO III

Da jurisdição e competência das Juntas

Art. 632. A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território do município em que tem sede, podendo, entretanto, ser estendida ou restringida, mediante decreto do Presidente da República.

Art. 633. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

§ 1.º Quando for parte no dissídio agente ou viajante, é competente a Junta da localidade onde o empregador tiver o seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado à agência ou filial, caso em que será competente a Junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial.

§ 2.º A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

Art. 634. Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento:

- a) conciliar e julgar:

I, os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;

II, os dissídios concernentes a salários, férias e indenizações por motivo de despedida injusta;

III, os dissídios resultantes de contratos de empreitada em que o empregado seja operário ou artífice;

IV, os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;

- b) processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;
- c) julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;
- d) julgar os recursos interpostos das decisões do presidente, nas execuções;
- e) impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário, podendo o presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

Art. 635. Compete, ainda, às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

b) realizar as diligências e praticar os atos processuais deprecados pelos Conselhos Regionais do Trabalho ou pelo Conselho Nacional do Trabalho;

- c) julgar as suspeições arguidas contra os seus membros;
- d) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
- e) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.

SECÇÃO III

Dos presidentes das Juntas

Art. 636. Os presidentes das Juntas e seus suplentes serão nomeados pelo Presidente da República dentre bacharéis em direito de reconhecida idoneidade moral e especializados em legislação social.

§ 1.º A nomeação dos presidentes das Juntas e seus suplentes é feita por um período de dois anos, findo o qual poderão ser reconduzidos.

§ 2.º Os presidentes das Juntas e seus suplentes, uma vez reconduzidos, serão conservados enquanto bem servirem, só podendo ser oemittidos por falta que os torne incompatíveis com o exercício do cargo, apurada pelo Conselho Nacional do Trabalho em inquérito administrativo, facultada, porém, a sua suspensão prévia pela autoridade imediatamente superior quando motivos graves, devidamente justificados, determinarem essa providência.

Art. 637. Os presidentes das Juntas e seus suplentes tomarão posse do cargo perante o presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição.

§ 1.º Nos Estados em que não houver sede do Conselho a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal de Apelação, que remeterá o respectivo termo ao presidente do Conselho Regional da jurisdição do mepossado.

§ 2.º No Território do Acre a posse dar-se-á perante o juiz de direito da capital, que procederá na forma prevista no § 1.º.

Art. 638. Nos impedimentos dos presidentes das Juntas, cabe aos seus suplentes substituí-los em todas as suas funções.

Parágrafo único. A substituição far-se-á de acordo com as seguintes normas:

a) nos casos de licença, morte ou renúncia, será o suplente convocado pelo presidente do Conselho Regional sob cuja jurisdição estiver a Junta;

b) nos demais casos, mediante convocação do próprio presidente ou comunicação do secretário da Junta, o suplente assumirá imediatamente o exercício, ciente o presidente do Conselho Regional.

Art. 639. Os presidentes das Juntas perceberão os vencimentos fixados em lei. Os seus suplentes, quando os substituírem, terão igual remuneração.

Art. 640. São deveres precípuos dos presidentes das Juntas, além dos que decorram do exercício de sua função:

a) manter perfeita conduta pública e privada;
b) abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou tenham de ser submetidos à sua apreciação;

c) residir dentro dos limites de sua jurisdição, não podendo ausentar-se sem licença do presidente do Conselho Regional.

Art. 641. Competem privativamente aos presidentes das Juntas, além das que lhe forem conferidas neste regulamento e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

I, presidir as audiências das Juntas;
II, executar as suas próprias decisões, as proferidas pela Junta e aquelas cuja execução lhes for nomeada;

III, dar posse aos vogais nomeados para a Junta, ao secretário e aos demais funcionários da Secretaria;

IV, convocar os suplentes dos vogais, no impedimento destes;

V, representar ao presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição, no caso de falta de qualquer vogal a três reuniões consecutivas, sem motivo justificado, para os fins do art. 727;

VI, despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recorrida antes da remessa ao Conselho Regional, ou submetendo-os à decisão da Junta, no caso do art. 897;

VII, assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários da Junta.

SECÇÃO IV

Das vogais das Juntas

Art. 642. Os vogais das Juntas são designados pelo presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição.

Art. 643. Para o exercício da função de vogal de Junta ou suplente destes são exigidos os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro nato;
b) ter reconhecida idoneidade moral;
c) ser maior de 25 anos;
d) estar no gozo dos direitos civis e políticos;
e) estar quite com o serviço militar;
f) contar mais de dois anos de efetivo exercício da profissão, ou estar no desempenho de representação profissional prevista em lei.

Parágrafo único. A prova da qualidade profissional, a que se refere a alínea f deste artigo, é feita mediante declaração do respectivo sindicato.

Art. 644. A escolha dos vogais das Juntas e seus suplentes faz-se dentre os nomes constantes das listas que, para esse efeito, forem encaminhadas pelas associações sindicais de primeiro grau ao presidente do Conselho Regional.

§ 1.º Para esse fim, cada sindicato de empregadores e de empregados, com sede na jurisdição da Junta, procederá, na ocasião determinada pelo presidente do Conselho Regional, à escolha de três nomes que comporão a lista.

§ 2.º Recebidas as listas pelo presidente do Conselho Regional, designará este, dentro de cinco dias, os nomes dos vogais e dos respectivos suplentes, expedindo para cada um deles um título, mediante a apresentação do qual será empossado.

§ 3.º Dentro de quinze dias, contados da data da posse, pode ser contestada a investidura do vogal ou do suplente, por qualquer interessado, sem efeito suspensivo, por meio de representação escrita, dirigida ao presidente do Conselho Regional.

§ 4.º Recebida a contestação, o presidente do Conselho designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir testemunhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contestação a julgamento na primeira sessão do Conselho.

§ 5.º Se o Conselho julgar procedente a contestação, o presidente fará nova designação dentre os nomes constantes das listas a que se refere este artigo.

Art. 645. A investidura dos vogais das Juntas e seus suplentes é de dois anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período.

§ 1.º Na hipótese da dispensa do vogal, a que alude este artigo, assim como nos casos de impedimento, morte, ou renúncia, sua substituição far-se-á pelo suplente, ou mediante convocação do presidente da Junta.

§ 2.º Na falta do suplente, por impedimento, morte, ou renúncia, serão designados novo vogal e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 644, servindo os designados até o fim do período.

Art. 646. Os vogais das Juntas e seus suplentes tomam posse perante o presidente da Junta em que tem de funcionar.

Art. 647. Enquanto durar sua investidura, gozam os vogais das Juntas e seus suplentes das prerrogativas asseguradas aos jurados.

Art. 648. Por audiência a que comparecerem, até ao máximo de vinte por mês, os vogais das Juntas e seus suplentes perceberão a gratificação fixada em lei.

Art. 649. São prerrogativas dos vogais das Juntas, além das referidas no art. 647:

a) tomar parte nas reuniões do tribunal a que pertencam;
b) aconselhar às partes a conciliação;

c) votar no julgamento dos feitos e nas matérias de ordem interna do tribunal submetidas às suas deliberações;

d) pedir vista dos processos pelo prazo de vinte e quatro horas;

e) formular, por intermédio do presidente, aos litigantes, testemunhas e peritos, as perguntas que quiserem fazer, para esclarecimento do caso.

CAPÍTULO III

DOS JUIZOS DE DIREITO

Art. 650. Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.

Art. 651. A competência dos Juízos de Direito, quando investidos na administração da Justiça do Trabalho, é a mesma das Juntas de Conciliação e Julgamento, na forma da secção II deste capítulo.

§ 1.º Nas localidades onde houver mais de um Juízo de Direito a competência é determinada, entre os juizes do civil, por distribuição ou pela divisão judiciária local, na conformidade da lei de organização respectiva.

§ 2.º Quando o critério de competência da lei de organização judiciária for diverso do previsto no parágrafo anterior, será competente o juiz do civil mais antigo.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS REGIONAIS DO TRABALHO

SECÇÃO I

Da composição e do funcionamento

Art. 652. Cada Conselho Regional tem a seguinte composição:

a) um presidente;
b) quatro vogais, sendo um representante dos empregadores, outro dos empregados e os demais alheios aos interesses profissionais.

Parágrafo único. Há um suplente para o presidente e um para cada vogal.

Art. 653. Para os trabalhos dos Conselhos Regionais existe a mesma incompatibilidade prevista no art. 639, sendo idêntica a forma de sua resolução.

Art. 654. Os Conselhos Regionais deliberam sempre com a presença do presidente e de, pelo menos, três vogais.

§ 1.º A instrução dos processos e a conciliação poderão realizar-se com a presença de qualquer número de vogais, sendo indispensável a presença do presidente.

§ 2.º Nas deliberações do Conselho, o presidente terá somente voto de qualidade.

Art. 655. A ordem das sessões dos Conselhos Regionais será estabelecida no respectivo regimento interno.

SECÇÃO - II

Da jurisdição e competência

Art. 656. Para o efeito da jurisdição dos Conselhos Regionais o território nacional é dividido nas oito regiões seguintes:

1.ª Região — Distrito Federal e Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

2.ª Região — Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso;

3.ª Região — Estados de Minas Gerais e Goiás;

4.ª Região — Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

5.ª Região — Estados da Bahia e Sergipe;

6.ª Região — Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;

7.ª Região — Estados do Ceará, Piauí e Maranhão;

8.ª Região — Estados do Amazonas, Pará e Território do Acre.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais tem sede no Distrito Federal (1.ª Região) e nas seguintes cidades: São Paulo (2.ª Região), Belo Horizonte (3.ª Região), Porto Alegre (4.ª Região), Salvador (5.ª Região), Recife (6.ª Região), Fortaleza (7.ª Região) e Belém do Pará (8.ª Região).

Art. 657. Os Conselhos Regionais classificam-se em duas categorias:

1.ª categoria — os das 1.ª e 2.ª Regiões;

2.ª categoria — os das demais Regiões.

Art. 658. O número de regiões, a jurisdição e a categoria dos Conselhos Regionais, estabelecidos nos artigos anteriores, somente podem ser alterados pelo Presidente da República.

Art. 659. A competência dos Conselhos Regionais determina-se pela forma indicada no art. 633 e seus parágrafos e, nos casos de dissídio coletivo, pelo local onde este ocorrer.

Art. 660. Compete aos Conselhos Regionais:

a) conciliar e julgar, originariamente, os dissídios coletivos que ocorrerem dentro das respectivas jurisdições;

b) homologar os acordos celebrados nos dissídios coletivos a que se refere a alínea anterior;

c) estender as suas decisões, nos casos previstos nos arts. 871 e 872;

- d) rever as próprias decisões, proferidas em dissídios coletivos;
 e) conciliar e julgar, originariamente, os dissídios sobre contratos coletivos de trabalho;
 f) julgar, em segunda e última instância, os inquéritos para apuração de falta grave;
 g) julgar, em segunda e última instância, os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregados;
 h) decidir os conflitos de jurisdição suscitados entre Juntas e Juízos de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho, ou entre esses, dentro das respectivas regiões;
 i) julgar as contestações à investidura dos vogais designados para as Juntas;
 j) impor multas e demais penalidades, relativas aos atos de sua competência, e julgar os recursos interpostos das decisões das Juntas que as impuseram.

Art. 661. Compete, ainda, aos Conselhos Regionais:

- a) deprecar às Juntas e aos Juízos de Direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;
 b) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;
 c) declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;
 d) julgar as suspeições arguidas contra seus membros;
 e) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
 f) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
 g) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição.

SECÇÃO III

Dos presidentes dos Conselhos Regionais

Art. 662. Os presidentes dos Conselhos Regionais e seus suplentes têm exercício por dois anos e são nomeados pelo Presidente da República entre juristas, de reconhecida idoneidade moral, especializados em questões sociais.

Parágrafo único. Aos presidentes dos Conselhos Regionais aplica-se o disposto no § 2.º do art. 636.

Art. 663. Os presidentes dos Conselhos Regionais tomarão posse perante o presidente do Tribunal de Apelação dos Estados em que tiver sede o Conselho, salvo o do Distrito Federal, que será empossado pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 664. Competem privativamente aos presidentes dos Conselhos Regionais, além das que forem conferidas neste regulamento e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

- I, designar os vogais das Juntas e seus suplentes, em conformidade com o estabelecido neste regulamento;
- II, dar posse aos presidentes das Juntas e seus suplentes e aos vogais e respectivos suplentes do próprio Conselho;
- III, presidir as sessões do Conselho;
- IV, presidir as audiências de conciliação nos dissídios coletivos;
- V, promover a execução das suas próprias decisões e das proferidas pelo Conselho;
- VI, convocar suplentes dos vogais do Conselho, nos impedimentos destes;
- VII, representar ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho contra os vogais, no caso previsto no art. 727;
- VIII, despachar os recursos interpostos pelas partes;
- IX, requisitar às autoridades competentes, nos casos de dissídio coletivo, a força necessária, sempre que houver ameaça de perturbação da ordem;
- X, exercer correição, pelo menos, uma vez por ano, sobre as Juntas e solicitá-la, sempre que julgar conveniente, ao presidente do Tribunal de Apelação, relativamente aos Juízos de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;
- XI, distribuir os feitos, designando os vogais que os devam relatar;
- XII, designar, dentre os funcionários das Juntas existentes em uma mesma localidade, o que deva exercer a função de distribuidor;
- XIII, assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários do Conselho e da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho.

§ 1.º Na falta ou impedimento do presidente da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao presidente do Conselho Regional designar suplente de outra Junta de igual jurisdição, observada a ordem de antiguidade entre os suplentes desimpedidos.

§ 2.º Na falta ou impedimento do vogal da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao presidente do Conselho Regional designar suplente de outra Junta de igual jurisdição, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante e a ordem de antiguidade dos suplentes desimpedidos.

Art. 665. Nos impedimentos dos presidentes dos Conselhos Regionais, cabe aos seus suplentes substituí-los em todas as suas funções.

§ 1.º Nos casos de licença, morte, ou renúncia, será o suplente convocado pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º Nos demais casos, mediante convocação do próprio presidente do Conselho ou comunicação do secretário deste, o suplente assumirá imediatamente o exercício, ciente o presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

SECÇÃO IV

Dos vogais dos Conselhos Regionais

Art. 666. Os vogais dos Conselhos Regionais são designados pelo Presidente da República.

§ 1.º Aos vogais representantes dos empregadores e dos empregados, nos Conselhos Regionais, aplicam-se as disposições do art. 643.

§ 2.º Para os dois vogais e respectivos suplentes dos Conselhos Regionais, alheios aos interesses profissionais, exigem-se os requisitos referidos nas alíneas a e e do art. 643 e, ainda, que sejam especializados em questões econômicas e sociais.

Art. 667. A escolha dos vogais e suplentes dos Conselhos Regionais, representantes dos empregadores e empregados, é feita dentre os nomes constantes das listas para esse fim encaminhadas ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho pelas associações sindicais de grau superior existentes nas respectivas regiões.

§ 1.º Para o efeito deste artigo, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior, na ocasião determinada pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho, organizará, por maioria de votos, uma lista de três nomes.

§ 2.º O presidente do Conselho Nacional do Trabalho submeterá os nomes constantes das listas ao Presidente da República, por intermédio do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 668. A escolha dos vogais e seus suplentes do Conselho Regional, alheios aos interesses profissionais, compete livremente ao Presidente da República.

Art. 669. Os vogais dos Conselhos Regionais tomam posse perante o respectivo presidente.

Art. 670. Aos vogais dos Conselhos Regionais aplicam-se as disposições do art. 645, sendo a nova escolha feita dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 667, ou na forma indicada no art. 668 e, bem assim, as dos arts. 647 e 649.

Art. 671. Por sessão a que comparecerem, até ao máximo de 12 por mês, perceberão os vogais dos Conselhos Regionais a gratificação fixada em lei.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

SECÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 672. O Conselho Nacional do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, é o tribunal superior da Justiça do Trabalho e o órgão de orientação, fiscalização e recursos das instituições da previdência social, na forma do presente regulamento.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Trabalho é, igualmente, órgão consultivo do Governo em matéria de legislação social.

Art. 673. O Conselho Nacional do Trabalho funciona na plenitude de sua composição ou por intermédio de duas Câmaras distintas:

- I — Câmara de Justiça do Trabalho;
- II — Câmara de Previdência Social.

Art. 674. Para execução dos serviços que lhes competem, o Conselho Nacional do Trabalho tem os seguintes órgãos:

- I — Departamento de Justiça do Trabalho;
- II — Departamento de Previdência Social;
- III — Serviço Administrativo.

SECÇÃO II

Da composição e funcionamento do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 675. O Conselho compõe-se de um presidente, nomeado em comissão, e 18 membros designados pelo Presidente da República, que, dentre estes, escolherá o primeiro e o segundo vice-presidentes.

Art. 676. Os membros do Conselho serão escolhidos do seguinte modo: quatro dentre empregadores, quatro dentre empregados, quatro dentre funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e das instituições de previdência social a este subordinadas e seis dentre outras pessoas de notório saber, das quais quatro, pelo menos, bachelaréis em direito.

§ 1.º Para a designação dos membros que deverão ser escolhidos dentre empregadores e empregados, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior organizará, por maioria de votos, uma lista de três nomes, remetendo-a ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na época que este determinar.

§ 2.º Na lista de que trata o parágrafo anterior figurarão somente brasileiros natos, de reconhecida idoneidade, maiores de 25 anos, quites com o serviço militar, que estejam no gozo de seus direitos civis e políticos e contem mais de dois anos de efetivo exercício da profissão ou se encontrem no desempenho de representação profissional prevista em lei.

Art. 677. Os membros do Conselho servirão pelo período de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 678. Importará renúncia o não comparecimento do membro do Conselho, sem motivo justificado, a mais de três sessões ordinárias consecutivas, quer do Conselho Pleno, quer da Câmara.

§ 1.º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o presidente do Conselho comunicará imediatamente o fato ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de que seja feita a substituição do membro renunciante.

§ 2.º Para os efeitos do parágrafo anterior, a escolha do substituto será feita dentre os nomes constantes das listas de que trata o art. 676, § 1.º, se se tratar de representante de empregadores ou de empregados.

Art. 679. Nos casos de interrupção de exercício de qualquer membro do Conselho em virtude de licença por prazo superior a 90 dias, o Presidente da República designará o seu substituto interino, que deverá ter os mesmos requisitos exigidos para a designação do substituído.

Art. 680. Cada uma das Câmaras será composta de nove membros, inclusive o respectivo presidente.

Parágrafo único. A Câmara de Justiça do Trabalho será presidida pelo 1.º vice-presidente e a Câmara de Previdência Social pelo 2.º vice-presidente.

Art. 681. Para que possam deliberar, deverão reunir, no mínimo, o Conselho Pleno, dez de seus membros, e as Câmaras cinco, além dos respectivos presidentes.

Art. 682. O Conselho Pleno e as Câmaras reunir-se-ão em dias previamente fixados pelos respectivos presidentes, os quais poderão, sempre que for necessário, convocar sessões extraordinárias.

Art. 683. As sessões do Conselho Pleno e das Câmaras serão públicas e começarão às 14 horas, terminando às 17 horas; mas poderão ser prorrogadas pelos respectivos presidentes, em caso de manifesta necessidade.

§ 1.º As sessões extraordinárias, convocadas pelo presidente do Conselho ou pelos presidentes das Câmaras, só se realizarão quando forem comunicadas aos seus membros com 24 horas, no mínimo, de antecedência.

§ 2.º Nas sessões do Conselho Pleno e das Câmaras os debates poderão tornar-se secretos, desde que, por motivo de interesse público, assim resolva a maioria de seus membros.

SECÇÃO III

Da competência do Conselho Pleno

Art. 684. Compete ao Conselho Pleno:

- julgar os recursos das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho proferidos em processos de sua competência originária;
- julgar os conflitos de jurisdição entre a Câmara de Justiça do Trabalho e a Câmara de Previdência Social;
- julgar as suspeições arquivadas contra os seus membros ou contra o presidente do Conselho Nacional do Trabalho;
- responder às consultas formuladas pelos ministros de Estado sobre questões de legislação referentes ao trabalho e à previdência social;
- opinar, quando solicitado, sobre os projetos de leis e regulamentos e outros atos que o Governo tenha de expedir relativamente aos assuntos mencionados na alínea anterior e propôr ao Governo as medidas que julgar convenientes;
- elaborar as tabelas de custas de execução e fixar a divisão das custas dos Juizes de Direito;
- elaborar o seu regimento interno e o dos Conselhos Regionais.

SECÇÃO IV

Da competência da Câmara de Justiça do Trabalho

Art. 685. A Câmara de Justiça do Trabalho compete originariamente:

- conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Conselhos Regionais;
- estender suas decisões nos dissídios a que se refere a alínea anterior;
- rever as próprias decisões proferidas em dissídios coletivos;
- impôr multas e outras penalidades, nos atos de sua competência.

Art. 686. Compete à Câmara de Justiça do Trabalho, em única instância:

- homologar os acordos celebrados nos dissídios de que trata a alínea a do artigo anterior;
- julgar os conflitos de jurisdição entre Conselhos Regionais, bem como os que se suscitarem entre as autoridades da Justiça do Trabalho sujeitas à jurisdição de Conselhos Regionais diferentes;
- estabelecer prejudgado somente quando requerido pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 687. Compete, ainda, à Câmara de Justiça do Trabalho julgar, em última instância, os recursos ordinários e extraordinários das decisões proferidas pelos Conselhos Regionais, nos casos previstos no título subsequente.

SECÇÃO V

Da competência da Câmara de Previdência Social

Art. 688. A Câmara de Previdência Social funcionará como órgão de recursos das decisões dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, competindo-lhe julgar, em última instância, atendidos os

prazos e as condições estabelecidas na legislação referente às mencionadas instituições:

- os recursos, interpostos pelos segurados, beneficiários, e presidentes das referidas instituições, das decisões proferidas nos processos em que forem interessados;
- os recursos interpostos pelos empregadores, das decisões que lhe impuzerem multa ou exigirem o recolhimento de contribuições;
- os recursos interpostos pelos empregados das aludidas instituições, das decisões lesivas de direito inerente ao respectivo cargo ou função;
- as revisões dos processos de benefícios requeridas ou promovidas dentro do prazo de cinco anos.

SECÇÃO VI

Das atribuições do presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 689. Incumbe ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho:

- superintender todos os serviços do Conselho;
- presidir as sessões do Conselho Pleno;
- designar os membros que devam servir nas Câmaras;
- convocar, quando houver matéria em pauta de julgamento, ou quando se fizer necessário, as sessões do Conselho Pleno;
- expedir instruções e adotar as providências necessárias para o bom funcionamento do Conselho, dos demais órgãos da Justiça do Trabalho e dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões;
- fazer cumprir as decisões do Conselho, determinando aos Conselhos Regionais e aos demais órgãos da Justiça do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias;
- submeter ao Conselho Pleno os processos em que tenha de deliberar, e designar na forma do regimento interno, os respectivos relatores;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares referentes aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, neles intervindo *ex-officio* ou mediante representação, e podendo determinar o afastamento de administradores, ou solicitá-lo ao Governo quando forem de nomeação deste;
- nomear os interventores na hipótese prevista na alínea anterior;
- despachar com os diretores dos Departamentos e com o chefe do Serviço Administrativo os processos ou papéis que dependam de sua resolução ou assinatura;
- impor penas disciplinares até a de suspensão por 30 dias;
- apresentar anualmente ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março, o relatório das atividades do Conselho e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho;
- designar, dentre os funcionários do Conselho, o seu secretário e os do Conselho Pleno e das Câmaras;
- determinar, quando solicitado por Instituto ou Caixa, que funcionários do Conselho lhe prestem assistência ou orientem serviços relativos à sua especialidade, desde que assim se torne necessário à boa execução dos aludidos serviços;
- expedir, *ad referendum* do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio instruções para aplicação das reservas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e despachar nas mesmas condições, os processos de aquisição de imóveis sujeitos a apreciação do Conselho;
- aprovar o plano anual de distribuição da contribuição da União, as propostas da criação de carteiras e os orçamentos, relatórios, tomadas de contas, regimentos internos e eleição das Juntas e Conselhos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões bem como autorizar a modificação parcial do referidos orçamentos;
- julgar os recursos interpostos das decisões do Departamento de Previdência Social;
- conceder licença e férias aos presidentes e membros dos órgãos da Justiça do Trabalho.

SECÇÃO VII

Das atribuições do 1.º vice-presidente

Art. 690. Incumbe ao 1.º vice-presidente:

- substituir o presidente do Conselho nas suas faltas e impedimentos;
- presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Justiça do Trabalho e designar na forma do regimento interno, os relatores dos processos submetidos à sua deliberação;
- presidir à instrução dos processos de competência da Câmara;
- presidir a audiência de conciliação nos dissídios coletivos de competência da Câmara;
- praticar, em geral, todos os atos administrativos necessários ao perfeito desempenho de suas atribuições

SECÇÃO VIII

Das atribuições do 2.º vice-presidente

Art. 691. Incumbe ao 2.º vice-presidente:

- substituir, nas suas faltas e impedimentos, o presidente do Conselho Nacional do Trabalho, dada a ausência do 1.º vice-presidente;

b) presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Previdência Social, e designar, na forma do regimento interno, os relatores dos processos submetidos à sua deliberação;

c) presidir as eleições dos Conselhos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões;

d) praticar em geral todos os atos administrativos necessários ao perfeito desempenho das suas atribuições.

SECÇÃO IX

Dos órgãos administrativos do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 692. O Departamento de Justiça do Trabalho (DJ) compreende:

I. Divisão de Processo (DP), constituída por duas secções:

a) Secção de Dissídios Individuais (SDI);

b) Secção de Dissídios Coletivos (SDC);

II. Divisão de Controle Judiciário (DCJ), constituída por duas secções:

a) Secção de Administração Judiciária (SAJ);

b) Secção de Estatística Judiciária (SEJ).

Art. 693. O Departamento de Previdência Social (DPS) compreende:

I. Divisão de Coordenação e Recursos (DCR), constituída por duas Secções:

a) Secção e órgão de Administração (SOA);

b) Secção de Recursos de Benefícios (SRB);

II. Divisão de Contabilidade (DC) constituída por três Secções:

a) Secção de Receita e Despesa (SRD);

b) Secção de Controle Patrimonial (SCP)

c) Secção de Centralização Contábil (SCC);

III. Divisão de Fiscalização (DF).

IV. Divisão Imobiliária (DI).

Art. 694. O Serviço Administrativo (SA) compreende:

a) Secção de Comunicações (SC);

b) Secção de Pessoal e Material (SPM);

c) Secção de Taquigrafia e Datilografia (STD);

d) Secção de Atas e Acórdãos (SAA);

e) Secção de Legislação e Jurisprudência (SLJ).

Art. 695. Serão dirigidos ou chefiados:

a) os Departamentos e as Divisões, por diretores, nomeados em comissão;

b) o Serviço Administrativo, por um chefe, nomeado em comissão;

c) as Secções, por chefes, designados pelo diretor da correspondente Divisão, e quanto ao Serviço Administrativo, pelo chefe do mesmo Serviço.

Art. 696. Os diretores de Departamento e o chefe de Serviço Administrativo, serão auxiliados por um secretário, por eles designado.

Art. 697. Ao Departamento da Justiça do Trabalho compete:

1.º por intermédio da Divisão de Processo:

I. Na Secção de Dissídios Individuais:

a) Instruir os processos de recursos de decisões dos Conselhos Regionais, bem como os de conflito de jurisdição nos dissídios individuais;

b) promover as diligências e praticar os demais atos, previstos na lei, relativos aos processos de que trata a alínea anterior.

II. na Secção de Dissídios Coletivos:

a) instruir os processos de dissídios coletivos e de extensão de contratos coletivos, bem como os de conflito de jurisdição em matéria de dissídios coletivos;

b) promover as diligências e praticar os demais atos, previstos em lei, relativos aos processos de que trata a alínea anterior.

2.º Por intermédio da Divisão de Controle Judiciário:

I. Na Secção de Administração Judiciária:

a) registrar a constituição das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Conselhos Regionais do Trabalho, bem assim as modificações que ocorrerem na sua composição;

b) informar sobre anomalias porventura verificadas na constituição ou no funcionamento dos mesmos Conselhos e Juntas, bem como sobre reclamações de seus membros ou de terceiros interessados;

c) instruir os processos referentes a assuntos administrativos dos órgãos da Justiça do Trabalho.

II. Na Secção de Estatística Judiciária:

a) acompanhar a produção dos órgãos da Justiça do Trabalho coligando, para esse fim, cópias das respectivas atas, de sessões ou de audiências, e outros elementos informativos;

b) organizar estatísticas dos processos sujeitos à apreciação dos referidos órgãos, inclusive das respectivas decisões;

c) proceder a estudos sobre a frequência dos dissídios individuais ou coletivos nas diversas regiões do país, para orientar a eficiente distribuição dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Art. 698. Ao Departamento de Previdência Social compete:

1.º por intermédio da Divisão de Coordenação e Recursos:

I. Na Secção de Órgãos de Administração:

a) examinar os processos de eleição dos membros dos Conselhos e Juntas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões;

b) preparar as eleições cuja iniciativa caiba ao Conselho Nacional do Trabalho;

c) fazer o registo das administrações dos Institutos e Caixas;

d) instruir os processos referentes a atos administrativos dos Conselhos e Juntas, ou dos presidentes;

e) instruir os recursos ou reclamações dos membros dos Conselhos e Juntas, ou de terceiros interessados, em matéria administrativa.

II. na Secção de Recursos de Benefícios:

a) instruir os processos de recursos das decisões dos Institutos e Caixas sobre benefícios;

b) manter o registo dos planos de benefícios em vigor e dos coeficientes adotados para a sua concessão.

2.º Por intermédio da Divisão de Contabilidade:

I. Na Secção de Receita e Despesa:

a) instruir os processos de propostas orçamentárias dos Institutos e Caixas;

b) opinar sobre os reforços de verba solicitados;

c) examinar os balancetes e balanços de receita e despesa e, bem assim, os demonstrativos da execução orçamentária, representando sobre as irregularidades encontradas e promovendo as diligências necessárias;

d) instruir os processos relativos a contratos e atos diversos dos Institutos e Caixas que importem em despesa;

e) examinar e registrar os avisos de arrecadação e recolhimento da quota de previdência;

f) fazer a escrituração da conta especial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Banco do Brasil, a que alude o artigo 8.º, § 3.º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, organizando mensalmente uma demonstração do seu movimento;

g) elaborar as demonstrações necessárias para as transferências e fazer da referida conta, para crédito dos Institutos e Caixas;

h) apurar o montante da contribuição suplementar devida pela União e organizar o plano de sua distribuição.

II. Na Secção de Controle Patrimonial:

a) examinar os balancetes patrimoniais dos Institutos e Caixas;

b) examinar os relatórios e balanços anuais e os correspondentes pareceres, com tomada de contas, da Divisão de Fiscalização, para julgamento da Câmara de Previdência Social;

c) registrar os bens patrimoniais constantes dos balancetes e balanços a que se refere a alínea anterior, analisando as variações que ocorrerem;

d) instruir os processos relativos à compra ou alienação de títulos de renda, imóveis e outros bens, assim como os referentes a carteiras prediais de empréstimos simples e de fianças;

e) velar pela liquidação do ativo a realizar dos Institutos e Caixas, instruindo os processos correspondentes, inclusive os de cobrança de débitos de empregadores.

III. Na Secção de Centralização Contábil:

a) centralizar os elementos recebidos dos Institutos e Caixas, preparando, para publicação, orçamentos, balancetes e balanços gerais;

b) organizar quadros analíticos dos orçamentos da receita e despesa verificadas do ativo e do passivo apurados em cada ano;

c) instruir processos referentes a questões de contabilidade dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

3.º Por intermédio da Divisão de Fiscalização:

a) efetuar as tomadas de contas dos Institutos e Caixas;

b) inspecionar os serviços dos Institutos e Caixas, representando sobre deficiências ou irregularidades verificadas em sua organização ou funcionamento;

c) examinar os relatórios e emitir parecer sobre a exatidão dos balanços;

d) executar as intervenções determinadas pelo presidente;

e) proceder a inquéritos e outras diligências nos Institutos e Caixas, ou nas empresas, em questões de previdência social.

4.º Por intermédio da Divisão Imobiliária:

a) instruir os processos relativos à organização de carteiras prediais ou imobiliárias, à compra de terreno ou casa, a construção e outras atividades imobiliárias sujeitas ao pronunciamento da Câmara de Previdência Social;

b) organizar o cadastro de todos os imóveis dos Institutos e Caixas;

c) elaborar projetos e especificações — tipo para casas operárias;

d) proceder a vistoria ou avaliações e inspecionar construções autorizadas pela Câmara, fazendo-as por intermédio do pessoal especializado do serviço ou de profissionais idôneos contratados por conta da instituição interessada;

e) representar sobre quaisquer irregularidades ou erros técnicos verificados em atividades imobiliárias dos Institutos e Caixas.

Art. 699. Em coordenação com os órgãos competentes do Conselho Nacional do Trabalho, o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, terá as seguintes atribuições;

- a) fixar o coeficiente das aposentadorias, pensões e outros benefícios, bem como as taxas de contribuição e de juros, a vigorar nos Institutos e Caixas, cabendo ao Departamento de Previdência Social fornecer anualmente, até 30 de novembro, os elementos necessários;
- b) calcular as reservas técnicas das Caixas, de benefícios concedidos e a conceder, e rever o cálculo dos Institutos;
- c) preparar estatísticas e emprender a organização de tabuas de mortalidade, invalidez e morbidez, com base na experiência dos Institutos e Caixas;
- d) estudar as demais questões de técnica atuarial referentes aos Institutos e Caixas.

Art. 700. Ao Serviço Administrativo compete:

I. Na Secção de Comunicações:

- a) protocolar os papéis entrados na repartição e encaminhá-los aos órgãos competentes, devidamente autuados, quando constituírem peças iniciais de processos, ou com indicação daqueles a que devam ser juntos;
- b) registrar o andamento dos processos ou papéis em trânsito, prestando informações aos demais órgãos e partes interessadas;
- c) arquivar os papéis ou processos findos;
- d) promover a publicação dos acordãos, despachos e outros atos;
- e) registrar e expedir a correspondência da repartição.

II. Na Secção do Pessoal e Material:

- a) executar os serviços de contabilidade pública da repartição;
- b) coligir os dados para os assentamentos do pessoal e fazer os demais serviços conexos;
- c) providenciar sobre a requisição ou aquisição do material permanente e de consumo destinado à repartição e aos demais órgãos da Justiça do Trabalho, bem como promover a sua distribuição;
- d) manter as existências mínimas de material necessário à regularidade dos trabalhos;
- e) promover a limpeza e velar pela conservação da sede da repartição e do respectivo material;
- f) manter a regularidade do serviço e a disciplina do pessoal da portaria.

III. Na Secção de Taquigrafia e Datilografia:

- a) taquigrafar os debates das sessões do Conselho Pleno e das Câmaras;
- b) remeter à Secção de Atas e Acordãos, devidamente traduzidas e autenticadas, cópias das notas taquigráficas das sessões de cada uma das Câmaras e do Conselho Pleno;
- c) arquivar as notas taquigráficas das sessões do Conselho Pleno e das Câmaras;
- d) realizar outros serviços de taquigrafia;
- e) executar os serviços datilográficos de massa da repartição.

IV. Na Secção de Atas e Acordãos:

- a) lavrar, em face das notas taquigráficas, as atas das sessões do Conselho Pleno e das Câmaras, arquivando-as depois de aprovadas;
- b) preparar os acordãos dos processos julgados;
- c) organizar as pautas de julgamento;
- d) anotar a publicação dos acordãos, despachos e outros atos.

V. Na Secção de Legislação e Jurisprudência:

- a) coligir e registrar a legislação, bem como os julgados do Conselho Pleno, das Câmaras e de outros tribunais e autoridades, inclusive os atos do ministro, em questões de previdência social;
- b) fazer a emenda desses julgados, decisões ou atas, para efeito de divulgação oficial da jurisprudência;
- c) fornecer, periodicamente, ou quando solicitado aos demais órgãos, cópia do ementário da jurisprudência;
- d) manter a biblioteca especializada da repartição, conservando atualizado o respectivo catálogo.

Art. 701. A cada um dos dittores de Departamento incumbe:

- a) responder perante o presidente do Conselho Nacional do Trabalho pela regularidade dos serviços a cargo do Departamento;
- b) designar o seu secretário;
- c) distribuir, pelas Divisões, o pessoal lotado no Departamento;
- d) despachar, com os diretores de Divisão, resolvendo sobre as diligências necessárias à perfeita instrução dos processos;
- e) propor, admitir ou dispensar, na forma da legislação em vigor, o pessoal extranumerário;
- f) impor penas disciplinares, até à de suspensão por 15 dias;
- g) determinar a instauração de processo administrativo;
- h) arbitrar gratificações pela execução de trabalho extraordinário, bem como ajudas de custo e diárias;
- i) requisitar transporte para os que tenham de viajar em objeto de serviço;
- j) prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários, sempre que houver necessidade;
- k) designar seu substituto para os impedimentos ocasionais bem como os dos diretores de Divisão;
- l) mandar passar, por despacho assinado, as certidões requeridas, que deverão ser autenticadas pelo diretor da Divisão respectiva;
- m) comparecer, quando for convocado ou julgar conveniente, às sessões da Câmara ou do Conselho Pleno;

n) encaminhar à Procuradoria, uma vez terminada a instrução, os processos em que a mesma deva officiar;

o) fazer conclusos ao presidente da Câmara os processos a incluir em pauta;

p) submeter ao presidente do Conselho, em despacho, os processos ou papéis que dependam de sua resolução ou assinatura;

q) apresentar, anualmente, ao presidente do Conselho, no mês de fevereiro, o relatório das atividades do Departamento durante o ano anterior;

r) expedir instruções e determinar as providências necessárias para perfeita execução dos serviços a cargo do Departamento.

Parágrafo único. Ao Chefe do Serviço Administrativo incumbe, no que for compatível com a organização e a competência do Serviço, o exercício das atribuições mencionadas neste artigo.

Art. 702. Ao diretor do Departamento de Previdência Social incumbe, especialmente:

a) opinar nos processos de orçamento dos Institutos e Caixas e em outros sujeitos à deliberação da Câmara de Previdência Social, do presidente desta ou do Conselho;

b) aprovar o plano anual de tomadas de contas dos Institutos e Caixas e a escala de serviço dos fiscais de Previdência;

c) determinar a execução, pelo pessoal das Divisões, de diligências ou verificações nos Institutos e Caixas, em matéria especializada;

d) requisitar diretamente aos presidentes dos Institutos e Caixas os elementos ou informações de que necessitar o Departamento;

e) decidir os assuntos de ordem administrativa dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões que dependem de autorização ou aprovação do Conselho, não incluídos na competência dos demais órgãos.

Art. 703. Aos diretores de Divisão incumbe:

a) orientar e fiscalizar a execução dos serviços e cargo da Divisão, elaborando instruções e propondo ao diretor do Departamento as medidas que julgar convenientes para eficiência ou regularidade dos mesmos serviços;

b) distribuir, pelas Secções, o pessoal destacado para a Divisão;

c) designar os chefes de Secção;

d) aplicar penas disciplinares de advertência ou suspensão e representar ao diretor do Departamento quando a penalidade não couber na sua alçada;

e) aprovar a escala de férias do pessoal subordinado;

f) assinar o expediente relativo a assuntos de competência da Divisão;

g) encerrar o ponto do pessoal subordinado.

Parágrafo único. Ao diretor da Divisão de Fiscalização de Departamento de Previdência Social, incumbe especialmente:

a) organizar, anualmente, o plano de tomadas de contas dos Institutos e Caixas e a escala de serviço dos fiscais de Previdência;

b) promover a concessão de ajudas de custo, diárias e transporte aos fiscais de Previdência, quando designados para procederem a tomadas de contas ou diligências fora do Distrito Federal;

c) examinar os relatórios apresentados pelos fiscais de Previdência, bem como os pareceres por estes emitidos sobre os balanços anuais dos Institutos e Caixas, opinando sobre as respectivas conclusões;

d) opinar sobre as representações dos fiscais de Previdência relativamente a irregularidades ou deficiência verificadas na organização ou funcionamento dos Institutos e Caixas;

e) realizar, pessoalmente, quando necessário, atos de inspeção ou quaisquer diligências nos Institutos e Caixas;

Art. 704. Aos chefes de Secção incumbe:

a) promover e fiscalizar a execução dos trabalhos afetos à Secção;

b) pedir a aplicação de penas disciplinares;

c) propor as medidas que julgar necessárias para o bom desempenho dos encargos da Secção;

Art. 705. A cada um dos fiscais de Previdência incumbe:

a) executar, na parte que lhe for cometida, o plano de fiscalização e tomada de contas;

b) assistir, quando julgar conveniente, às reuniões dos órgãos administrativos ou fiscais dos Institutos e Caixas;

c) marcar prazo às referidas instituições, ou respectivas empresas, para cumprimento de disposições legais ou decisões de autoridades competentes, ou para correção de irregularidades verificadas;

d) promover a revisão dos processos de benefícios concedidos irregularmente pelos institutos ou Caixas e de que tenha conhecimento;

e) servir, quando designado pelo presidente do Conselho, como interventor dos Institutos e Caixas;

f) praticar os demais atos decorrentes da competência da Divisão de Fiscalização.

Parágrafo único. Não poderá servir como interventor em Instituto ou Caixa o fiscal de Previdência cuja representação haja suscitado o ato de intervenção.

Art. 706. Aos funcionários e extranumerários, em geral, incumbe executar os encargos ou trabalhos que lhes forem cometidos pelos seus superiores imediatos.

Art. 707. O Conselho Nacional do Trabalho (CNT), terá a lotação que for estabelecida em decreto.

Art. 708. O período normal de trabalho será, no mínimo, de seis horas diárias, exceto aos sábados, quando será de três horas.

§ 1.º Os contínuos e serventes terão a escala que for organizada, obedecendo o mínimo de 44 horas semanais.

§ 2.º Não haverá tolerância em relação ao horário que for estabelecido.

Art. 709. Não ficam sujeitos a ponto o presidente do Conselho e os diretores de Departamento.

Parágrafo único. Os fiscais de Previdência ficam, ~~tambem~~, isentos da assinatura do ponto, devendo o seu comparecimento ao serviço ser consignado em boletim diário de frequência.

CAPÍTULO VI

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SECÇÃO I

Da Secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento

Art. 710. Cada Junta tem uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer a função de secretário.

Art. 711. Compete à Secretaria das Juntas:

a) o recebimento, a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados;

b) a manutenção do protocolo de entrada e saída dos processos e demais papéis;

c) o registo das decisões;

d) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos cuja consulta lhes facilitará;

e) a abertura de vista dos processos às partes, na própria Secretaria;

f) a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos;

g) o fornecimento de certidões sobre o que constar dos livros ou do arquivamento da Secretaria;

h) a realização das penhoras e demais diligências processuais;

i) o desempenho dos demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo presidente da Junta, para melhor execução dos serviços que lhe estão afetos.

Art. 712. Compete especialmente aos secretários das Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) superintender os trabalhos da Secretaria, velando pela boa ordem do serviço;

b) cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas do presidente e das autoridades superiores;

c) submeter a despacho e assinatura do presidente o expediente e os papéis que devam ser por ele despachados ou assinados;

d) abrir a correspondência oficial dirigida à Junta e ao seu presidente, a cuja deliberação será submetida;

e) tomar por termo as reclamações verbais, nos casos de dissídios individuais;

f) promover o rápido andamento dos processos, especialmente na fase de execução, e a pronta realização dos atos e diligências deprecadas pelas autoridades superiores;

g) secretariar as audiências da Junta, lavrando as respectivas atas;

h) subscrever as certidões e os termos processuais;

i) dar aos litigantes ciência das reclamações e demais atos processuais de que devam ter conhecimento, assinando as respectivas notificações;

j) executar os demais trabalhos que lhe forem atribuídos pelo presidente da Junta.

SECÇÃO II

Dos distribuidores

Art. 713. Nas localidades em que existir mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento, haverá um distribuidor.

Art. 714. Compete ao distribuidor:

a) a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Junta, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados;

b) o fornecimento, aos interessados, do recibo correspondente a cada feito distribuído;

c) a manutenção de dois fichários dos feitos distribuídos, sendo um organizado pelos nomes dos reclamantes e o outro dos reclamados, ambos por ordem alfabética;

d) o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de informações sobre os feitos distribuídos;

e) a baixa na distribuição dos feitos, quando isto lhe for determinado pelos presidentes das Juntas, formando, com as fichas correspondentes, fichários à parte, cujos dados poderão ser consultados pelos interessados, mas não serão mencionados em certidões.

Art. 715. Os distribuidores são designados pelo presidente do Conselho Regional, dentre os funcionários das Juntas e do Conselho Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo presidente diretamente subordinados.

SECÇÃO III

Do Cartório dos Juízos de Direito

Art. 716. Os Cartórios dos Juízos de Direito, investidos na administração da Justiça do Trabalho tem, para esse fim, as mesmas

atribuições e obrigações conferidas na Secção I às Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Parágrafo único. Nos Juízos em que houver mais de um Cartório, far-se-á entre eles a distribuição alternada e sucessiva das reclamações.

Art. 717. Aos escrivães dos Juízos de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho, competem especialmente as atribuições e obrigações dos secretários das Juntas; e aos demais funcionários dos Cartórios as que couberem nas respectivas funções, dentre as que competem às Secretarias das Juntas, enumeradas no artigo 711.

SECÇÃO IV

Das Secretarias dos Conselhos Regionais

Art. 718. Cada Conselho Regional tem uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer a função de secretário.

Art. 719. Competem à Secretaria dos Conselhos, além das atribuições estabelecidas no art. 711, para a Secretaria das Juntas, mais as seguintes:

a) a conclusão dos processos ao presidente e sua remessa depois de despachados, aos respectivos relatórios;

b) a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Conselho, para consulta dos interessados;

Parágrafo único. No regimento interno dos Conselhos Regionais serão estabelecidas as demais atribuições, o funcionamento e a ordem dos trabalhos de suas Secretarias.

Art. 720. Competem aos Secretários dos Conselhos Regionais as mesmas atribuições conferidas no art. 712 aos secretários das Juntas, além das que lhes forem fixadas no regimento interno dos Conselhos.

SECÇÃO V

Dos oficiais de diligência

Art. 721. Incumbe aos oficiais de diligência da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento dos Conselhos Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos presidentes.

§ 1.º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada oficial de diligência funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento.

§ 2.º Nas localidades onde houver mais de uma Junta a atribuição para a realização do ato deprecado ao oficial de diligência será transferida ao oficial que funcione perante outra Junta, sempre que, após o decurso de 15 dias, não tiver sido realizado o ato.

§ 3.º Para a transferência de atribuições a que alude o parágrafo anterior, adotar-se-á a ordem circular, pela numeração das Juntas, passando para a primeira a transferência que provier da última.

§ 4.º É facultado aos presidentes dos Conselhos Regionais do Trabalho, cometer qualquer oficial de diligências a realização dos atos de execução das decisões desses tribunais.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Do lock-out e da greve

Art. 722. Os empregadores que, individualmente ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades:

a) multa de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros;

b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;

c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargos de representação profissional.

§ 1.º Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas b e c, incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2.º Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica, o presidente do tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades, cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3.º Sem o prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores, ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

Art. 723. Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades:

a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo;

b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;

c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.

Art. 724. Quando a suspensão do serviço ou a desobediência às decisões dos tribunais do Trabalho for ordenada por associação profis-

sional, sindical, ou não, de empregados ou de empregadores, a pena será:

a) se a ordem for ato de assembléa, cancelamento do registo da associação, além da multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), aplicada em dobro, em se tratando de serviço público;

b) se a instigação ou ordem for ato exclusivo dos administradores, perda do cargo, sem prejuízo da pena cominada no artigo seguinte.

Art. 725. Aquele que, empregado ou empregador, ou mesmo estranho às categorias em conflito, instigar à prática de infrações previstas neste capítulo, ou se houver feito cabeça de coligação de empregadores ou de empregados, incorrerá na pena de prisão prevista na legislação penal, sem prejuízo das demais sanções cominadas.

§ 1.º Tratando-se de serviços públicos, ou havendo violência contra pessoa ou coisa, as penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro.

§ 2.º O estrangeiro que incidir nas sanções deste artigo, depois de cumprir a respectiva penalidade, será expulso do país, observados os dispositivos de legislação comuna.

SECÇÃO II

Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho

Art. 726. Aquele que recusar o exercício da função de vogal de Junta de Conciliação e Julgamento ou de Conselho Regional, sem motivo justificado, incorrerá nas seguintes penas:

a) sendo representante de empregadores, multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e suspensão de direito de representação profissional por dois anos a cinco anos;

b) sendo representante de empregados, multa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e suspensão do direito de representação profissional por dois anos a cinco anos.

Art. 727. Os vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou dos Conselhos Regionais, que faltarem a três reuniões ou sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo, além de incorrerem nas penas do artigo anterior.

Parágrafo único. Se a falta for de presidente, incorrerá ele na pena de perda do cargo, além da perda dos vencimentos correspondentes aos dias em que tiver faltado às audiências ou sessões consecutivas.

Art. 728. Aos presidentes, membros, juizes, vogais e funcionários auxiliares da Justiça do Trabalho, aplica-se o disposto no capítulo único do título V da Consolidação das Leis Penais.

SECÇÃO III

De outras penalidades

Art. 729. O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá na multa de Cr\$ 10,00 (cruzeiros) a Cr\$ 50,00 (cruzeiros), por dia, até que seja cumprida a decisão.

§ 1.º O empregador que impedir ou tentar impedir que empregado seu sirva como vogal em Tribunal do Trabalho, ou que perante este preste depoimento, incorrerá na multa de Cr\$ 500,00 (cruzeiros), a Cr\$ 5.000,00 (cruzeiros).

§ 2.º Na mesma pena do parágrafo anterior incorrerá o empregador que dispensar seu empregado pelo fato de haver servido como vogal ou prestado depoimento como testemunha, sem prejuízo da indenização que a lei estabeleça.

Art. 730. Aqueles que se recusarem a depor como testemunhas, sem motivo justificado, incorrerão na multa de Cr\$ 50,00 (cruzeiros), a Cr\$ 500,00 (cruzeiros).

Art. 731. Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 789, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

Art. 732. Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 817.

Art. 733. As infrações de disposições deste título, para as quais não haja penalidades cominadas, serão punidas com a multa de Cr\$ 50,00 (cruzeiros), a Cr\$ 5.000,00 (cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 734. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá rever, *ex-officio* ou mediante representação, dentro do prazo de 90 dias:

a) as decisões da Câmara de Previdência Social, quando proferidas pelo voto de desempate, ou que violarem disposições expressas de direito ou modificarem jurisprudência até então observada;

b) as decisões do presidente do Conselho Nacional do Trabalho, nas matérias a que se referem as alíneas *h*, *i*, *k*, *p*, e *q*, do artigo.

Parágrafo único. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá avocar ao seu conhecimento os assuntos de natureza administrativa referentes às instituições de previdência social, sempre que houver interesse público.

Art. 735. Das decisões proferidas pelo diretor do Departamento de Previdência Social, na matéria a que alude o artigo alínea *e*, cabe recurso para o presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

Parágrafo único. O recurso será interposto no prazo de 15 dias, contados da data da publicação da decisão no órgão oficial, ouvida a Procuradoria da Previdência Social.

Art. 736. As repartições públicas e as associações sindicais são obrigadas a fornecer aos juizes e tribunais do Trabalho e à Procuradoria da Justiça do Trabalho as informações e os dados necessários à instrução e ao julgamento dos feitos submetidos à sua apreciação.

Parágrafo único. A recusa de informações ou dados a que se refere este artigo, por parte de funcionários públicos importa na aplicação das penalidades previstas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos por desobediência.

Art. 737. São isentos de selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

Art. 738. Os créditos resultantes das decisões dos Juizes e Tribunais do Trabalho, serão privilegiados nos processos de falência, insolvência ou concurso de credores.

TÍTULO VII

Do Ministério Público do Trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 739. O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, tendo por função zelar pela exacta observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.

Art. 740. O Ministério Público do Trabalho compõe-se da Procuradoria da Justiça do Trabalho e da Procuradoria de Previdência Social, funcionando como órgão de coordenação entre a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 741. Os procuradores, além dos vencimentos fixados na tabela constante do decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940, continuarão a perceber a percentagem de 8 %, por motivo da cobrança da dívida ativa da União ou de multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho e da previdência social.

Parágrafo único. Essa percentagem será calculada sobre as somas efetivamente arrecadadas e rateada de acordo com as instruções expedidas pelos respectivos procuradores gerais.

Art. 742. Não estão sujeitos a ponto os procuradores gerais e os procuradores.

CAPÍTULO II

DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SECÇÃO I

Da organização

Art. 743. A Procuradoria da Justiça do Trabalho compreende:

a) uma Procuradoria Geral, que funcionará junto ao Conselho Nacional do Trabalho;

b) oito Procuradorias Regionais, que funcionarão junto aos Conselhos Regionais do Trabalho.

Art. 744. As Procuradorias Regionais são subordinadas diretamente ao procurador geral.

Art. 745. A Procuradoria Geral é constituída de um procurador geral e de procuradores.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais compõem-se de um procurador regional, auxiliado, quando necessário, por procuradores adjuntos.

Art. 746. Haverá nas Procuradorias Regionais substitutos de procurador regional e de procurador adjunto, quando o houver, designados previamente por decreto do Presidente da República sem onus para os cofres públicos, e em número igual aos cargos correspondentes na respectiva Procuradoria Regional.

§ 1.º O substituto tomará posse perante o respectivo procurador regional que será a autoridade competente para convocá-lo.

§ 2.º O procurador regional será substituído em suas faltas e impedimentos pelo procurador adjunto, quando houver, e havendo mais de um, pelo que for por ele designado.

§ 3.º Será dispensado, automaticamente, o substituto que não atender a convocação, salvo motivo de doença devidamente comprovada.

§ 4.º Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituto e somente durante o seu impedimento legal.

Art. 747. A nomeação do procurador geral deverá recair em bacharel em ciências jurídicas e sociais, que tenha exercido, por oito ou mais anos, cargo de magistratura ou de Ministério Público, ou a advocacia.

Art. 748. Para a nomeação dos demais procuradores atender-se-á, aos mesmos requisitos estabelecidos no artigo anterior, reduzido a dois anos, no mínimo, o tempo de exercício.

SECÇÃO II

Da competência da Procuradoria Geral

Art. 749. Compete à Procuradoria Geral:

- a) officiar nos processos e questões de trabalho de competência da Câmara de Justiça do Trabalho e do Conselho Pleno;
- b) proceder as diligências e inquéritos determinados pelos tribunais junto aos quais funcione;
- c) recorrer das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho, nos casos previstos em lei;
- d) promover, perante o Juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho;
- e) representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões do Conselho Pleno e da Câmara de Justiça do Trabalho;
- f) prestar às autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as informações que lhe forem solicitadas sobre os dissídios submetidos à apreciação do Conselho e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por eles devam ser atendidas ou cumpridas;
- g) requisitar de quaisquer autoridades inquéritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários ao desempenho de suas atribuições;
- h) defender a jurisdição dos órgãos da Justiça do Trabalho;
- i) suscitar conflitos de jurisdição;
- j) requerer o estabelecimento de prejudgado junto aos tribunais em que funcione.

SECÇÃO III

Da competência das Procuradorias Regionais

Art. 750. Compete às Procuradorias Regionais exercer, dentro da jurisdição do Conselho Regional respectivo, as atribuições indicadas na secção anterior.

SECÇÃO IV

Das atribuições do procurador geral

Art. 751. Como chefe da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, incumbe ao procurador geral:

- a) dirigir os serviços da Procuradoria Geral, orientar e fiscalizar as Procuradorias Regionais, expedindo as necessárias instruções;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e nas da Câmara de Justiça do Trabalho, intervindo nos debates, sempre que se fizer necessário, sem direito a voto, solicitando as requisições ou diligências que julgar convenientes e sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento;
- c) requerer prorrogação das sessões desses Tribunais, quando essa medida for necessária para que se ultime a decisão;
- d) assinar os atos dos referidos tribunais e, bem assim, as suas sentenças e acordãos podendo fazê-lo com restrições sempre que tiver sustentado ponto de vista contrário à decisão;
- e) designar os procuradores que devam representá-lo nas audiências e sessões, delegando-lhes todas as atribuições necessárias a essa função;
- f) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria Geral;
- g) apresentar, até o dia 31 de março, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio relatório dos trabalhos da Procuradoria Geral no ano anterior;
- h) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares na forma da legislação em vigor;
- i) funcionar em Juízo, em primeira ou na superior instância, ou designar os procuradores que o devam fazer;
- j) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da Secretaria, prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

SECÇÃO V

Das atribuições dos procuradores

Art. 752. Incumbe aos procuradores com exercício na Procuradoria Geral:

- a) funcionar, por designação do procurador geral, nas audiências e sessões da Câmara de Justiça do Trabalho, do Conselho Pleno;
 - b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador geral.
- Parágrafo único. Aos procuradores é facultado, nos processos em que officiaem, requerer ao procurador geral as diligências e investigações necessárias.

SECÇÃO VI

Das atribuições dos procuradores regionais

Art. 753. Incumbe aos procuradores regionais:

- a) dirigir os serviços da respectiva Procuradoria;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Regional e nas audiências, opinando verbalmente sobre a matéria em debate e inquirindo os litigantes, testemunhas e peritos;

c) apresentar, semestralmente, ao procurador geral, um relatório das atividades da respectiva Procuradoria, bem como dados e informações sobre a administração da Justiça do Trabalho na respectiva região;

- d) requerer e acompanhar perante as autoridades administrativas ou judiciárias as diligências necessárias à execução das medidas e providências ordenadas pelo procurador geral;
- e) prestar ao procurador geral as informações necessárias sobre os feitos em andamento e consultá-lo nos casos de dúvida;
- f) funcionar em Juízo, na sede do respectivo Conselho Regional;
- g) exercer as atribuições constantes das alíneas b, c, d, e e do artigo.

Art. 754. Incumbe aos procuradores adjuntos das Procuradorias Regionais:

- a) funcionar, por designação do procurador regional, nas audiências do presidente do Conselho Regional;
- b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador regional.

SECÇÃO VII

Da Secretaria

Art. 755. A Secretaria da Procuradoria Geral funciona sob a direção do funcionário que for designado para o cargo de secretário e terá o pessoal designado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 756. Compete à Secretaria:

- a) receber, registrar e encaminhar os processos ou papéis entrados;
- b) classificar e arquivar os pareceres e outros papéis;
- c) prestar informações sobre os processos ou papéis sujeitos à apreciação da Procuradoria;
- d) executar o expediente da Procuradoria;
- e) providenciar sobre o suprimento do material necessário;
- f) desempenhar os demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo procurador geral, para melhor execução dos serviços a seu cargo.

Art. 757. Nas Procuradorias Regionais os trabalhos a que se refere o artigo anterior serão executados pelos funcionários para esse fim designados.

CAPITULO III

DA PROCURADORIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SECÇÃO I

Da organização

Art. 758. A Procuradoria de Previdência Social compõe-se de um procurador geral e de procuradores.

Art. 759. Para a nomeação do procurador geral e dos demais procuradores atender-se-á ao disposto nos arts. 747 e 748.

SECÇÃO II

Da competência da Procuradoria

Art. 760. Compete à Procuradoria da Previdência Social:

- a) officiar nos processos que tenham de ser sujeitos à decisão da Câmara de Previdência Social e do Conselho Pleno em matéria referente à previdência social;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e da Câmara de Previdência Social, opinando verbalmente sobre a matéria jurídica a examinar;
- c) opinar nos processos sujeitos à apreciação do presidente do Conselho ou que transitarem pelo Departamento de Previdência Social e em que houver matéria jurídica a examinar ou for suscitada dúvida de ordem legal;
- d) funcionar, em primeira instância, nas ações propostas contra a União, no Distrito Federal, para anulação dos atos e decisões do Conselho em matéria de previdência social, recebendo a primeira citação;
- e) fornecer ao Ministério Público as informações por este solicitadas em virtude de ações propostas nos Estados ou no Território do Acre para execução ou anulação das decisões do Conselho em matéria de previdência social;
- f) promover em juízo, no Distrito Federal, qualquer procedimento necessário ao cumprimento das decisões do Conselho, em matéria de previdência social, inclusive a cobrança de multas;
- g) recorrer das decisões do presidente do Conselho Nacional do Trabalho e do diretor do Departamento de Previdência Social e requerer revisão das decisões da Câmara de Previdência Social nos casos previstos em lei.

SECÇÃO III

Das atribuições do procurador geral

Art. 761. Como chefe da Procuradoria Geral de Previdência Social, incumbe ao procurador geral:

- a) dirigir os serviços da Procuradoria Geral, expedindo as necessárias instruções;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e nas da Câmara de Previdência Social, intervindo nos debates, sempre que se fizer ne-

cessário, sem direito a voto, solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito à vista do processo em julgamento;

c) requerer prorrogação das sessões desses Tribunais, quando essa medida for necessária para que se ultime a decisão;

d) assinar os atos dos referidos tribunais e, bem assim, as suas sentenças e acordãos, podendo fazê-lo com restrições sempre que tiver sustentado ponto de vista contrário à decisão;

e) designar procuradores que devam representá-lo nas audiências e sessões, delegando-lhes todas as atribuições necessárias a essa função;

f) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria Geral;

g) apresentar, até o dia 31 de março, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio relatório dos trabalhos da Procuradoria Geral no ano anterior;

h) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares na forma da legislação em vigor;

i) funcionar em Juízo, em primeira instância, ou designar os procuradores que devam fazê-lo;

j) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da Secretaria, prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

SECÇÃO IV

Das atribuições dos procuradores

Art. 762. Aos procuradores e demais funcionários incumbe desempenhar os encargos que lhes forem cometidos pelo procurador geral.

Parágrafo único. Aos procuradores é facultado, nos processos em que oficiarem, requerer ao procurador geral as diligências e investigações necessárias.

SECÇÃO V

Da Secretaria

Art. 763. A Procuradoria da Previdência Social terá uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer as funções de secretário.

Art. 764. A Secretaria da Procuradoria Geral funciona sob a direção do funcionário que for designado para o cargo de secretário e terá o pessoal designado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 765. A Secretaria da Procuradoria da Previdência Social compete executar serviços idênticos ao referidos nos arts. 755 e 756.

TÍTULO IX

Do Processo Judiciário do Trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 766. O processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e coletivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á, em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste título.

Art. 767. Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, os juízos e tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2.º Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste regulamento.

§ 3.º É lícito às partes celebrar acordo, que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Art. 768. Os juízos e tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Art. 769. Nos dissídios sobre estipulação de salários, serão estabelecidas condições que, assegurando justo salário aos trabalhadores, permitam, também justa retribuição às empresas interessadas.

Art. 770. A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida com matéria de defesa.

Art. 771. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO EM GERAL

SECÇÃO I

Art. 772. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título.

Art. 773. Os atos processuais serão publicados salvo quando o contrato determinar o interesse público, e realizar-se-ão nos dias úteis, das 6 às 20 horas.

Parágrafo único. A penhora poderá se realizar em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

Art. 774. Os atos e termos processuais poderão ser escritos a tinta ou datilografados.

Art. 775. Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não possam fazê-lo, serão firmados a rogo, na presença de duas testemunhas, sempre que não houver procurador legalmente constituído.

Art. 776. Os termos relativos ao movimento dos processos constarão de simples notas, datadas e rubricadas pelos secretários ou escrivães.

Art. 777. Os prazos previstos neste título contam-se conforme o caso, a partir da data em que for feita verbalmente, ou expedida a notificação daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital na sede do juízo ou tribunal.

Art. 778. Os prazos estabelecidos neste título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz do tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único. Os prazos que se vencerem em domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia útil seguinte.

Art. 779. O vencimento dos prazos será certificado nos processos pelos escrivães ou secretários.

Art. 780. Os requerimentos e documentos apresentados, os atos e termos processuais, as petições ou razões de recursos e quaisquer outros papéis referentes aos feitos formarão os autos dos processos, os quais ficarão sob a responsabilidade dos escrivães ou secretários.

Art. 781. Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos Cartórios ou Secretarias, salvo quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou reanulação.

Art. 782. As partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos, nos Cartórios ou Secretarias.

Art. 783. Os documentos juntos aos autos poderão ser desanexados somente depois de findo o processo, ficando traslado.

Art. 784. As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou secretários.

Parágrafo único. As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho do juiz ou presidente.

Art. 785. São isentos do selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

SECÇÃO III

Da distribuição

Art. 786. A distribuição das reclamações será feita entre as Juntas de Conciliação e Julgamento, ou os Juízos de Direito do Civil, nos casos previstos no art. 651, § 1.º, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.

Art. 787. As reclamações serão registadas em livro próprio, rubricado em todas as folhas pela autoridade a que estiver subordinado o distribuidor.

Art. 788. O distribuidor fornecerá ao interessado um recibo, no qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição.

Art. 789. A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.

Parágrafo único. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao Cartório ou à Secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida no art. 731.

Art. 790. A reclamação escrita deverá ser formulada em duas vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.

Art. 791. Feita a distribuição, a reclamação será remetida pelo distribuidor, à Junta ou Juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.

SECÇÃO IV

Das custas

Art. 792. Nos dissídios do trabalho, individuais ou coletivos, até julgamento, serão calculadas, progressivamente, de acordo com a seguinte tabela:

- a) até Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) 10 % (dez por cento);
- b) de mais de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), até Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), 9 % (nove por cento);
- c) de mais de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) até 1.000,00 (mil cruzeiros) 8 % (oito por cento);
- d) de mais de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) 6 % (seis por cento);
- e) de mais de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até cruzeiros 10.000,00 (dez mil), 4 % (quatro por cento);
- f) de mais de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) 2 % (dois por cento).

§ 1.º Nas Juntas, nos Conselhos Regionais e no Conselho Nacional do Trabalho o pagamento das custas far-se-á em selo federal aposto aos autos. Nos Juízos de Direito, a importância das custas será dividida proporcionalmente entre o juiz e os funcionários que tiverem funcionado no feito, excetuados os distribuidores, cujas custas serão pagas no ato, de acordo com o regimento local.

§ 2.º A divisão a que se refere o parágrafo anterior e as custas da execução serão determinadas em tabelas expedidas pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 3.º As custas serão calculadas da forma seguinte: quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor; quando houver desistência ou arquivamento, sobre o valor do pedido; quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz ou presidente fixar; e, no caso de inquérito administrativo, sobre seis vezes o salário mensal do reclamado ou dos reclamados.

§ 4.º As custas serão pagas pelo vencido ou, em se tratando de inquérito administrativo, pelo empregador, antes da remessa do inquérito ao Conselho Regional. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas será feito em partes iguais pelos litigantes.

§ 5.º Tratando-se de empregado sindicalizado, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.

§ 6.º No caso do não pagamento das custas, far-se-á a execução da respectiva importância segundo o processo estabelecido no capítulo V deste título.

Art. 793. Nos casos de dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas.

SECÇÃO V

Das partes e dos procuradores.

Art. 794. Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

§ 1.º Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio de sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2.º Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

Art. 795. Os maiores de 18 e menores de 21 anos e as mulheres casadas poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais, tutores ou maridos.

Art. 796. Tratando-se de maiores de 14 e menores de 18 anos, as reclamações poderão ser feitas pelos seus representantes legais ou, na falta destes, por intermédio da Procuradoria da Justiça do Trabalho. Nos lugares onde não houver Procuradoria, o juiz ou presidente nomeará pessoa habilitada, para desempenhar o cargo de curador à lide.

SECÇÃO VI

Das execuções

Art. 797. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

Art. 798. As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

§ 1.º Deverá, entretanto, ser declarada *ex-officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.

§ 2.º O juiz, ou tribunal, que se julgar incompetente determinará na mesma ocasião que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.

Art. 799. A nulidade não será pronunciada:

- a) quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
- b) quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Art. 800. O juiz, ou tribunal, que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

Art. 801. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

SECÇÃO VII

Das execuções

Art. 802. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.

§ 1.º As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa.

§ 2.º Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

Art. 803. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas, improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

Art. 804. O juiz, presidente, ou vogal, é obrigado a dar-se de suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes:

- a) inimizade pessoal;
- b) amizade íntima;
- c) parentesco por consanguineidade ou afinidade até o terceiro grau civil;
- d) interesse particular na causa.

Parágrafo único. Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentimento na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que depois de conhecida, aceitou o juiz recusado, ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.

Art. 805. Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou tribunal designará audiência, dentro de 48 horas, para instrução e julgamento da exceção.

§ 1.º Nas Juntas de Conciliação e Julgamento e nos Conselhos Regionais, julgada procedente a exceção de suspeição, será logo convocada para a mesma audiência ou sessão, ou para o seguinte, o supiente do membro suspeito, o qual continuará a funcionar no feito até decisão final. Proceder-se-á da mesma maneira quando algum dos membros se declarar suspeito.

§ 2.º Se se tratar de suspeição de juiz de direito, será este substituído na forma da organização judiciária legal.

SECÇÃO VIII

Dos conflitos de jurisdição

Art. 806. Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre:

- a) Juntas de Conciliação e Julgamento e juizes de direito investidos de administração da Justiça do Trabalho;
- b) Conselhos Regionais;
- c) Juízos e tribunais de Trabalho, e órgãos da Justiça ordinária;
- d) Câmaras de Conselhos Nacionais do Trabalho.

Art. 807. Dar-se-á conflito de jurisdição:

- a) quando ambas as autoridades se considerarem competentes;
- b) quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes.

Art. 808. Os conflitos de jurisdição podem ser suscitados:

- a) pelos juizes e tribunais do Trabalho;
- b) pelo procurador geral e pelos procuradores regionais da Justiça do Trabalho;
- c) pela parte interessada, ou o seu representante.

Art. 809. É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa, exceção de incompetência.

Art. 810. No ato de suscitar o conflito deverá, a parte interessada produzir a prova de existência dele.

Art. 811. Os conflitos de jurisdição de que trata o art. 806 serão resolvidos:

- a) pelos Conselhos Regionais, os suscitados entre Juntas e entre Juízos de Direito, ou entre umas e outros, nas respectivas regiões;
- b) pela Câmara de Justiça do Trabalho, os suscitados entre Conselhos Regionais, ou entre Juntas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Conselhos Regionais diferentes;
- c) pelo Supremo Tribunal Federal, os suscitados entre as autoridades da Justiça do Trabalho e as da Justiça ordinária;
- d) pelo Conselho Pleno, os suscitados entre as Câmaras de Justiça do Trabalho e de Previdência Social.

Art. 812. Nos conflitos de jurisdição entre as Juntas e os Juízos de Direito observar-se-á o seguinte:

I — O juiz ou presidente mandará extrair dos autos as provas do conflito e, com a sua informação, remeterá o processo assim formado no mais breve prazo possível, ao presidente do Conselho Regional competente.

II — No Conselho Regional, logo que der entrada o processo, o presidente determinará a distribuição do feito, podendo o relator ordenar imediatamente às Juntas e aos Juízos, nos casos de conflito positivo, que sobreestejam o andamento dos respectivos processos, e solicitar, ao mesmo tempo, quaisquer informações que julgue convenientes. Seguidamente, será a Procuradoria, após o que o relator submeterá o feito a julgamento, na primeira sessão.

III — Proferida a decisão, será a mesma comunicada, imediatamente, às autoridades em conflito prosseguindo no foro julgado competente.

Art. 813. Aos conflitos de jurisdição entre os Conselhos Regionais aplicar-se-á as normas estabelecidas no artigo anterior.

Art. 814. Nos conflitos suscitados na Justiça do Trabalho entre as autoridades desta e os órgãos da Justiça ordinária, o processo do conflito, formado de acordo com o inciso I do art. 812, será remetido diretamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 815. A ordem processual dos conflitos de jurisdição entre as Câmaras do C.N.T. será a estabelecida no seu regimento interno.

SECÇÃO IX

Das audiências

Art. 816. As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do juízo ou tribunal em dias úteis, previamente fixados, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

§ 1.º Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências mediante edital, afixado na sede do juízo ou tribunal, com a antecedência mínima de 24 horas.

§ 2.º Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, observado o prazo do parágrafo anterior.

Art. 817. As audiências deverão estar presentes, comparecendo com a necessária antecedência, os escrivães ou secretários.

Art. 818. A hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.

Parágrafo único. Se até 15 minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registo das audiências.

Art. 819. O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

Art. 820. O registo das audiências será feito em livro próprio, constando de cada registo os processos apreciados e a respectiva solução, bem como as ocorrências eventuais.

Parágrafo único. O registo das audiências poderão ser fornecidas certidões às partes que o requererem.

SECÇÃO X

Das provas

Art. 821. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

Art. 822. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 1.º Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo, que não saiba escrever.

§ 2.º Em ambos os casos de que este artigo trata, as despesas correrão por conta da parte a quem interessar o depoimento.

Art. 823. As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.

Art. 824. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito administrativo, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.

Art. 825. As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

Art. 826. Se a testemunha for funcionário civil, ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.

Art. 827. O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

Art. 828. As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação ou notificação.

Parágrafo único. As que não comparecerem serão intimadas, *ex-officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do art. 218, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

Art. 829. É facultado a cada uma das partes apresentar um perito ou um técnico.

Art. 830. O juiz ou presidente poderá arguir os peritos compromissados, ou os técnicos, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.

Art. 831. Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregado, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

Art. 832. A testemunha que for parente até ao terceiro grau civil, amigo íntimo, ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

Art. 833. O documento oferecido para prova só será aceito, se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou tribunal.

SECÇÃO XI

Da decisão e sua eficácia

Art. 834. A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irreversível.

Art. 835. Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

§ 1.º Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento.

§ 2.º A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.

Art. 836. Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculos, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, *ex-officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 837. Salvo nos casos previstos nesta consolidação, a publicação das decisões e sua notificação aos litigantes ou a seus patronos, consideram-se realizadas nas próprias audiências em que forem as mesmas proferidas.

Art. 838. O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidos.

Art. 839. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste regulamento.

CAPÍTULO III

DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

SECÇÃO I

Da forma da reclamação e da notificação

Art. 840. Nas localidades em que houver apenas uma Junta de Conciliação e Julgamento ou um escrivão do cível, a reclamação será apresentada diretamente à Secretaria da Junta ou ao Cartório do Juízo.

Art. 841. Nas localidades em que houver mais de uma junta ou mais de um Juízo, ou escrivão do cível, a reclamação será, preliminarmente, sujeita à distribuição na forma do disposto no capítulo I, secção III, deste título.

Art. 842. A reclamação poderá ser apresentada:

- pelos empregados e empregadores, pessoalmente ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe;
- por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.

Art. 843. A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1.º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do presidente da Junta ou do juiz de direito, a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2.º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias, datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 844. Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando e, ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias.

§ 1.º A notificação será feita em registado postal, com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento, ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo.

§ 2.º O reclamante será notificado no ato da apresentação da reclamação ou na forma do parágrafo anterior.

Art. 845. Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

SECÇÃO II

Da audiência de julgamento

Art. 846. Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes.

§ 1.º É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente.

§ 2.º Se por doença ou qualquer outro motivo ponderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

Art. 847. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.

Parágrafo único. Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.

Art. 848. O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

Art. 849. Lida a reclamação, ou dispensada a leitura por ambas as partes, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.

Art. 850. Terminada a defesa, o juiz ou presidente proporá a conciliação.

§ 1.º Se houver acordo, lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2.º Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionalmente sem prejuízo do cumprimento do acordo.

Art. 851. Não havendo acordo, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex-officio* ou a requerimento de qualquer vogal, interrogar os litigantes.

§ 1.º Findo o interrogatório, poderá qualquer dos litigantes retirar-se prosseguindo a instrução com o seu representante.

§ 2.º Serão, a seguir, ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver.

Art. 852. A audiência de julgamento, será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, conclui-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

Art. 853. Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo, não excedente de dez minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou o presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Parágrafo único. O presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos vogais e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão que melhor atenda ao cumprimento da lei, e ao justo equilíbrio entre os votos divergentes e ao interesse social.

Art. 854. Os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.

Parágrafo único. A ata será assinada pelo presidente e pelos vogais, ou pelo juiz, juntando-se ao processo o seu original.

Art. 855. Da decisão serão os litigantes notificados, pessoalmente, ou por seu representante, na própria audiência. No caso de revelia, a notificação far-se-á pela forma estabelecida no § 4.º do art. 844.

SECÇÃO III

Do inquérito para apuração de falta grave

Art. 856. Para a instauração de inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado.

Art. 857. O processo do inquérito perante a Junta ou Juízo obedecerá às normas estabelecidas no presente capítulo, observadas as disposições desta secção.

Art. 858. Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Junta ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado até a data da instauração do mesmo inquérito.

CAPÍTULO IV

DOS DISSÍDIOS COLETIVOS

SECÇÃO I

Da instauração da instância

Art. 859. A instância será instaurada mediante representação escrita ao presidente do tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho.

Art. 860. A representação poderá ser feita pelo empregador ou empregadores interessados, pelos seus sindicatos, ou pelos sindicatos de empregados.

Parágrafo único. Quando não houver sindicato que represente a categoria profissional, poderá a representação ser feita por um terço dos empregados do estabelecimento ou estabelecimentos envolvidos no dissídio.

Art. 861. A representação será apresentada em tantas vias quantos forem os reclamados e deverá conter:

- a) a designação e qualificação dos reclamantes e dos reclamados e a natureza do estabelecimento ou do serviço;
- b) os motivos do dissídio e as bases da conciliação.

Art. 862. No caso do parágrafo único do art. 860, a representação poderá ser escrita ou verbal e deverá indicar o representante ou representantes dos reclamantes.

Parágrafo único. Quando verbal, a representação será feita ao presidente do tribunal ou à Procuradoria da Justiça do Trabalho, sendo reduzida a termo pelo funcionário designado para esse fim.

SECÇÃO II

Da conciliação e do julgamento

Art. 863. Recebida e protocolada a representação, e estando na devida forma, o presidente do tribunal designará a audiência de conciliação, dentro do prazo de dez dias determinando a notificação dos dissidentes, com observância do disposto no art. 844.

Parágrafo único. Quando a instância for instaurada *ex-officio*, a audiência deverá ser realizada dentro do prazo mais breve possível, após o reconhecimento do dissídio.

Art. 864. É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.

Art. 865. Na audiência designada, comparecendo ambas as partes ou seus representantes, o presidente do tribunal as convidará para se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o presidente submeterá aos interessados a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio.

Art. 866. Havendo acordo, o presidente o submeterá à homologação do tribunal na primeira sessão.

Art. 867. Não havendo acordo, ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o presidente submeterá o processo a julgamento, depois de ouvida a Procuradoria.

Art. 868. Sempre que, no decorrer do dissídio houver ameaça de perturbação da ordem, o presidente requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias.

Art. 869. Quando o dissídio ocorrer fora da sede do tribunal, poderá o presidente, se julgar conveniente, delegar à autoridade local as atribuições de que tratam os arts. 863 e 865. Nesse caso, não havendo conciliação, a autoridade delegada encaminhará o processo ao tribunal, fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente.

Art. 870. Da decisão do tribunal serão notificadas as partes, os seus representantes, em registado postal, com franquia, fazendo-se, outrossim a sua publicação no jornal oficial, para ciência dos demais interessados.

SECÇÃO III

Da extensão das decisões

Art. 871. Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

Parágrafo único. O tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a quatro anos.

Art. 872. A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal:

- a) por solicitação de um ou mais empregadores, ou de qualquer sindicato destes;
- b) por solicitação de um ou mais sindicatos de empregados;
- c) *ex-officio*, pelo tribunal que houver proferido a decisão;
- d) por solicitação da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 873. Para que a decisão possa ser estendida, na forma do artigo anterior, torna-se preciso que três quartos dos empregadores e três quartos dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.

§ 1.º O tribunal competente marcará prazo, não inferior a trinta nem superior a sessenta dias, afim de que se manifestem os interessados.

§ 2.º Ouvidos os interessados e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, será o processo submetido ao julgamento do tribunal.

Art. 874. Sempre que o tribunal estender a decisão, marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.

SECÇÃO IV

Do cumprimento das decisões

Art. 875. Celebrado o acordo ou transitada em julgado a decisão, seguir-se-á o seu cumprimento, sob as penas estabelecidas neste regulamento.

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados, juntado certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no capítulo III deste título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.

SECÇÃO V

Da revisão

Art. 876. Decorrido mais de um ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

Art. 877. A revisão poderá ser promovida por iniciativa do tribunal prolator, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, das associações sindicais ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.

Parágrafo único. Quando a revisão for promovida por iniciativa do tribunal prolator ou da Procuradoria, as associações sindicais e o empregador ou empregadores interessados serão ouvidos no prazo de trinta dias. Quando promovida por uma das partes interessadas, serão as outras ouvidas também por igual prazo.

Art. 878. A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvida a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO

SECÇÃO I

Das disposições preliminares

Art. 879. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo, e os acordos, quando não cumpridos, serão executados pela forma estabelecida neste capítulo.

Art. 880. É competente para a execução das decisões o juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.

Art. 881. A execução poderá ser promovida por qualquer interesse, ou *ex-officio* pelo próprio juiz ou presidente do tribunal competente, nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se tratar de decisão dos Conselhos Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 882. Requerida a execução, o juiz ou presidente providenciará imediatamente para que lhe seja presente o respectivo processo.

SECÇÃO II

Do mandado e da penhora

Art. 883. O juiz ou presidente do tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado afim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, em se tratando de pagamento em dinheiro, para que pague em 48 horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

§ 1.º O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2.º A citação será feita pelos oficiais de diligência.

§ 3.º Se o executado, procurado por duas vezes no espaço de 48 horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da junta ou juízo, durante cinco dias.

Art. 884. No caso de pagamento da importância reclamada, será este feito perante o escrivão ou secretário, lavrando-se termo de quitação, em duas vias, assinadas pelo exequente, pelo executado e pelo mesmo escrivão ou secretário, entregando-se a segunda via ao executado e juntando-se a outra ao processo.

Parágrafo único. Não estando presente o exequente, será depositada a importância, mediante guia, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal ou, em falta destes, em estabelecimento bancário idôneo.

Art. 885. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução nomeando bens à penhora, ou depositando a mesma importância, acrescida da correspondente às custas da execução.

Art. 886. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á a penhora dos bens, tantos quantos bastem no pagamento da importância reclamada, juros da mora e custas.

SECÇÃO III

Das embargos à execução e da sua impugnação

Art. 887. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para a impugnação.

§ 1.º A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2.º Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o juiz ou o presidente do tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de cinco dias.

SECÇÃO IV

Do julgamento e dos trâmites finais da execução

Art. 888. Não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz ou presidente conclusos os autos, proferirá sua decisão dentro de cinco dias, julgando subsistente ou insubsistente, a penhora.

Art. 889. Se tiverem sido arroladas testemunhas, finda a sua inquirição em audiência, o escrivão ou secretário fará dentro de 48 horas conclusos os autos do juiz, ou presidente, que proferirá sua decisão, na forma prevista no artigo anterior.

Art. 890. Proferida a decisão serão da mesma notificadas as partes interessadas, em registado postal, com franquia.

Art. 891. Julgada subsistente a penhora, o juiz, ou presidente mandará proceder logo à avaliação dos bens penhorados.

Art. 892. A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz ou presidente do tribunal trabalhista, de conformidade com a tabela a ser expedida pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1.º Não acordando as partes quando a designação do avaliador, dentro de cinco dias após o despacho que a determinou, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.

§ 2.º Os servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador.

SECÇÃO V

Da execução por prestações sucessivas

Art. 893. A execução para pagamento de prestações sucessivas far-se-á com observância das normas constantes desta secção, sem prejuízo das demais estabelecidas neste capítulo.

Art. 894. Nas prestações sucessivas, por tempo determinado a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

Art. 895. Tratando-se de prestações sucessivas, por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Art. 896. Das decisões são admissíveis os seguintes recursos:

- I, embargos;
- II, recurso ordinário;
- III, recurso extraordinário;
- IV, agravo.

§ 1.º Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva.

§ 2.º Da decisão do Conselho Regional que contrariar a jurisprudência de outro Conselho Regional, pode a Procuradoria da Justiça do Trabalho requerer, dentro de dez dias, o estabelecimento do prejulgado.

Art. 897. Cabem embargos das decisões definitivas das Juntas e Juízos, nos dissídios individuais concernentes a salários, férias e indenizações por despedida injusta, em que o valor da reclamação haja sido igual ou inferior:

a) a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), nas capitais do Território do Acre e dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Goiás e Mato Grosso, ou a Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) nos municípios do interior do Território do Acre e dos Estados referidos;

b) a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) nas capitais dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ou a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), nos municípios do interior desses Estados.

c) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), no Distrito Federal e nas capitais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ou a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), nos municípios do interior desses Estados.

Parágrafo único. Os embargos serão opostos no prazo de cinco dias e julgados pelo próprio juiz ou tribunal prolator da decisão embargada.

Art. 898. Cabe recurso ordinário, para a instância superior:

a) das decisões definitivas das juntas, não previstas no artigo anterior, no prazo de dez dias;

b) das decisões definitivas dos Conselhos Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de dez dias, nos dissídios individuais, e de vinte dias, nos dissídios coletivos;

c) das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho, em processo de sua competência originária, no prazo de trinta dias, contados da publicação do acórdão no *Diário da Justiça*.

Art. 899. Cabe recurso extraordinário das decisões de última instância dos Conselhos Regionais, quando:

a) derem a mesma norma jurídica interpretação diversa da que tiver sido dada por outro Conselho Regional ou pela Câmara de Justiça do Trabalho;

b) proferidas com violação expressa de direito.

§ 1.º O recurso extraordinário será interposto, no prazo de 15 dias, para a Câmara de Justiça do Trabalho.

§ 2.º O recurso terá efeito devolutivo, salvo se o presidente do tribunal recorrido, no caso de divergência manifesta dar-lhe, também, o efeito suspensivo, sendo-lhe vedado, entretanto, negar-lhe seguimento.

Art. 900. Cabe agravo das decisões do juiz, ou presidente, nas execuções.

§ 1.º O agravo será interposto no prazo de cinco dias e não terá efeito suspensivo, sendo facultado, porém, ao juiz, ou presidente, sobrestar, quando julgar conveniente, o andamento do feito, até julgamento do recurso.

§ 2.º O agravo será julgado pelo próprio tribunal presidido pela autoridade recorrida ou, em se tratando de decisão de juiz de direito, pelo juiz da comarca mais próxima investido na administração da Justiça do Trabalho, a quem o primeiro informará minuciosamente sobre a matéria controvertida, ou remeterá os autos, quando tiver sobrestado o andamento do feito.

Art. 901. Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 902. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste regulamento, sendo permitida a execução provisória, até a penhora.

Parágrafo único. Tratando-se, porém, de salários, férias, ou indenizações por despedida injusta, de valor até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), só serão admitidos recursos mediante prova de depósito da importância da condenação. Neste caso, transitada em julgado a decisão recorrida, será ordenado, desde logo, o levantamento do depósito em favor da parte vencedora.

Art. 903. Interposto o recurso, será notificado o recorrido, para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.

Art. 904. Sem prejuízo dos prazos previstos neste capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

CAPÍTULO VII

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 905. As penalidades estabelecidas neste título serão aplicadas pelo juiz ou tribunal, que tiver de conhecer da desobediência, violação, recusa, falta, ou coação, *ex-officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 906. As sanções em que incorrerem as autoridades da Justiça do Trabalho serão aplicadas pelo tribunal imediatamente superior, *ex-officio* ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria do Trabalho.

Parágrafo único. Tratando-se de membro do Conselho Nacional do Trabalho, será competente para a imposição das sanções o Conselho Federal.

Parágrafo único. Enquanto não estiver organizado e funcionando o Conselho Federal, o processo será encaminhado à Presidência da República.

Art. 907. Tomando conhecimento do fato imputado, o juiz, ou tribunal competente, mandará notificar o acusado, para apresentar, no prazo de quinze dias, defesa por escrito.

§ 1.º É facultado ao acusado, dentro do prazo estabelecido neste artigo, requerer a produção de testemunhas, até ao máximo de cinco. Nesse caso, será marcada audiência para a inquirição.

§ 2.º Findo o prazo de defesa, o processo será imediatamente concluso para julgamento, que deverá ser proferido no prazo de dez dias.

Art. 908. Da imposição das penalidades a que se refere este capítulo caberá recurso ordinário para o tribunal superior, no prazo de dez dias, salvo se a imposição resultar de dissídio coletivo, caso em que o prazo será de vinte dias.

Art. 909. Sempre que o infrator incorrer em pena criminal, far-se-á remessa das peças necessárias à autoridade competente.

Art. 910. A cobrança das multas estabelecidas neste título será feita, mediante executivo fiscal, perante o juiz competente para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. A cobrança das multas será promovida, no Distrito Federal e nos Estados em que funcionarem os Conselhos Regionais, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nos demais Estados, de acordo com o disposto no decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 911. A ordem dos processos no Conselho Nacional do Trabalho será regulada em seu regimento interno.

Art. 912. Para os efeitos deste título, equiparam-se aos serviços públicos os de utilidade pública, bem como os que forem prestados em

armazens de gêneros alimentícios, açougues, padarias, leitarias, farmácias, hospitais, minas, empresas de transportes e comunicações, bancos e estabelecimentos que interessem à segurança nacional.

TÍTULO X

Disposições Finais e Transitórias

Art. 913. Esta Consolidação entrará em vigor a 1.º de maio de 1943.

Art. 914. Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação.

Art. 915. Os casos omissos serão resolvidos pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo-lhe facultado expedir instruções para o fiel cumprimento dos dispositivos desta Consolidação.

Art. 916. Continuarão em vigor os quadros, tabelas e modelos aprovados, em virtude de dispositivos não alterados pela presente Consolidação.

Art. 917. Os recursos interpostos com apoio em dispositivos alterados ou cujo prazo para interposição esteja em curso a 1.º de janeiro de 1943, não serão prejudicados com a vigência desta Consolidação.

Art. 918. Os prazos da prescrição fixados pela presente Consolidação, começarão a correr da data da vigência desta, quando menores do que os previstos pela legislação anterior.

Art. 919. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedirá instruções, quadros, tabelas e modelos que se tornarem necessários à execução desta Consolidação.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Trabalho adaptará o seu regimento interno e o dos Conselhos Regionais do Trabalho às normas contidas nesta Consolidação.

Art. 920. Ao empregado bancário, admitido até a data da vigência da presente lei, fica assegurado o direito à aquisição da estabilidade, nos termos do art. 15 do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934.

Art. 921. Enquanto não forem constituídas as Confederações ou na falta destas, a representação de classes, econômicas ou profissionais, que derivar da indicação desses órgãos ou dos respectivos presidentes, será suprida por equivalente designação ou eleição realizada pelas correspondentes Federações.

Art. 922. As empresas que não estiverem incluídas no enquadramento sindical de que trata o artigo 561 poderão firmar contratos coletivos de trabalho com os sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União

COM

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

E

LEGISLAÇÃO POSTERIOR

DIVULGAÇÃO N. 130

PREÇO: Cr \$ 10,00

A venda:

Secção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério do Trabalho

Agência II: Pretório

PREÇO DESTE SUPLEMENTO Cr\$ 0,40